

C.E. 119/2020 - E.A.

Tubarão, 30 de julho de 2020

**Sr. Érico Melo Goulart**

Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

**Assunto:** Encaminhamento de Estudo do Componente Quilombola e Projeto Básico Ambiental Quilombola da PCH Cavernoso IV e das CGH's Cavernoso V e VI, município de Candói /PR - **PROCESSO N° 01420.101814/2019-09.**

Prezado Senhor,

Em observação ao Ofício Conjunto INCRA/FCP/N° 01/ 2020 e à Portaria INCRA N° 1.223/2020, vimos encaminhar a esta Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) o Estudo do Componente Quilombola e Projeto Básico Ambiental Quilombola da PCH Cavernoso IV e das CGH's Cavernoso V e VI, município de Candói /PR - PROCESSO N° 01420.101814/2019-09.

Salientamos que os estudos estão sendo apresentados em volume único em observação ao disposto no Parecer n° 30/2020/COPAB/DPA/PR, da Fundação Cultural Palmares, que assim coloca: “autorizamos também que sejam apresentados um mesmo ECQ e um mesmo PBAQ para os três empreendimentos, devendo apontar a contribuição de cada um para a matriz de impactos, bem como os impactos sinérgicos e cumulativos. Em caráter excepcional, orientamos que o ECQ e o PBAQ sejam apresentados em um único documento”.

Por fim, ressaltamos que, ainda seguindo o que prevê a Instrução Normativa FCP n° 1, de 31 de outubro de 2018, encaminhamos essa primeira versão do Estudo do Componente Quilombola e Projeto Básico Ambiental Quilombola da PCH Cavernoso IV e das CGH's Cavernoso V e VI, município de Candói /PR para avaliação técnica desta Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), para, tendo sua aprovação, realizar mais

uma rodada de consulta junto à CRQ Cavernoso 1, com o fim de consolidar os estudos e as medidas indicadas, objetivando o pleno atendimento da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dispositivos correlatos.

Certos de sua atenção, reiteramos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



**Josiel dos Santos**

Coordenador

## **ESPAÇO GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

### **ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA E PROJETO BÁSICO AMBIENTAL QUILOMBOLA DA PCH CAVERNOSO IV E DAS CGH'S CAVERNOSO V E VI, MUNICÍPIO DE CANDÓI /PR**

PROCESSO FCP Nº: 01420.101814/2019-09

**TUBARÃO, JULHO DE 2020**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

SANTOS, J.; DIAMICO, M. S.; ILHA, E. B.; SILVA, A.; SCHWENGBER, V. L.; NOVASCO, R. V.; KONRAD, R.; SCHWENGBER, L. M. K. **ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA E PROJETO BÁSICO AMBIENTAL QUILOMBOLA DA PCH CAVERNOSO IV E DAS CGH'S CAVERNOSO V E VI, MUNICÍPIOS DE CANDÓI /PR.** TUBARÃO: ESPAÇO GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2020.

EXECUÇÃO:



<b>Nome:</b>	<b>Estudo do Componente Quilombola e Projeto Básico Ambiental Quilombola da PCH Cavernoso IV e das CGH's Cavernoso V e VI</b>
Empreendimento:	Pequena Central Hidrelétrica E Centrais Geradoras Hidrelétricas
Município:	Candói
Estado:	Paraná
Órgão Licenciador:	Instituto Água e Terra - IAT
Empreendedor:	<b>Vale do Cavernoso Geração de Energia LTDA.</b> Rua Itapoá, 1161, Pato Branco/PR CEP: 85504-424 CNPJ: 25.290.240/0001-07 (46) 3220-2006
Execução:	<b>Espaço Gestão do Patrimônio Cultural LTDA.</b> Rua Maria Cândida Matias Sebastião, 208 Centro - Tubarão/SC CEP: 88-701-624 CNPJ: 30.013.579/0001-98 (48) 3626-5572
Coordenação:	<b>Josiel dos Santos</b> Mestre em Antropologia – UFPel
Equipe Técnica	<b>Manuela de Souza Diamico</b> Doutora em Sociologia – UFSC <b>Elisa Berlitz Ilha</b> Mestre em Ciências Biológicas – UFRGS <b>Alexandre da Silva</b> Bacharel em Ciências Biológicas – UNESC <b>Valdir Luiz Schwengber</b> Doutor em História – UNILEON <b>Raul Viana Novasco</b> Doutor em História – UNISINOS <b>Raquelli Konrad</b> Auxiliar de Pesquisa <b>Lúcia Maria Konrad Schwengber</b> Apoio administrativo

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ÁREA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA EM 1856. FONTE: NASCIMENTO, 2012, P. 80.....	28
FIGURA 2: FAMÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA.....	44
FIGURA 3: FAMÍLIA NETO DE ARCANJO.....	45
FIGURA 4: FAMÍLIA DOS SANTOS.....	46
FIGURA 5: PÁTIO SOB A LARANJEIRA ONDE ACONTECERAM AS PRIMEIRAS REUNIÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA.....	51
FIGURA 6: ÁRVORE GENEALÓGICA ILUSTRATIVA DA FAMÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA. SÃO INDICADOS OS NOMES DAQUELES QUE ATUALMENTE RESIDEM NA CRQ CAVERNOSO 1. ....	54
FIGURA 7: ÁRVORE GENEALÓGICA ILUSTRATIVA DA FAMÍLIA DOS SANTOS. SÃO INDICADOS OS NOMES DAQUELES QUE ATUALMENTE RESIDEM NA CRQ CAVERNOSO 1. ....	55
FIGURA 8: ÁRVORE GENEALÓGICA ILUSTRATIVA DA FAMÍLIA NETO DE ARCANJO. SÃO INDICADOS OS NOMES DAQUELES QUE ATUALMENTE RESIDEM NA CRQ CAVERNOSO 1. ....	56
FIGURA 9: LOCALIZAÇÃO DA CRQ CAVERNOSO 1. ....	56
FIGURA 10: COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAVERNOSO 1 EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO FITOGEOGRÁFICA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA. NO MAPA, ESTÃO INDICADAS AS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA A NÍVEL DE POLÍTICA FEDERAL PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (BRASIL, 2004) ( <a href="http://AREASPRIORITARIAS.MMA.GOV.BR/">HTTP://AREASPRIORITARIAS.MMA.GOV.BR/</a> ); E NO DETALHE AS ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA A CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ DEFINIDAS COMO POLÍTICA ESTADUAL PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ ( <a href="http://WWW.IAP.PR.GOV.BR/">HTTP://WWW.IAP.PR.GOV.BR/</a> ).....	61
FIGURA 11: USOS DO SOLO PELOS TRÊS GRUPOS FAMILIARES NA CRQ CAVERNOSO 1. DESTACA-QUE QUE OS LIMITES SÃO APROXIMADOS, A PARTIR DE UM MAPA CONSTRUÍDO COM OS MORADORES, E NÃO HÁ A PRETENSÃO DE DELIMITAR A TERRA QUILOMBOLA. EM VERMELHO O GRUPO FAMILIAR RODRIGUES DE OLIVEIRA: A) TERRENO DA SRA. EVANIR, ESPOSA DO SEU LEONEL, ONDE VIVE FÁBIO E ONDE ESTÁ A ÁREA ESCOLHIDA PARA A FUTURA SEDE DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA; B) TERRENO ONDE VIVE SR. NIVALDO; C) TERRENO DO SEU LEONEL, QUE MORA COM A ESPOSA E DESENVOLVEM COM FÁBIO O SISTEMA AGROFLORESTAL; D) TERRENO DE LUIZ CARLOS E MARIA LUIZA, ONDE MORA TAMBÉM O FILHO RÉGIS COM A ESPOSA THALITA; E) TERRENO DE IVONETE E NELSON, ONDE VIVEM COM TRÊS FILHOS E UMA NETA. EM AMARELO O GRUPO FAMILIAR NETO DE ARCANJO: F) TERRENO DE LINDACIR, QUE VIVE COM O ESPOSO ARIVAL E O FILHO MARWEL; G) TERRENO DO SEU BONIFÁCIO, O PATRIARCA DA FAMÍLIA, QUE VIVE COM OS FILHOS REMI E LINDAMIR; H) TERRENO DA SRA. ANA ROSA, QUE VIVEM COM OS FILHOS. EM LARANJA O GRUPO FAMILIAR DOS SANTOS: I) TERRENO DE ADRIANO E VANESSA, QUE VIVEM COM A FILHA; J) TERRENO DE SEU AMILTON E MARIA ROSA.....	63
FIGURA 12: ROÇAS E CRIAÇÕES NA CRQ CAVERNOSO 1: A) SEU NELSON E AS RECÉM-COLHIDAS MANDIOCAS, QUE JÁ ESTAVAM EMBAIXO DA TERRA HÁ QUASE DOIS ANOS; B) SEU BONIFÁCIO E O FILHO, SEU REMI, DEBULHANDO MILHOS CRIOULOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL; C) PRODUÇÃO DE ABELHAS JATAÍ PARA OBTENÇÃO DE MEL NA PROPRIEDADE DO SEU BONIFÁCIO; D) COLHEITA DE AVEIAS PARA FORRAGEM REALIZADA PELO SEU LEONEL. ....	64

FIGURA 13: FÁBIO E A AGROFLORESTA. ASSIM COMO FAZIA O AVÔ, E COMO FEZ O PAI, FÁBIO RECEBEU A EQUIPE DE PÉS DESCALÇOS. NAS FOTOS, O SAF QUE ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO NO TERRENO DA FAMÍLIA, COM MUITO EMBASAMENTO TÉCNICO E DEDICAÇÃO. A AGROFLORESTA, COMO PODE SER VISTO NAS FOTOS DE BAIXO, ESTÁ NA BEIRA DE UM DOS CORPOS DE ÁGUA QUE PASSA PELO TERRITÓRIO QUILOMBOLA (PRÓXIMO AO RIO PERENE INDICADO NA FIGURA 16, NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA PCH CAVERNOSO IV).....	69
FIGURA 14: EXEMPLOS BOTÂNICOS VINCULADOS AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, PRESENTES NOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS: A) O RUBIM NO QUINTAL DA SRA. ANA ROSA É UM DOS EXEMPLOS DE PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS E QUE ESTÁ AMPLAMENTE PRESENTE NOS QUINTAIS DA COMUNIDADE; B) A BUCHA-DE-METRO, UM DOS EXEMPLOS DE PLANTAS UTILIZADAS PARA A HIGIENE NO QUINTAL DO SEU AMILTON E DA SRA. MARIA ROSA; C) O CARÁ-AÉREO, UM DOS EXEMPLOS DAS INÚMERAS PANCS CULTIVADAS NO QUINTAL DO SEU AMILTON E DA SRA. MARIA ROSA; D) UM SAF, INTEGRANDO AS MANDIOCAS DA FAMÍLIA DO SEU NELSON À VEGETAÇÃO NATIVA DA FOM; E) A GUINÉ, UMA DAS ERVAS PRESENTES NAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DE MATRIZ AFRICANA, UTILIZADAS NA COMUNIDADE PARA AS DEFUMAÇÕES, NO QUINTAL DA SRA. IVONETE E DO SEU NELSON; F) SRA. MARIA ROSA E A COLHEITA DE FRUTÍFERAS NO QUINTAL.....	72
FIGURA 15: DETALHES DA BARRAGEM, DA ÁREA ALAGADA E DA APP REFERENTES A PCH CAVERNOSO IV.....	90
FIGURA 16: LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS EM RELAÇÃO À CRQ CAVERNOSO 1. DESTACA-QUE QUE OS LIMITES DA ÁREA QUILOMBOLA SÃO APROXIMADOS, A PARTIR DE UM MAPA CONSTRUÍDO COM OS MORADORES, E NÃO HÁ A PRETENSÃO DE DELIMITAR A TERRA QUILOMBOLA.....	92
FIGURA 17: DETALHES DA BARRAGEM, DA ÁREA ALAGADA E DA APP REFERENTES A CGH CAVERNOSO V.....	96
FIGURA 18: DETALHES DA BARRAGEM, DA ÁREA ALAGADA E DA APP REFERENTES A CGH CAVERNOSO VI.....	97

## LISTA DE TABELA

TABELA 1: LISTA DAS ESPÉCIES BOTÂNICAS CITADAS DURANTE AS ENTREVISTAS NA CRQ CAVERNOSO 1. MODOS DE USO COMENTADOS: 1 – ALIMENTÍCIO/TEMPO; 2 – MEDICINAL; 3 – ESPIRITUAL/RELIGIOSO; 4 – ARTESANATO; 5 – OUTROS (HIGIENE, COMBUSTÃO, TECNOLOGIA, FORRAGEM, ADUBOS, INSTRUMENTOS, ETC.). OBTENÇÃO SE REFERE A EXTRAÇÃO (TANTO NOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS COMO NO TERRENO QUILOMBOLA), CULTIVO (NAS ROÇAS FAMILIARES OU NOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS) E COMPRA QUANDO NÃO HÁ MAIS A POSSIBILIDADE OU PRÁTICA DE CULTIVO OU EXTRAÇÃO. ÁREA SE REFERE À ÁREA UTILIZADA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA, QUE PODE SER TANTO NAS ROÇAS FAMILIARES, NOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS OU NO PRÓPRIO TERRENO DO QUILOMBO. PANC = PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS. \*INDICA USO HISTÓRICO QUANDO COMENTADO; ^ ESPÉCIES RECÉM IMPLEMENTADAS NOS SAFS (NÃO UTILIZADAS HISTORICAMENTE)..... 73

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DADOS DA EQUIPE TÉCNICA. ....	14
QUADRO 2: DOCUMENTOS LEGAIS RELACIONADOS À QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL.....	15
QUADRO 3: DISTÂNCIAS ENTRE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E EMPREENDIMENTOS QUE DEMANDAM A NECESSIDADE DE ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA (CONFORME A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60, DE 24 DE MARÇO DE 2015). ....	20
QUADRO 4: LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS EM RELAÇÃO À CRQ CAVERNOSO 1.....	86
QUADRO 5: ATRIBUTOS CONSIDERADOS NA AVALIAÇÃO DE IMPACTO. ....	87
QUADRO 6: SÍNTESE DOS IMPACTOS E MEDIDAS INDICADAS. ....	105

## LISTA DE SIGLAS

ABA: Associação Brasileira de Antropologia

ADCT: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APP: Área Preservação Permanente

CCH: Grande Central Hidrelétrica

CF/88: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CRQ: Comunidade Remanescente de Quilombos

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONAQ: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

ECQ: Estudo de Componente Quilombola

FCP: Fundação Cultural Palmares

GTCM: Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2008)

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IAP: Instituto Ambiental do Paraná

MMA: Ministério do Meio Ambiente

SAFs: Sistemas Agroflorestais

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PANCs: Plantas Alimentícias Não Convencionais

PBAQ: Projeto Básico Ambiental Quilombola

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL</b> .....	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>MARCO LEGAL</b> .....	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS</b> .....	<b>31</b>
	5.1 SOBRE O CONCEITO DE ETNICIDADE.....	31
	5.2 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO SEMÂNTICA.....	32
	5.3 OS SABERES DA TERRA: ETNOBOTÂNICA, AGROECOLOGIA & A VALORIZAÇÃO DA SABEDORIA TRADICIONAL.....	36
<b>6</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>40</b>
<b>7</b>	<b>DIAGNÓSTICO GERAL DA CRQ CAVERNOSO 1</b> .....	<b>47</b>
	7.1 HISTÓRICO DA CRQ CAVERNOSO 1 E DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA.....	47
	7.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS .....	52
	7.2.1 Família Rodrigues de Oliveira.....	52
	7.2.2 Família dos Santos .....	54
	7.2.3 Família Neto de Arcanjo .....	55
	7.3 EQUIPAMENTOS SOCIAIS, INFRAESTRUTURA E ECONOMIA .....	56
	7.4 CONHECIMENTOS TRADICIONAIS .....	58
	7.4.1 Benzimento .....	58
	7.4.2 Roças Tradicionais Quilombolas.....	59
	7.4.3 “ <i>O povo preto sempre fez agrofloresta...</i> ”: Sabedoria tradicional, cultura e segurança alimentar .....	60
	7.5 USO DO RIO CAVERNOSO .....	85
<b>8</b>	<b>AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS ASSOCIADOS À IMPLANTAÇÃO E/OU OPERAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS</b> .....	<b>86</b>
	8.1 CRITÉRIOS E ATRIBUTOS DE AVALIAÇÃO .....	86
	8.2 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS ASSOCIADOS À IMPLANTAÇÃO E/OU OPERAÇÃO DA PCH CAVERNOSO IV .....	90
	8.3 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS ASSOCIADOS À IMPLANTAÇÃO E/OU OPERAÇÃO DAS CGH'S CAVERNOSO V E VI.....	96
	8.4 AVALIAÇÃO CUMULATIVA E SINÉRGICA DOS IMPACTOS .....	100
	8.5 OUTRAS ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS INSTALADOS .....	104

8.6	PROGNÓSTICO DOS IMPACTOS E PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO.....	104
<b>9</b>	<b>PLANEJAMENTO BÁSICO AMBIENTAL QUILOMBOLA (PBAQ) .....</b>	<b>106</b>
9.1	METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO .....	106
9.2	PROGRAMAS AMBIENTAIS ESPECÍFICOS QUILOMBOLAS (PAEQ).....	106
<b>9.2.1</b>	<b>Programa de Comunicação Social Quilombola (PCSQ).....</b>	<b>106</b>
<b>9.2.2</b>	<b>Programa Responsabilidade Cidadã (PRC) .....</b>	<b>113</b>
<b>9.2.3</b>	<b>Programa de Apoio e Incentivo aos Processos Agroecológicos (PAIPA).....</b>	<b>115</b>
<b>10</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>122</b>
<b>11</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>124</b>
<b>12</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>131</b>
12.1	ANEXO 1: PARECER Nº 30/2020/COPAB/DPA/PR.....	132
12.2	ANEXO 2: PARECER Nº 36/2020/COPAB/DPA/PR.....	137
12.3	ANEXO 3: OFÍCIO Nº 53/2020/COPAB/DPA/PR-FCP.....	141
12.4	ANEXO 4: MODELO DE QUESTIONÁRIO DO CENSO PARTICIPATIVO.....	146
12.5	ANEXO 5: TABULAÇÃO DOS DADOS DO CENSO PARTICIPATIVO.....	150
12.6	ANEXO 6: INSTRUMENTO DE APOIO DO LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO.....	152

## 1 INTRODUÇÃO

Neste volume, apresentam-se reunidos o Estudo de Componente Quilombola e o Projeto Básico Ambiental Quilombola da PCH Cavernoso IV e das CGH's Cavernoso V e VI, realizado com a Comunidade Remanescente de Quilombos (CRQ) Cavernoso 1, no município de Candói/PR. Inicialmente, no ano de 2019, foram abertos três processos em separado referentes a estes empreendimentos junto a Fundação Cultural Palmares (FCP), quais sejam: PCH Cavernoso IV - nº 01420.101814/2019-09; CGH Cavernoso V - nº 01420.101815/2019-45; e CGH Cavernoso VI - nº 01420.101816/2019-90. No dia 21 de abril de 2020, o empreendedor (Vale do Cavernoso Geração de Energia LTDA.) solicitou a unificação dos processos em um mesmo estudo, tendo em vista que dentro dos limites estabelecidos pelo Anexo I da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, se localiza uma mesma comunidade quilombola: a CRQ Cavernoso 1 – evitando-se, dessa forma, a repetição dos estudos. Essa solicitação foi acatada pela FCP por meio do Parecer nº 30/2020/COPAB/DPA/PR, sendo os processos unidos sob o nº 01420.101814/2019-09.

Considerando o cenário *sui generis* provocado pela pandemia de COVID-19, buscando soluções que viabilizem o processo de licenciamento dos referidos empreendimentos, bem como que resguardem os direitos quilombolas, a FCP, após avaliação do Plano de Trabalho apresentado, declarou anuência à emissão de Licença Prévia, condicionada à elaboração do ECQ e do PBAQ. Foi indicado, também, que ambos os estudos fossem apresentados em volume único, possibilitando assim uma única rodada de consulta junto à CRQ Cavernoso 1, respeitando-se o previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As atividades referentes a este ECQ/PBAQ foram iniciadas em 16 de abril de 2020, com os primeiros levantamentos em fontes secundárias com o fim de subsidiarem a elaboração do Plano de Trabalho, o qual foi aprovado pelo Parecer nº 36/2020/COPAB/DPA/PR. Previamente à realização dos levantamentos de campo, foram efetuadas pesquisas em fontes secundárias diversas, como bancos de dados digitais, imagens de satélite disponibilizadas pelo software livre Google Earth Pro, bibliografia relacionada ao assunto, mapas temáticos, etc., referentes aos aspectos legais, teórico-metodológicos e sobre a CRQ Cavernoso 1 e o contexto na qual está inserida. Foram realizados, também, contatos prévios com a comunidade a fim de agendar a ida a campo. Os levantamentos de campo foram executados entre os dias 08 e 12 de junho de 2020.

A equipe técnica interdisciplinar foi composta por profissionais com formações variadas e experiências de atuação em estudos de licenciamento cultural e ambiental com comunidades tradicionais e/ou pesquisas acadêmicas nas áreas de arqueologia, antropologia, história, sociologia, patrimônio cultural, biologia e agroecologia. O detalhamento das informações referentes à equipe técnica é exposto no Capítulo 4.

Este ECQ/PBAQ atende ao disposto no Termo de Referência Específico (TRE) da FCP encaminhado pelo Ofício nº 53/2020/COPAB/DPA/PR-FCP, de 13 de fevereiro de 2020, observando, também, as recomendações indicadas nos Pareceres nº 30/2020/COPAB/DPA/PR e nº 36/2020/COPAB/DPA/PR. Além do conteúdo de tais documentos, todas as ações foram pautadas nos dispositivos legais referentes aos direitos das populações tradicionais quilombolas, os quais estão expostos no Capítulo 3.

Com o objetivo de ter um panorama prévio da constituição histórica da região onde está inserida a CRQ Cavernoso 1, o Capítulo 4 é composto por uma contextualização histórica com base na bibliografia disponível.

No Capítulo 5 são apresentados os principais aspectos teóricos e conceituais que orientaram a atuação da equipe nas várias etapas do trabalho, desde sua concepção, passando pelo levantamento de campo, até a elaboração deste ECQ/PBAQ. Os procedimentos metodológicos seguidos, por sua vez, estão detalhados no Capítulo 6.

O Capítulo 7 é composto pelo diagnóstico geral da CRQ Cavernoso 1. Para uma adequada sistematização das informações, esta seção está organizada em subcapítulos, que tratam, respectivamente, do histórico da CRQ Cavernoso 1, a partir sobretudo das memórias de seus moradores, e do processo de constituição de sua Associação Quilombola; das três famílias que compõem a CRQ; dos equipamentos sociais, infraestruturais e da economia; dos conhecimentos tradicionais, ressaltando-se o rico conhecimento etnobotânico e suas práticas agrícolas tradicionais; e, finalizando este capítulo, trata-se especificamente da relação dos moradores da CRQ com o rio Cavernoso.

Baseado nos levantamentos apresentados no capítulo anterior e estruturado a partir de interlocução com os moradores, o Capítulo 8 trata da avaliação de impactos diretos e indiretos associados à implantação e/ou operação dos empreendimentos sobre a CRQ Cavernoso 1. Inicialmente são apresentados os critérios e atributos utilizados na avaliação, seguindo-se a avaliação dos impactos da PCH Cavernoso IV e das CGH's Cavernoso V e VI, bem como a avaliação cumulativa e sinérgica. Apresenta-se, ainda, o resultado obtido pelo levantamento de outros empreendimentos ou atividades eventualmente presentes no entorno da CRQ. Fechando o capítulo, é apresentado o prognóstico dos impactos e a proposição de medidas de prevenção e mitigação.

O Capítulo 8 trata, por sua vez, do PBAQ, onde são detalhados os programas indicados para a prevenção e/ou mitigação dos impactos apresentados. Elaborado também a partir de interlocução com os moradores, são propostos os seguintes programas: Programa de Comunicação Social Quilombola (PCSQ), Programa Responsabilidade Cidadã (PRC); Programa de Apoio e Incentivo aos Processos Agroecológicos (PAIPA).

Fechando, são apresentadas as Considerações Finais, seguidas pela lista de referências e pelos anexos.

## 2 EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

A equipe técnica interdisciplinar que atuou no ECQ/PBAQ foi constituída por profissionais com formações variadas e experiências de atuação em estudos de licenciamento cultural e/ou pesquisas acadêmicas nas áreas de arqueologia, antropologia, história, sociologia, patrimônio cultural, biologia e agroecologia (Quadro 1).

QUADRO 1: DADOS DA EQUIPE TÉCNICA.

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO NA EQUIPE	ATIVIDADES REALIZADAS	CONTATO
Josiel dos Santos	Mestre em Antropologia	Coordenador/ Antropólogo	Planejamento Etapa de campo Elaboração do ECQ/PBAQ	48 999904400 josielsantos211@gmail.com
Manuela de Souza Diamico	Doutora em Sociologia	Socióloga	Planejamento Etapa de campo Elaboração do ECQ/PBAQ	48 991479522 manudiamico@gmail.com
Elisa Berlitz Ilha	Mestra em Ciências Biológicas	Bióloga	Planejamento Etapa de campo Elaboração do ECQ/PBAQ	51 996568658 elisaberlitz@gmail.com
Alexandre da Silva	Bacharel em Ciências Biológicas	Biólogo	Planejamento Etapa de campo Elaboração do ECQ/PBAQ	66 996873462 alexandre-ds@hotmail.com
Valdir Luiz Schwengber	Doutor em História	Historiador	Planejamento Elaboração do ECQ/PBAQ	48 984155312 valdirluiz@gmail.com
Raul Viana Novasco	Doutor em História	Arqueólogo	Planejamento Elaboração do ECQ/PBAQ	48 988627374 raulnovasco@gmail.com
Raquelli Konrad	Graduanda em Nutrição	Auxiliar de pesquisa	Transcrição das entrevistas e apoio técnico	raquelli.espacoarqueologia@gmail.com 49 999121848
Lúcia Maria Konrad Schwengber	Graduada em Ciências Contábeis	Administradora	Apoio administrativo	luciamks@gmail.com 48 996822626

### 3 MARCO LEGAL

Apresenta-se nesta seção, de forma sintetizada e panorâmica, os dispositivos legais que dizem respeito aos direitos quilombolas no Brasil, notadamente aqueles que dialogam com o escopo dos estudos de licenciamento ambiental, e que guiaram a execução desse ECQ/PBAQ. Tais documentos legais são sistematizados no Quadro 2.

QUADRO 2: DOCUMENTOS LEGAIS RELACIONADOS À QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL.

DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO / DISPOSITIVO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	<p><b>Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</b> - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.</p> <p><b>Art. 215</b> - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.</p> <p>§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.</p> <p><b>Art. 216</b> - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I - as formas de expressão;</li><li>II - os modos de criar, fazer e viver;</li><li>III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;</li><li>IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;</li><li>V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.</li></ul> <p>[...]</p> <p>§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.</p>
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO / DISPOSITIVO
Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988	Cria a Fundação Cultural Palmares.
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010	<p>Institui o Estatuto da Igualdade Racial.</p> <p><b>Art. 1</b> - Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.</p> <p><b>Art. 18</b> - É assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado.</p> <p><b>Art. 32</b> - O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades.</p>
Resolução nº 001 do CONAMA, de 23 de janeiro de 1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.
Resolução nº 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997	Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003	<p>Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p><b>Art. 2</b> - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.</p> <p>§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.</p> <p>§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.</p>

DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO / DISPOSITIVO
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007	<p>Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.</p> <p><b>Art. 3</b> - Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:</p> <p>I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;</p> <p>II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e</p> <p>III – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.</p>
Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019	<p>Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.</p> <p><b>Art. 2</b> - As convenções e recomendações da OIT, aprovadas pelo Congresso Nacional, promulgadas por ato do Poder Executivo federal e consolidadas por este Decreto estão reproduzidas integralmente nos Anexos, em ordem cronológica de promulgação, da seguinte forma:</p> <p>[...]</p> <p>Anexo LXXII - Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002; depositado o instrumento de ratificação junto ao Diretor Executivo da OIT em 25 de julho de 2002; entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991, e, para o Brasil, em 25 de julho de 2003, nos termos de seu art. 38; e promulgada em 19 de abril de 2004).</p>
Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007	<p>Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.</p>

DOCUMENTO LEGAL	DESCRIÇÃO / DISPOSITIVO
	<p><b>Art. 1</b> - Instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.</p> <p><b>Art. 2</b> - Para fins desta Portaria, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.</p>
Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015	Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
Instrução Normativa FCP nº 001, de 31 de outubro de 2018	Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem comunidades quilombolas.

Conforme se vê, a questão quilombola aparece de forma contundente e marcadamente voltada para o desenvolvimento de políticas de garantias de direitos dessas comunidades a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88). Na CF/88, em especial no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), abriu-se espaço para uma nova concepção da categoria “quilombo”, tomando-a tanto do ponto de vista da reprodução sociocultural e econômica das comunidades que assim se definem, quanto do ponto de vista das lutas políticas fortalecidas pelos movimentos sociais negros a partir da segunda metade do século XX, principalmente.

Pelo Art. 68 do ADCT, o Estado brasileiro reconheceu o direito das comunidades quilombolas aos territórios que ocupam. Como bem destaca Carvalho (2016, p. 132), “isso foi resultado da proposição e pressão dos movimentos sociais negros, atuação de parlamentares comprometidos com as causas sociais e do desconhecimento da maioria dos constituintes da expressividade contemporânea dessas populações”.

Ao passo que o Art. 68 do ADCT trouxe o reconhecimento ao direito das terras que ocupam, o Decreto 4.887/2003 foi um reflexo das discussões que ocorriam em torno da

concepção da categoria “quilombo”, alinhando sua definição tanto com pesquisa acadêmica quanto com os movimentos sociais negros. Assim, o referido Decreto definiu remanescentes das comunidades dos quilombos como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Além disso, determinou que “são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. Destaca-se, assim, o caráter determinante desse documento para a consideração das comunidades quilombolas, ao atribuir a autodefinição como fator de reconhecimento e ao excluir o critério de continuidade histórica direta com a escravidão, dando, ainda, o entendimento de ocupação da terra como garantia para a manutenção da comunidade.

Consolida-se, assim, uma ressemantização que vinha sendo gestada sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em substituição à noção histórica de quilombo, associada única e exclusivamente aos lugares ocupados por africanos ou seus descendentes fugidos como resistência à escravização, cuja definição jurídica era dada pelo Conselho Ultramarino de 1740 como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Além disso, Carvalho e Lima (2013, p. 342) salientam que a consolidação da expressão “terras tradicionalmente ocupadas” “vem ampliando seu significado e abrangendo todos os tipos de territorialidades específicas e etnicamente construídas que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva dos diferentes grupos sociais em suas relações com os recursos naturais”. Seguindo essa perspectiva, Henriques Filho (2011, p. 158) ressalta que, ao invés de determinar quem é ou não quilombola, cabe ao Poder Público “promover garantias para que se torne uma realidade a propriedade deles sobre as áreas que tradicionalmente ocupam. Esse o sentido da norma inserida no art. 68 do ADCT”.

Já no que diz respeito aos procedimentos de regulamentação dos territórios tradicionalmente ocupados, a legislação variou principalmente na indicação de qual órgão do Estado ficaria com essa incumbência. A Portaria FCP nº 25/1995 é a primeira a estabelecer as normas para regulamentação de territórios quilombolas. Contudo, já na sequência, o INCRA, por meio da Portaria nº 307/1995, tomou para si essa prerrogativa, expedindo, entre 1995 e 1998, seis títulos de terras quilombolas, todas no estado do Pará. Em 1999, a Medida Provisória nº 1.911-1 atribui ao Ministério da Cultura o cumprimento do

Art. 68 do ADCT, tirando essa função do INCRA. Pela Portaria nº 447/1999, o Ministério da Cultura delega essa atribuição à FCP, a qual, por meio da Portaria nº 40/2000 “passou a disciplinar o processo administrativo de reconhecimento de domínio dos territórios quilombolas” (CARVALHO, 2016, p. 134).

Em 2003 houve nova mudança de competências, passando novamente ao INCRA a responsabilidade de regularização das terras quilombolas (conforme determinou o Decreto nº 4.883/2003). O Decreto 4.887/2003 viria, assim, regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Nesse documento ficou definido, ainda, que à FCP caberia a inscrição de autodefinição e expedição de certidão de autorreconhecimento, ao passo que ao INCRA caberia a titulação das áreas quilombolas.

No que concerne à observância de estudos em comunidades quilombolas no âmbito de processos de licenciamento ambiental, destaca-se a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, que disciplina “a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA”. O citado documento indica, em seu Art. 3º, § 2º, II, que o Estudo do Componente Quilombola deverá ser realizado quando “a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra quilombola ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra quilombola, respeitados os limites do Anexo I”.

O Quadro 3 indica as distâncias a serem observadas entre os territórios quilombolas e o empreendimento a ser licenciado, no que tange à necessidade de execução do Estudo do Componente Quilombola.

QUADRO 3: DISTÂNCIAS ENTRE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E EMPREENDIMENTOS QUE DEMANDAM A NECESSIDADE DE ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA (CONFORME A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60, DE 24 DE MARÇO DE 2015).

Tipologia	Distância	
	Amazônia Legal	Demais Regiões
Ferrovias	10 km	5 km
Dutos	5 km	3 km
Linhas de Transmissão	8 km	5 km
Rodovias	40 km	10 km

Tipologia	Distância	
	Amazônia Legal	Demais Regiões
Empreendimentos pontuais (portos, mineração e termoelétricas)	10 km	8 km
Aproveitamentos hidrelétricos (UHEs e PCHs)	40 km* ou reservatório acrescido de 20 km a jusante	15 km* ou reservatório acrescido de 20 km a jusante

\* Medidos a partir do(s) eixo(s) do(s) barramento(s) e respectivo corpo central do(s) reservatório(s).

Os procedimentos a serem observados pela FCP nos processos de licenciamento de que faz parte, por sua vez, são estabelecidos pela Portaria FCP nº 001, de 31 de outubro de 2018. Nela, são estipulados os ritos e procedimentos a serem seguidos quando da realização dos Estudos do Componente Quilombola e, quando for o caso, do Projeto Básico Ambiental Quilombola, os quais são assim definidos por seu Art. 2º:

VI - estudo do componente quilombola - estudo referente aos impactos socioambientais sobre comunidades quilombolas relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de obra, atividade ou empreendimento.

VII - projeto básico ambiental quilombola - conjunto de planos e programas identificados a partir da elaboração do estudo do componente quilombola, com cronograma de execução físico, plano de trabalho operacional e definição das ações a serem desenvolvidas nas etapas de implantação e operação da obra, atividade ou empreendimento e ainda monitoramento de indicadores ambientais junto às comunidades quilombolas atingidas.

Sendo assim, havendo territórios quilombolas dentro dos limites estabelecidos pelo Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/2015, é demandado o Estudo do Componente Quilombola (cuja aprovação condiciona a anuência para Licença Ambiental Prévia), que deve ser realizado por equipe especializada e independente, resultando em peças técnicas que subsidiam a avaliação e emissão de manifestação formal do órgão interveniente.

Caso seja identificada necessidade de medidas de prevenção, mitigação, controle e compensação socioambiental, é elaborado e executado o Projeto Básico Ambiental Quilombola, cuja aprovação é condição para anuência da Licença Ambiental de Instalação e a execução é condição para anuência da Licença Ambiental de Operação.

Destaca-se, ainda, que em todas as fases dos procedimentos as Comunidades Remanescentes Quilombolas devem ser consultadas de forma prévia, livre e esclarecida, conforme dispõe a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (ratificada pelo Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019), sendo a interlocução entre os diversos agentes envolvidos condição precípua para o desenvolvimento dos trabalhos.

Tal evolução é fruto dos debates e manifestações dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, pelo reconhecimento de sua etnicidade e direitos historicamente espoliados, desde a década de 1970 (BENEDETTI, 2014). Movimentos que já conquistaram muitos avanços nas delimitações de políticas públicas voltadas para populações vulneráveis, e que seguem na luta por sua implementação.

O imaginário historicamente criado de que quilombo é um local onde os negros fugidos se abrigaram e que remanescentes são apenas os descendentes diretos dos negros fugidos promove conflitos tanto na definição dos territórios quilombolas como no próprio autorreconhecimento, repercutindo na negação da etnia e dos territórios quilombolas. No sul do Brasil, essa negação é também bastante forte e agravada pelo apagamento histórico do negro em favor da intensidade da política de branqueamento, dando-se ênfase na migração de origem europeia, apenas (LEITE, 1996; BENEDETTI, 2014). Essa invisibilidade tem sido historicamente justificada pela “inexpressividade numérica”, se comparada a outras regiões do Brasil e, ainda, numa certa “relação democrática para com os negros”. Fazendo assim parecer que não se construiu uma etnicidade e territorialidade quilombola na região sul brasileira (LEITE, 1991; BENEDETTI, 2014).

De acordo com Leite (1996), necessitava-se negar a presença do negro para construir o “vazio” a ser ocupado pelos imigrantes europeus. “Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente” (LEITE, 1996, p. 41 apud BENEDETTI, 2014, p. 38).

Por esse motivo, destaca-se o caráter difuso e diverso da categoria em estudo. Não se trata da aplicação de um modelo inflexível de etnicidade ou cultura. Tais conceitos remetem à fluidez da produção e reprodução da vida, que adapta-se e se renova no fazer em sociedade e de acordo com as condições físicas de seu entorno. Assim, cada grupo étnico tem seu conteúdo que faz sentido para si enquanto operativo na sociedade onde se realiza. O que torna a tarefa complexa e exige a apreciação dos técnicos em conjunto com a comunidade, pois somente ela é capaz de demonstrar suas especificidades que os qualificam e caracterizam. Por isso, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, parte de um conceito ao mesmo tempo amplo e específico. Amplo pois permite abordar as diversas situações empíricas e específico porque tais características devem estar associadas a especificidades culturais, econômicas e políticas.

Essa tarefa se torna ainda mais difícil em contextos de negação da categoria, que se manifesta na tentativa de negar a existência do território quilombola, mas se mostra também no não reconhecimento das especificidades próprias de cada territorialidade. Isso

acaba por distorcer o caráter de direito que tais políticas e o reconhecimento legal do território tem, confundindo-se sua aplicação com uma política paternalista.

Tal confusão por vezes é encontrada entre aqueles que reivindicam os direitos ao tentarem justificar a falta de alguma característica que no imaginário popular deveria fazer parte da etnicidade quilombola, como por exemplo a prática da capoeira.

Apontaram-se aqui alguns dos desafios da trajetória da construção desse direito, que é social, territorial e político, da territorialidade quilombola. Partindo desse conhecimento e perspectiva, e seguindo a legislação atinente, é que as atividades desse ECQ/PBAQ foram realizadas.

## 4 CONTEXTO HISTÓRICO

O estabelecimento colonial no Paraná tem sua gênese já nas primeiras décadas do século XVI, a partir principalmente da baía de Paranaguá e arredores. Os primeiros navegantes e exploradores europeus tiveram o contato com as populações Guarani que dominavam aquela região. Até o início do século XVII as chegadas de europeus são esporádicas, principalmente movidas pelo apresamento indígena e pela procura por ouro. É somente a partir de 1617, com a bandeira de Antônio Pedroso e com a descoberta de ouro na região, que começa a se consolidar o povoamento e o estabelecimento das primeiras vilas no litoral (WEBER, 2005; MOTA, 2012).

Assim, a vila de Paranaguá começa a se formar a partir de 1614, e sua estrutura administrativa inicia a consolidação a partir de meados do século XVII, quando em 1646 foi levantado o Pelourinho e em 1648 foi realizada a primeira eleição para a Câmara Municipal. A perspectiva do garimpo aumentou a importância da região diante da coroa, que em 1660 estabeleceu a Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Nessa perspectiva da busca por ouro, outras localidades também vão sendo formadas, tais como Guaratuba (fundada em 1656), Antonina (fundada em 1714) e Morretes (fundada em 1721) (MOTA, 2012).

É neste contexto que se começa a estabelecer de forma contundente o povoamento colonial em Curitiba, com a chegada da busca do ouro ao primeiro planalto paranaense, perscrutando os cursos d'água da região que apresentavam potencial de ocorrência deste metal precioso. Já habitada por grupos Guarani, a demografia colonial da vila começa a crescer, sendo fundada, em 1693, a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (futura Curitiba) (WEBER, 2005). Com o declínio do fiscoamento do ouro<sup>1</sup>, a partir de 1711, a região de Paranaguá é novamente integrada à capitania de São Paulo com o *status* de Quinta Comarca de Paranaguá e Curitiba (MOTA, 2012). Inicialmente, a agricultura de subsistência foi o caminho encontrado por quem foi para as terras do Paraná em busca de ouro e ficou desolado com o rápido declínio da mineração (WEBER, 2005).

Um dos marcos fundacionais dessas primeiras vilas é o estabelecimento do pelourinho, que está associado a um sistema de justiça, haja vista que sua função é a de punir os criminosos. Tradicionalmente, este instrumento também era utilizado na punição

---

<sup>1</sup> O fiscoamento de ouro consiste na atividade de mineração sem a utilização de equipamento mecânico, sendo realizada em riachos e aluviões, geralmente com o uso de peneiras ou materiais semelhantes.

dos escravos, o que levanta a questão da presença de escravizados nestas vilas (indígenas e africanos), juntamente com a incipiente prática da mineração, já em seus momentos iniciais.

Além disso, o início da ocupação dos Campos Gerais deu-se no contexto da criação de gado para ser utilizado na mineração em Minas Gerais. Assim, estabeleceram-se fazendas de gado que tinham, entre sua mão de obra, escravos que atuavam nos serviços da pecuária (MOTA, 2012). O estabelecimento da pecuária, a partir do século XVIII, demandou uma maior necessidade de mão de obra, aumentando, assim, o número da população escravizada na região, e os registros de óbitos da Irmandade do Rosário em Curitiba apontam para uma alta rotatividade de escravizados durante o século XIX (SCIREA; VIDAL; MARTINEZ, 2016).

Em 1853, após os chefes políticos da Quinta Comarca se aliarem ao Governo Imperial contra os “revolucionários farroupilhas” e os liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, é instituída a Província do Paraná, tendo Curitiba como capital (MOTA, 2012).

Com a emancipação da província do Paraná, foi fomentada a introdução de imigrantes a fim de “desenvolver e civilizar” a região, buscando ocupar os chamados “vazios demográficos” que, todavia, eram ocupados por populações indígenas e caboclas. Uma primeira colônia fundada com este objetivo foi Assungui, em 1859, que se localizou a aproximadamente 100 quilômetros de Curitiba, sendo ocupada por imigrantes ingleses, franceses, alemães e suíços (MENDONÇA, 2016).

Nas décadas de 1860 e 1870, as colônias objetivavam “criar uma mão de obra de operários assalariados, pequenos artesãos especializados em diversos ofícios e pequenos agricultores que desenvolvessem uma agricultura para abastecimento dos centros urbanos” (MOTA, 2012, p. 74), sendo implantadas mais próximas dos centros populacionais já existentes, pois até então a agricultura era sobretudo de subsistência. Assim, nesse período foram instaladas diversas colônias no entorno de Curitiba, compostas por imigrantes alemães, italianos, poloneses, franceses, suíços e ingleses. Mais tarde, a partir de 1880, a vinda de imigrantes objetivava a mão de obra para trabalhar em grandes obras públicas que integrariam as várias regiões do território paranaense, tais como as estradas de ferro e as linhas telegráficas (MOTA, 2012).

No geral, migrantes vieram para o Paraná do exterior e de outras partes do Brasil conforme diferentes ciclos econômicos. De acordo com Mota (2012), com a implementação das culturas da soja, do algodão e do milho no estado, já no século XX, ocorre a modernização das bases da produção agrícola. A quantidade de mão de obra necessária

no campo diminui, e pequenos proprietários de terra não conseguem acompanhar a modernização da produção agrícola, o que gera grande êxodo rural.

A identidade paranaense girando em torno dos imigrantes e seus descendentes começa a se consolidar a partir do final do século XIX. Esses contornos identitários são reforçados pelo movimento do Paranismo, que dá destaque para a trajetória dos imigrantes europeus na formação da identidade paranaense em detrimento de outros grupos étnicos. Significativas da gênese e consolidação desse movimento são as publicações de Romário Martins: “História do Paraná” (1899, reeditada em 1937 [1995]) e “Quantos somos, quem somos” (1941).

Outro autor de destaque nesta conjuntura foi Wilson Martins, que advogava determinadas especificidades da formação histórica e social do estado do Paraná que o singularizava em relação a outras regiões do país. Este autor defendia que, diferente de uma formação social gestada pela convivência de índios, portugueses e negros, apontada por Gilberto Freyre em seu “Casa Grande & Senzala” (1933), na região do Paraná essa assimilação teria abarcado outros grupos, tais como poloneses, italianos, austríacos, alemães, russos e ucranianos, afirmando, ainda, que um dos aspectos característicos da formação do Paraná seria a ausência do regime escravocrata. Como um reflexo deste pensamento, “concomitante à ênfase dada à presença europeia e à imigração, estes autores e suas obras minimizaram a importância da escravidão na história regional, bem como a participação de africanos e seus descendentes na conformação da população local” (MENDONÇA, 2016, p. 225).

Esse “imaginário de um Paraná sem negros e sem escravidão” (MENDONÇA, 2016, p. 225) teve ampla difusão no grande público com o já citado “História do Paraná” (1899), de Romário Martins, adotado como versão oficial da história paranaense pelas instituições de ensino do estado.

Tanto Romário quanto outros intelectuais do movimento foram influenciados pelas ideias raciais comuns da época. Assim, a imagem do paranaense foi construída como uma miscigenação europeia e indígena, sendo a imagem do índio romantizada. Dessa forma, relativizou-se e, por vezes, excluiu-se a ascendência africana da formação étnica do estado do Paraná. Além disso, com as campanhas de marketing desse período, foi construída a imagem da capital Curitiba ser “a cidade mais europeia do Brasil” (BATISTELLA, 2012).

Assim como no Brasil meridional como um todo, o fato de no estado do Paraná não ter havido grandes plantações monocultoras e extração aurífera em grande escala acabou gerando, na historiografia tradicional, a ideia de que no território paranaense a instituição da escravidão não foi relevante, haja vista o menor número de escravizados se comparados

aos grandes plantéis e senzalas que marcaram o regime escravista no sudeste e no nordeste da colônia e do império (PENA, 1990).

Pena (1990) aponta que em 1872 a matrícula especial de escravos da Comarca de Curitiba apontava para a presença de 2.597 cativos, o que pode ser considerado um número reduzido se comparados às grandes localidades do império, como, por exemplo, Campinas (que possuía em torno de 16.000 escravizados) ou a própria Corte (que somente em sua área urbana registrava aproximadamente 49.000 cativos). Contudo, este “reduzido” número precisa ser problematizado, levando-se em consideração as importantes distinções entre o tamanho e o papel econômico das diferentes regiões do Império Brasileiro. Ou seja, é preciso considerar que o maior número de escravizados, obviamente, estava envolvido nas atividades produtivas e extrativas de maior relevo para a economia brasileira, vale dizer, a monocultura de cana-de-açúcar, a extração de ouro e a monocultura de café – cada uma à sua respectiva época. Nesse sentido, embora à primeira vista pareça que a escravidão no Paraná tenha sido mais amena, dentro de seu contexto social e econômico ela desempenhou um importante papel. Como apontaram Otávio Ianni e Brasil B. Machado (citados por PENA, 1990), o regime escravista esteve presente em todos os ciclos da economia paranaense.

Assim, não só nas atividades do criatório e invernagem de muars, mas também desde os primórdios da colonização, quando da extração de minérios e, principalmente depois, no século XIX, na exploração e exportação da erva-mate, os cativos se constituíram como força de trabalho predominante (PENA, 1990, p. 34).

Além disso, Ianni (apud PENA, 1990) expõe os aspectos violentos que caracterizavam as relações sociais entre senhores e escravizados desta sociedade, onde o trabalho escravo era dominante, o que nega, portanto, a noção de um regime em que a escravidão teria ocorrido de maneira ‘suave’.

No que diz respeito à ocupação colonial dos campos de Guarapuava, essa se insere na dinâmica de fronteiras estabelecidas tanto entre as coroas ibéricas (Espanha e Portugal), quanto entre os europeus e os grupos indígenas que já ocupavam densamente a região. O interesse da coroa portuguesa em ocupar sistematicamente as regiões a oeste do Planalto de Curitiba se dá dentro dessa conjuntura, com a intensificação de incursões, a partir Nascimento (2012, p. 52) destaca as expedições comandadas “expedições exploratórias chefiadas por Afonso Botelho de Sampaio e Souza, além de sondar o território e os vizinhos castelhanos, toma contato com as populações indígenas habitantes do local”. Entre os anos de 1768 e 1774 foram onze expedições à região (LACHESKI, 2009).

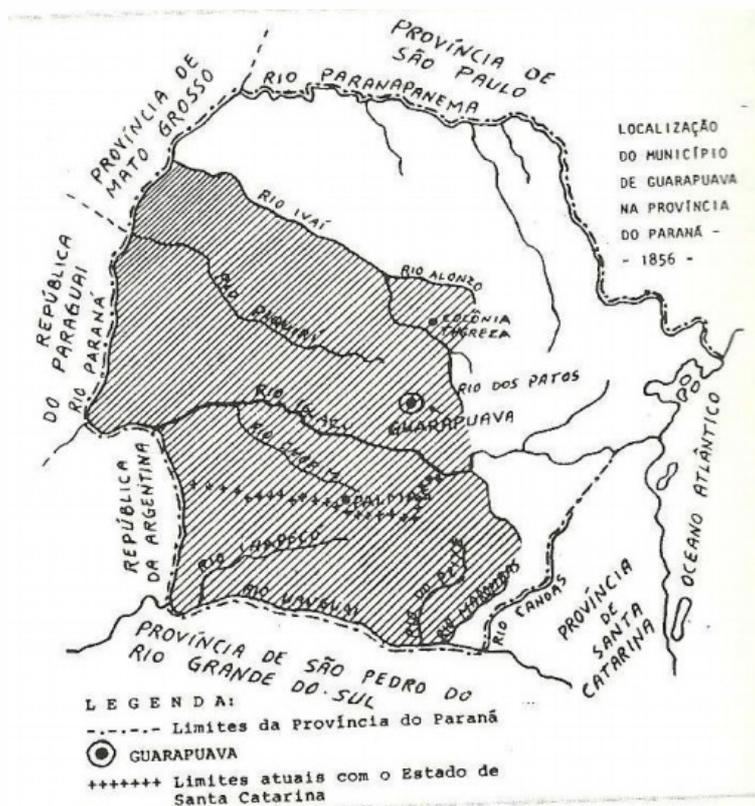


FIGURA 1: ÁREA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA EM 1856. FONTE: NASCIMENTO, 2012, P. 80.

Contudo, esse movimento inicial não obteve êxito no que diz respeito à consolidação do estabelecimento colonial, haja vista o intenso processo de resistência indígena em relação aos invasores (LAROQUE, 2006). No contexto do estabelecimento da Família Real no Brasil, em 1808 e anos posteriores, novamente o movimento de domínio dessa região se intensifica. Vale ressaltar, nesse processo, o papel das populações indígenas nesse contexto, oferecendo resistência e forçando a negociações para a entrada no território.

Com o ciclo do tropeirismo, os campos de Guarapuava se constituíram como uma das regiões de passagem dos tropeiros que levavam o gado do sul para o sudeste. Na região de Guarapuava, neste contexto, por fazer parte da rota dos tropeiros, a economia e a sociabilidade vão se ajustando, com a formação de estabelecimentos comerciais, vilas e outros dispositivos socioeconômicos, que surgem para o atendimento dos tropeiros que passavam e de uma elite rural que vai se formada por tropeiros que se estabeleceram em fazendas da região (NASCIMENTO, 2012).

As características ambientais contribuíram, também, para o desenvolvimento da pecuária, que, conforme coloca (LACHESKI, 2009, p. 30), incrementaram “o comércio das tropas entre as regiões sul, a região de Minas Gerais e São Paulo”.

Com o final do período do tropeirismo, a economia local é voltada para a pecuária extensiva, sobretudo a criação de gado e o extrativismo da erva-mate. Já na segunda metade do século XX, a consolidação da indústria madeireira acarreta em novas dinâmicas econômicas, sociais e políticas, com incremento também no setor terciário, devido ao maior giro de capitais em âmbito regional.

Neste contexto, embora em menor monta, da mesma forma que no restante do Brasil, também no Paraná tais atividades demandaram o uso da mão de obra escravizada, tanto dos indígenas quanto dos cativos de origem africana. Embora trate ainda da região leste e nordeste paranaense, Gutiérrez (2006) ressalta que, no Paraná, as vilas com maior contingente de mão de obra escravizada eram aquelas com mercados relacionados à pecuária.

Segundo documentos relativos à fase de colonização da região, estima-se que um quarto da população total do Paraná entre 1640 e 1700 era composta por escravos, que eram utilizados como mão de obra nas minas, na agricultura, na criação de gado, na exploração do mate e da madeira, e ainda em inúmeros serviços nas vilas e nas cidades (LAU FILHO, 2018, p. 38).

Sobre a demografia da população negra no estado do Paraná, Silva (2012) coloca que em 1853 perfazia 40% do total. Sendo que, de acordo com o IBGE (2010) no último Censo Demográfico realizado somava 28,5%. Sobre essa presença, Lau Filho (2018) destaca:

Esses dados desmistificam a visão eugênica de um Paraná sem negros, e essa conotação começa a ser substituída pela visão de um Paraná que deve parte do seu desenvolvimento à comunidade negra, que se fez presente no estado desde o século XVI e ainda hoje reproduz parte de seus costumes e tradições no território paranaense.

Lau Filho (2018) destaca que na economia paranaense as atividades de uso mais significativo da mão de obra escravizada, nos séculos XVIII e XIX, foram a produção de erva-mate e as associadas ao tropeirismo.

De acordo com o que coloca Gutiérrez (1988), há uma sensível afluência de escravos para o Paraná a partir da primeira metade do século XIX. Nesse momento, duas eram as áreas economicamente ativas na província: o litoral e o planalto.

O planalto estava voltado preferencialmente à criação de bois e cavalos, além da invernagem dos muares que, vindos do Rio Grande do Sul, dirigiam-se a Sorocaba para venda e posterior distribuição. Desenvolvia-se, também, uma agricultura de subsistência no interior das fazendas (GUTIÉRREZ, 1988, p. 162).

Nestas fazendas a mão de obra escrava era utilizada tanto nas lidas da pecuária quanto no artesanato e cultivo de gêneros de subsistência.

A proibição do tráfico negreiro provocou o tráfego interno dentro do império, ocasionando o deslocamento de muitos escravizados do Paraná para outras províncias. Sendo assim, nota-se uma diminuição na mão de obra para servir na economia campeira paranaense, o que vai ao encontro da estimulação da imigração de colonos europeus (MORAES, ROCHA, 2004).

Atualmente, em áreas rurais do estado paranaense as comunidades remanescentes de quilombo, muitas vezes estão estabelecidas em áreas herdadas de antigos fazendeiros escravocratas.

As terras onde residem atualmente esses afro-descendentes possuem origens diversas. Tanto podem ser fazendas abandonadas, doações feitas a ex-escravos, pagamento por serviços prestados ao governo, ou, até mesmo, terras compradas por negros forros. Houve também casos de terras que pertenciam a ordens religiosas e foram deixadas sob a administração de ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII, como é o caso da fazenda Capão Alto, no município de Castro (PRIORI et al., 2012, p. 50).

## 5 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Neste capítulo, apresentam-se os principais aspectos teóricos e conceituais que pautaram o planejamento e a execução das atividades, desde a concepção do Plano de Trabalho, passando pelo levantamento de campo e pela elaboração deste ECQ/PBAQ.

### 5.1 SOBRE O CONCEITO DE ETNICIDADE

Conforme coloca a antropóloga Ilka Boaventura Leite (2006, p. 7), a relação entre a teoria antropológica e o campo do direito, no Brasil, tem contribuído para a inserção de um aspecto diferenciado no âmbito da legislação brasileira, qual seja, “o direito étnico”. Com efeito, no processo de constituição e consolidação da política voltada às comunidades remanescentes de quilombos, na constituição e fortalecimento do movimento quilombola, na ressemantização da concepção de quilombo e mesmo no autorreconhecimento de uma identidade quilombola, tem grande ênfase a apropriação do conceito de etnicidade.

A categoria da etnicidade é mobilizada sobretudo a partir da década de 1990, quando se discutia a aplicação das políticas públicas e dos direitos estabelecidos pela CF/88, notadamente no Art. 68 do ADCT, e os sujeitos individuais e coletivos detentores desses direitos. É nesse contexto que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ressalta a importância de se atentar para a atribuição de etnicidade quando da conceituação das comunidades quilombolas (ABA, 1994).

Conforme coloca Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 5):

Da perspectiva dos antropólogos reunidos na Associação Brasileira de Antropologia – ABA –, a etnicidade refere-se aos aspectos das relações entre grupos que consideram a si próprios como distintos. Do ponto de vista da interação, o processo de identificação étnica se constrói de modo contrastivo, isto é, pela ‘afirmação do nós diante dos outros’.

Essa é uma incorporação, portanto, da teoria da etnicidade, com forte ressonância das proposições de Barth (1969), quando esse autor coloca que a composição dos grupos étnicos não é algo dado, nem se constitui somente por uma série de elementos compartilhados que os formaria e os manteriam ‘isolados do resto do mundo’. Pelo contrário, a constituição do grupo étnico surge das diferenças relevadas pelos indivíduos de determinados grupos em relação ao seu entorno. Portanto, nessa concepção de etnicidade, a consciência do ‘meu grupo’ passa pela identificação daquilo que ‘nos’ diferencia em relação aos outros, ‘os de fora’.

Para Barth (1969, p. 193), “concentrando-se naquilo que é *socialmente* efetivo, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social” [grifo no original]. E suas delimitações se dão menos pelo que o grupo tem em comum entre si, que pelas diferenças que compartilham em relação à outrem. Sendo assim, é “a fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange” (BARTH, 1969, p. 195).

Logo, é a relação dialética entre as definições “de fora” e “de dentro” da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e recomposição. Pensando a etnicidade dentro desta perspectiva, ela se constitui como uma organização social em constante transformação, reflexo de uma temporalidade, que está constantemente provocando resultados da interação entre os grupos.

Isso não quer dizer, contudo, que o compartilhamento de traços culturais não seja relevante na composição do grupo étnico. É o próprio Barth (2005, p. 16) quem coloca que a cultura é “a base a partir da qual emergem os grupos étnicos”. A formação da etnicidade carrega em si uma relação com a cultura. Contudo, o papel da cultura não está unicamente na unidade de expressões semelhantes, mas sim no papel delimitador que provoca quando duas culturas diferentes (ou elementos marcantes de) são confrontadas.

Conforme aponta Odwyer (2005), a teoria da etnicidade de Barth (1969) tem o mérito de demonstrar que o grupo étnico não é a mesma coisa que uma cultura nem é constituída por uma única linhagem de traços historicamente detectáveis. Da mesma forma, na esteira do que coloca Wolf (1987), não se pode conceber o mundo como um arquipélago de culturas isoladas e repelentes entre si, como unidades fechadas que poderiam ser descritas segundo traços internos ressaltados e permanentes.

Isso também é visto em Weber (2004), quando coloca que as relações com o que é de fora dos ‘limites’ do grupo não desfazem o sentimento de pertencimento quando determinados traços desse pertencimento são mantidos – mesmo o indivíduo estando fora de tais limites. Transpondo essa ideia para o plano das comunidades remanescentes de quilombos, o fato de terem relações com comunidades do entorno e mesmo de várias outras regiões não os fazem menos quilombolas, haja vista que permanecem os traços e os aspectos que permitem às pessoas se autodeclararem enquanto tal.

## 5.2 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO SEMÂNTICA

A concepção inicial do termo quilombo na legislação colonial e imperial brasileira se enquadrou dentro de uma perspectiva “acusatória e criminalizante” (ARRUTI, 2017, p. 110). Ou

seja, para que se aplicasse a denominação quilombo, “bastava que cinco escravos fugidos se reunissem, ocupassem ranchos permanentes e possuíssem um pilão” (ARRUTI, 2017, p. 110). Essa definição se alargaria ainda mais posteriormente, conforme apontado no Capítulo 3, referente ao que dispunha o Conselho Ultramarino de 1740, bastando que houvesse a presença de escravos fugidos, sem a necessidade de haver ranchos permanentes ou pilões.

Com essa conotação de reduto de escravizados fugidos, o Quilombo dos Palmares logo emerge como o caso mais conhecido na história da resistência à instituição da escravidão no Brasil. De fato, localizado na Serra da Barriga, na então capitania de Pernambuco (atual Alagoas), o Quilombo dos Palmares foi a maior expressão da luta contra a escravidão e a conjuntura colonial. Com uma origem que remonta à década de 1580, teve uma duração de mais de um século, abrigando não somente escravizados fugidos, mas também indígenas e caboclos pobres, formando uma confederação com grande dinâmica política, social e econômica entre si e com a sociedade colonial.

Contudo, para além de sua importância e destaque, Palmares não foi o único e nem modelo exclusivo de quilombo. Embora a acepção do termo tenha origem na língua quimbundo – *kilombo* –, com significado de “acampamento, arraial, povoação, povoado; capital; união, exército”, tendo sido apropriada nos períodos colonial e imperial como “aldeamento de escravos fugidos” (MELO, 2019, p. 377), ressalta-se a diversidade de situações que podiam ser abrigadas sob essa denominação, tais como, além dos redutos de fuga na mata ou nos sertões, comunidades situadas em periferias que produziam alimentos e comerciavam com as cidades, grupos nômades que atacavam senzalas e ainda comunidades de extrativistas.

Também as chamadas Casas de Angu ou Zungús, situadas nas próprias cidades, no século XIX, podem ser elencadas. Conforme destaca Arruti (2017, p. 110):

Também chamados de “casas de quilombo”, estes espaços serviam para o encontro de escravos de ganho ou fugidos, como restaurantes populares, locais de descanso, religião e lazer, assim como espaço de troca de mercadorias – parte delas roubadas. Tais formações urbanas nos servem de exemplo especialmente útil da plasticidade do conceito histórico de quilombo: apesar de percebidas como foco de desordem em pleno centro da capital imperial e vigiadas ou assaltadas ao longo de todo o século XIX, elas eram também relativamente toleradas pelas classes dominantes devido ao seu papel na manutenção do precário equilíbrio daquela complexa ordem urbana, o que podia acontecer também no espaço rural.

Da mesma forma, chamando a atenção para a diversidade englobada pela categoria quilombo, Sampeck e Ferreira (2020) chamam a atenção para o seu caráter frente ao colonialismo, ao racismo e à violência sistêmica, apontando que, mesmo do ponto de vista da história e da arqueologia, estes são fenômenos que não se enquadram em concepções reificadas.

Com o advento da República, o termo quilombo perde sua conotação jurídica, contudo, passa por uma ressignificação do ponto de vista político e social. Adquirindo uma semântica positiva relacionada à resistência, a organização dos quilombos passa a ser um símbolo de luta contra a dominação e opressão sofridas pelas populações escravizadas. A partir sobretudo da segunda metade do século XX, com o fortalecimento e a consolidação dos movimentos negros pela reivindicação de direitos civis, a data de 20 de novembro, morte de Zumbi dos Palmares, último líder do longo Quilombo dos Palmares, é proposta como momento de celebração da luta pelos direitos reivindicados – trazendo ao centro do debate e da ação política a posituação da histórica luta quilombola.

Essa trajetória tem continuidade na década de 1980, onde se destacam a publicação do livro *O Quilombismo* (1980), de Abdias do Nascimento, e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nascimento (1980) retoma a questão do quilombo, mas de uma forma a mobilizar seu histórico como uma expressão de luta marcada não somente pelas fugas do período escravista, mas também como ações de resistência dos afro-descendentes às opressões e desigualdades operadas e herdadas da sociedade e da economia escravocratas, em vários contextos e situações. Propõe, assim, o quilombismo como um conceito “histórico-humanista”, que se aplicaria tanto à análise social quanto à ação política.

Estas e outras discussões, proposições e posicionamentos tiveram ressonância na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, incluindo um artigo próprio na Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombolas. Contudo, na CF/88, não obstante a garantia do direito à terra que ocupam, não havia uma definição objetiva do que se considerava quilombo e quilombola.

Com a promulgação do Art. 68 do ADCT e os direitos à terra por ele garantidos, a discussão em torno das definições de quilombo e quilombola ganharam novo fôlego. Muitas foram as proposições que surgiram sobre a concepção do termo e sua aplicabilidade no âmbito jurídico e técnico em torno das garantias estabelecidas pela CF/88. Assim, de uma concepção inicialmente voltada para uma perspectiva passadista, ou seja, que determinava que deveria haver uma continuidade histórica direta entre os escravizados fugidos e as atuais comunidades quilombolas, a partir de meados da década de 1990 surgem vozes que defendem que a definição deveria ser concebida a partir da atribuição étnica. Importante papel em tais discussões teve a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que já em 1994 participa desse debate. Por meio do Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidade Negra Rurais, assim coloca:

[...] o termo [quilombo] não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica.

Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. [...]

A identidade desses grupos não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Trata-se, portanto, de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados.

Em muitos termos, essa definição dada pela ABA vinha alinhada e observava o que dispõe a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, que em seu Art. 1º, item 2, coloca que “a *consciência de sua identidade* indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção” [grifo adicionado].

Nota-se, portanto, nessa condição de autodefinição colocada tanto pela ABA e pela Convenção nº 169 da OIT quanto pelas pesquisas acadêmicas que participaram das discussões do período, a apropriação da teoria barthiana da etnicidade, onde se advoga que os grupos não se constituem como blocos fixos de traços, notadamente materiais e genéticos, herdados e imutáveis, mas como grupos dinâmicos que se organizam e se reproduzem a partir de critérios de afiliação e exclusão, os chamados “grupos étnicos” (BARTH, 1998).

Assim, a atribuição étnica, nesse sentido, “não passa pelo resíduo, pela sobra ou ‘pelo que foi e não é mais’, senão pelo que de fato é, pelo que efetivamente é e é vivido como tal” (MARQUES, 2009, p. 348). Vale dizer, quando se tratam das comunidades quilombolas, os critérios predominantes não se referem a resquícios de um passado que ainda permanecem no presente, mas de grupos étnicos que se constituíram a partir de uma trajetória comum, associada a resistências frente a pressões geradas no âmbito da formação do estado nacional e das configurações históricas regionais, e também a lutas dos movimentos negros e pelo direito à terra.

Tais discussões refletem no âmbito jurídico, sendo essa a tônica da definição dada pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, ao asseverar, em seu Art. 2:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A promulgação do Decreto nº 4.887/2003 é, portanto, uma resposta ao que vinha sendo discutido nas pesquisas e às reivindicações dos movimentos sociais negros, sendo um importante elemento para o fortalecimento do movimento quilombola.

### 5.3 OS SABERES DA TERRA: ETNOBOTÂNICA, AGROECOLOGIA & A VALORIZAÇÃO DA SABEDORIA TRADICIONAL

De forma geral, as etnociências compreendem um conjunto de disciplinas que estudam os sistemas locais de conhecimento e os processos cognitivos associados (TOLEDO, 1992; PRADO; MURRIETA, 2015). Suportada em bases mais amplas, como a etnoecologia, ou mais específicas, como a etnobotânica, todas – atualmente – buscam a compreensão dos sistemas locais de conhecimento humano vinculados ao ambiente de inserção a partir de uma perspectiva de saberes contra-hegemônica.

Superando a ótica colonialista e utilitarista inicial, em que ocidentais buscaram se apropriar do conhecimento sobre o uso dos recursos naturais por indígenas e demais grupos étnico-culturais (CLÉMENT, 1998); e a posterior adoção de uma abordagem êmica que priorizou a classificação e a conceituação humanas do “mundo natural” (PRADO; MURRIETA, 2015); as etnociências hoje atuam como campo transdisciplinar que permeia tanto as ciências sociais quanto as biológicas (PRADO; MURRIETA, 2015; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Elas impulsionam, assim, o debate acerca da dissolução da dicotomia clássica entre natureza e cultura, reiterando a relatividade perspectiva das cosmologias não-ocidentais de modo a explicitar as intersecções relacionais materiais e imateriais entre cultura e natureza (VIVEIROS DE CASTRO, 2004). Os conhecimentos tradicionais passam, então, a ser reconhecidos e valorizados pelo dito conhecimento científico, de modo a propor uma mudança de paradigma. Tal mudança busca não somente uma equiparação de importância entre estes saberes, como também uma maior inclusão dos conhecimentos tradicionais nas políticas públicas que envolvam povos e comunidades tradicionais e a conservação da sociobiodiversidade (PRADO; MURRIETA, 2015; ROCHA; BOSCOLO; FERNANDES, 2015; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

Entendendo que tanto o marco teórico quanto conceitual da etnoecologia estão sob processo de construção, Toledo e Alarcón-Cháires (2012) a descrevem como o campo dedicado ao estudo da sabedoria tradicional. Em base a essa perspectiva, entende-se a etnobotânica como o estudo dos conhecimentos locais – que fazem parte da sabedoria tradicional – em um contexto prático e cultural vinculado à botânica (DAVIS, 1995). Opta-se por essa base teórica dada a premissa de que as formas de conhecimento não existem separadas de outras dimensões da vida cotidiana, como os sistemas de crenças (cosmos), os conjuntos de conhecimentos (*corpus*) e as práticas produtivas (*práxis*) dos grupos sociais (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES, 2012; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). Dessa forma, a interação entre as sociedades humanas e as plantas não pode ser apenas reduzida à forma como estas são utilizadas enquanto recurso ou como elas são classificadas

(DAVIS, 1995); mas sim como são compreendidas na integração do complexo sistema *cosmos-corporis-práxis* (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Tanto o cultivo como o manejo da biodiversidade estiveram desde os primórdios associados às práticas culturais, espirituais e religiosas, alimentares e nutricionais, medicinais e tecnológicas das sociedades humanas (DAVIS, 1995; MMA, 2006). Contudo, a violência dos processos colonizatórios e a imposição de uma noção desenvolvimentista baseada em um sistema mercantil-capitalista levou não apenas a perda de muitos desses saberes como também impulsionou a migração do campo aos centros urbanos (SHIVA, 2003). Adicionalmente, as mudanças na agricultura promovidas pela revolução verde na década de 1960 imprimiram ao “convencional” a prática de sistemas de cultivo estruturados na maximização de lucros a partir de monocultivos de larga escala, regulados com produtos agroquímicos e sementes geneticamente modificadas (BARBOZA et al., 2012; DA COSTA et al., 2015; DALGAARD; HUTCHINGS; PORTER, 2003). Tais processos irromperam a dominação cultural, a desvalorização do saber tradicional, a centralização de riquezas e de poderes, o aumento da degradação ambiental, da poluição, da fome e da miséria (SHIVA, 2003).

É na insustentabilidade deste cenário, portanto, que as abordagens agroecológicas (re)surgem, buscando maneiras de enfrentar os grandes desafios socioambientais instaurados. O termo agroecologia se configurou inicialmente como uma disciplina acadêmica, abrangendo atualmente, também, uma prática agrícola e um movimento sociopolítico (ALTIERI, 2009; WEZEL et al., 2009). Enquanto disciplina, a agroecologia une conhecimentos científicos oriundos de diversas ciências (agrícolas, biológicas, sociais e econômicas) aos conhecimentos tradicionais empíricos de experiências e práticas rurais, indígenas e camponesas (DALGAARD; HUTCHINGS; PORTER, 2003; MMA, 2006). O saber tradicional é então incorporado às metodologias científicas, sob um enfoque teórico-prático que se propõe a estudar processos de desenvolvimento rurais e agrícolas a partir de uma perspectiva ecológica e sociocultural (ABA, 2020; MARQUES, 2002; PRIMAVESI, 2008).

Já sob um enfoque sistêmico, enquanto prática agrícola, a agroecologia se apresenta como uma alternativa ao modelo de agricultura convencional concebido após a revolução verde (DA COSTA et al., 2015; DALGAARD; HUTCHINGS; PORTER, 2003). A multifuncionalidade de agricultura, baseada na diversificação, na segurança alimentar, no fortalecimento da organização social e na saúde da população do campo, trouxeram à tona modelos de transição da produção convencional à orgânica e da manutenção da sociobiodiversidade integrada à conservação dos recursos e das práticas culturais

(ALTIERI, 2009; ALTIERI; ANDERSON; MERRICK, 1987; MDA, 2009). É assim que, entre as décadas de 1960 e 1970, a agroecologia começa a se apropriar enquanto movimento sociopolítico, buscando retomar práticas responsáveis e democráticas do uso da terra e do direito histórico a ela, através de uma agricultura sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa (BARBOZA et al., 2012; WEZEL et al., 2009).

Além disso, estabelece-se uma vinculação direta entre a noção de sustentabilidade à presença e às práticas culturais de povos e comunidades tradicionais. Superando “o mito moderno da natureza intocada”, associado ao movimento de conservação preservacionista vigente durante o século XX (DIEGUES, 2000a), a presença de povos e comunidades tradicionais passa a ser reconhecida como pilar essencial na conservação da biodiversidade (DIEGUES; 2000b). Há cada vez mais evidências revelando a sobreposição existente entre áreas geográficas de maior riqueza biológica àquelas de maior diversidade cultural (COELHO-DE-SOUZA et al., 2009; PRADO; MURRIETA, 2015; SKUTNABB-KANGAS; MAFFI; HARMON, 2003). Tal riqueza refere-se não apenas à conservação do ambiente proporcionada pela resistência dos grupos étnico-culturais em seus territórios tradicionais (que mantêm a heterogeneidade das paisagens e a integração sistêmica do complexo *cosmos-corporis-práxis* com o território) (SHIVA, 2003; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). Mas refere-se, também, à maior agrodiversidade gerada a partir da domesticação e do manejo agrícola tradicional (que resultam em uma maior diversidade genética e, conseqüentemente, em uma maior resiliência dos sistemas produtivos, na diversificação nutricional, na segurança e na soberania alimentar) (AMOROZO, 2013; WOOD; LENNÉ, 1996).

No que diz respeito às comunidades remanescentes de quilombo, seguindo as discussões semânticas e políticas apresentadas acima, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2020) ressalta seu papel como uma categoria social que representa uma força social relevante no meio rural. A indissociável relação da perspectiva identitária à noção de territorialidade, conforme prevê o Decreto nº 4.887/2003, se expressa, nessa perspectiva, também nos saberes tradicionais vinculados à terra e o que ela provê – seja como são manejados os usos do solo, o que é cultivado nas roças, o que é plantado nos quintais ou o que é coletado no ambiente do entorno (historicamente e atualmente).

No contexto das políticas públicas brasileiras, tanto a etnobotânica quanto a agroecologia – principalmente no que diz respeito à valorização dos saberes tradicionais – fomentam diversas políticas nacionais. São algumas das mais importantes: os compromissos do país assumidos junto a instituições internacionais multilaterais (como a

Convenção da Diversidade Biológica), que deverão garantir o cumprimento de metas de conservação socioambientais (BRASIL, 1998; 2002); o conjunto de medidas da reforma agrária (através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Estatuto da Terra), com o intuito de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (BRASIL, 1964; 1970); a Política Nacional da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), reafirmando a importância do reconhecimento e valorização da sociobiodiversidade; e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que incentiva a transição para a produção orgânica e agroecológica (BRASIL, 2012).

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a execução da pesquisa de campo na CRQ Cavernoso 1, foram utilizados, de maneira integrada, roteiros de observação, entrevistas semiestruturadas, censo participativo e levantamento etnobotânico<sup>2</sup>. Além disso, foram efetuados levantamentos oportunistas na área da comunidade, com a participação de moradores, a fim de registrar a eventual existência de sítios arqueológicos ou locais de relevância histórico-cultural para o grupo.

O roteiro de observação concebido edifica-se na perspectiva antropológica proposta por Roberto Cardoso de Oliveira (1996), sobre o olhar antropológico. Segundo o autor, o sucesso dos resultados alcançados em campo está ligado ao trabalho prévio realizado em escritório, de conhecer o máximo possível sobre o grupo estudado. Isso porque, ao compreender os aspectos envolvidos, as estruturas, os fatos e artefatos considerados importantes, a cosmologia envolvida, o olhar do pesquisador estará mais atento às informações relevantes para seus objetivos. Entende-se que esse é um aspecto que torna a pesquisa mais eficiente e coerente com os objetivos intentados.

Tendo como parâmetro teórico-metodológico noções antropológicas, o roteiro de observação foi direcionado ao levantamento do maior número de informações possíveis sobre a organização da comunidade, histórias e trajetórias, seu modo de vida, suas relações sociais e seu envolvimento com o meio no qual vivem. As observações realizadas durante o período de campo foram registradas por meio de anotações em diários de campo, de registros fotográficos e de gravações em áudio das entrevistas, que subsidiaram, juntamente com as demais estratégias, a elaboração deste ECQ/PBAQ. Por este meio, as atividades de campo orientaram-se no sentido de dialogar e promover o máximo possível uma aproximação com as perspectivas dos moradores locais acerca de sua comunidade, do meio no qual vivem, de sua cultura e da implantação dos empreendimentos.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas tendo como ponto de partida o método designado por Biernarcki e Waldorf (1981) como *Snowball* (Bola de Neve). Nesse método, inicia-se a pesquisa pelos atores(as)-chaves, chamados de 'sementes', por viverem e conhecerem a região e por estarem envolvidos em seu cenário cultural. Os

---

<sup>2</sup> Inicialmente, estava previsto a utilização de Inventário Participativo, nos moldes do que é apresentado na publicação "Educação Patrimonial: inventários participativos, manual de aplicação" (IPHAN, 2016). Contudo, no andamento das atividades de campo, optou-se por focar os esforços nas entrevistas semiestruturadas e no levantamento etnobotânico, entendendo-se que trariam resultados mais efetivos para este ECQ/PBAQ.

interlocutores sementes indicaram outros interlocutores, que estavam ligados direta ou indiretamente aos saberes, práticas e expressões culturais relevantes para a comunidade, podendo assim instrumentalizar qualitativamente a equipe no trabalho de campo.

As entrevistas semiestruturadas, segundo May (2004), permitem ao entrevistado responder perguntas dentro da sua própria estrutura de referência. Isso também facilita ao pesquisador o acesso a uma gama de informações, enquanto se dá a liberdade ao entrevistado de discorrer não apenas sobre os temas elencados pela equipe, mas sobre novas perspectivas. Logo, julga-se importante dar voz aos atores, compreendendo que os entrevistados não são apenas “informantes”, mas pessoas que vivenciam e interpretam a sua experiência cultural. Assim, ao proceder às entrevistas, partiu-se do pressuposto de que o essencial neste tipo de pesquisa é ouvir como os entrevistados experienciam as práticas culturais estudadas e as dinâmicas socioculturais presentes em sua comunidade, de maneira interligada. Nesta abordagem, é fundamental o protagonismo do processo dialógico, oportuno para imprimir amplitude às narrativas em torno do tema (ALBERTI, 2004; VEIGA; GONDIM, 2001).

Essa metodologia também, utilizada na história oral, permite identificar as memórias coletivamente partilhadas e que dão sentidos à sociabilidade. Seguindo Bosi (1994), a memória não é algo dado e fidedigno ao passado, mas recria, a partir do que faz sentido para a sociabilidade, marcos importantes e que têm significado interno a ela.

Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (BOSI, 1994, p. 18).

A memória é coletiva e só se afirma no compartilhamento. Assim, lembranças soltas não compartilhadas não se tornam necessariamente memória, ficam na lembrança, que pode por vezes se confundir com sonhos, já que não pode confirmar com outrem.

Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparição (CHAUI, 1994, p. XXI).

A história oral é também um importante método para captar as histórias dos excluídos e invisibilizados, as histórias que não estão nos livros de história oficiais, pois se põe a ouvir a suas versões da história que se apresentam em seu fazer cotidiano e entrelaçam-se com os momentos de “história oficial”. Um caminho bastante profícuo para identificação junto aos atores de suas trajetórias, memórias e saberes.

Além das entrevistas semiestruturadas, realizou-se um Censo Participativo (Anexos 4 e 5), para o levantamento de elementos referentes a dados demográficos, de habitação, religião, acesso à saúde e educação, aspectos econômicos e sociais, organização e uso do território e dos recursos ambientais presentes na CRQ Cavernoso 1 e em seu entorno. O caráter participativo se deu pela discussão do instrumento de coleta de dados – questionário – junto às lideranças locais. Dessa forma, foi possível que aspectos centrais relativos à organização do grupo estivessem contemplados no instrumento de coleta de dados.

Com um enfoque holístico e através de uma abordagem sistêmica (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006), a compreensão das práticas agrícolas e os conhecimentos tradicionais etnobotânicos foram acessados a partir de entrevistas semiestruturadas dialógicas e através de um instrumento de apoio (Anexo 6). Atores(as) sementes foram consultados sobre as espécies mais presentes no seu dia-a-dia, tais como modos de uso (considerados alimentícios/tempero; medicinal; espiritual/religioso; artesanatos; e outros, que incluem combustão, higiene, forragem, ornamental, etc.); as partes vegetais utilizadas (folhas, flores, tubérculos, madeira, etc.); as formas de obtenção das espécies (se através de cultivo, extração no território e/ou compra); se são cultivados nas roças, nos quintais agrofloretais ou em outro lugar do território quilombola; se são extraídos, onde são e se estão perto ou longe no território quilombola, e, ainda, se são (ou já foram historicamente) fáceis de serem encontrados; e, se são comprados, onde são, considerando as cidades mais próximas e a necessidade de deslocamento da comunidade. Posteriormente, as plantas que se enquadram foram incluídas no conceito de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), sensu Kinupp e Lorenzi (2014).

Com base nesse processo interativo com a comunidade e sua percepção, foram avaliados, ainda, os possíveis impactos dos empreendimentos (de maneira individual e sinérgica/cumulativa) ao ambiente físico e aos recursos socioambientais utilizados pela CRQ Cavernoso 1. Para compor essa avaliação, lançou-se mão também de levantamentos em campo e em fontes secundárias sobre a composição do ambiente local e o imbricamento com as dinâmicas econômicas e socioculturais da CRQ Cavernoso 1. Apresenta-se, ainda, as características dos empreendimentos, os impactos provenientes de sua instalação e operação à comunidade. A partir disso, gerou-se uma matriz de impacto, consoante ao que dispõe a Resolução CONAMA nº 001/1986, definindo, em conjunto com a CRQ, programas e medidas de prevenção, controle, mitigação e compensação em resposta aos impactos identificados.

Ressalta-se que os dados primários colhidos em campo foram complementados por pesquisas nas poucas fontes secundárias que tratam da CRQ Cavernoso 1 (tais como relatórios técnicos, informações disponíveis para consulta em órgãos públicos locais, estaduais e federais), de modo a compilar informações que contribuíssem para o entendimento do contexto socioeconômico da comunidade (tais como habitação, atividades produtivas, nível educacional, acesso à saúde, etc.). Os dados primários e secundários são aqui cotejados e complementados, com vistas a apresentar um panorama atualizado sobre a CRQ Cavernoso 1.

Cabe, antes de apresentarmos os resultados, observar que este campo foi realizado no contexto atípico da pandemia de COVID-19, em que as normas de convívio social têm sofrido radicais transformações. Assim, obedecendo as novas regras sanitárias de proteção, destaca-se que manteve-se o máximo de distanciamento dos entrevistados, não entrando em suas residências e utilizando os equipamentos de segurança individuais (EPIs) (Figuras 2, 3 e 4). Apesar das medidas restritivas, que impossibilitaram convívio mais direto e intenso com as famílias, impedindo, por exemplo, o acompanhamento do preparo de refeições, oportuno momento para captação dos conhecimentos sobre as plantas locais, dentre outras atividades, ainda assim conseguiu-se traçar bons diálogos com a comunidade.

Outra atividade que foi impossibilitada, em atenção às regras de segurança sanitária, foi a realização de reuniões comunitárias, uma vez que é impedida a aglomeração de pessoas. Mesmo a alternativa de realizá-las *on-line* tornou-se inviável devido à logística necessária e não existente no local e que para ser realizada acabaria incentivando o deslocamento das famílias de um núcleo para o outro, para conseguirem participar de tais conferências – o que também foi ponderado pela FCP em seu Parecer nº 36/2020/COPAB/DPA/PR. Sendo assim, restringiram-se as reuniões aos núcleos famílias, por medida de segurança. Conversou-se, portanto, com todos os membros da comunidade, muitos com relações de parentesco ou vizinhança, assim, sabe-se que trocaram entre si suas impressões. Isso foi observado nas conversas, quando indicavam já estarem a par da presença da equipe, avisados pelos vizinhos e pela diretoria da Associação, que já havia sido informada do estudo previamente pelo empreendedor e por contato prévio da equipe. Isso demonstra também forte grau de sociabilidade e confiança entre os moradores.



FIGURA 2: FAMÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA.



FIGURA 3: FAMÍLIA NETO DE ARCANJO.



FIGURA 4: FAMÍLIA DOS SANTOS.

## 7 DIAGNÓSTICO GERAL DA CRQ CAVERNOSO 1

A conceituação de comunidades remanescentes de quilombos, baseada em uma perspectiva antropológica não essencializante, calcada em princípios da teoria da etnicidade, abarca a diversidade e dinamicidade das situações existentes, afirmando para tanto que,

Contemporaneamente, portanto, o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (ABANT, 1994 apud O'DWYER, 2002).

Resistência essa às adversidades que os excludentes sistemas colonial primeiramente e depois o sistema de povoamento com “política de branqueamento” criaram e que se mostram nos dados socioeconômicos desiguais entre população negra e branca ainda hoje, além da criação de imaginários de ódio e racistas.

O destaque à característica da resistência é importante, pois ela se manifesta e sobrevive de maneiras distintas nas diferentes realidades e conjunturas. Assim sendo, a concepção atual de quilombo e remanescentes quilombolas, baseada numa conceituação antropológica não essencialista, admite a diversidade de formas de organização, não estabelecendo fórmulas que caracterizem como verdadeira ou falsa a etnicidade quilombola autoproclamada. Tem como fundamento, no entanto, a ligação importante com a terra onde se estabelece a comunidade quilombola, para que se permita sua produção e reprodução econômica e cultural.

Por isso a pesquisa *in loco* com a colaboração da comunidade foi de suma importância tanto para caracterização e identificação de suas peculiaridades e necessidades, subsidiando a compreensão sobre os impactos gerados pelos empreendimentos e sua intensidade.

### 7.1 HISTÓRICO DA CRQ CAVERNOSO 1 E DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA

A história da comunidade se entrelaça à história de seu Sebastião Rodrigues de Oliveira, patriarca de uma das famílias que compõem a CRQ Cavernoso 1. Sua história é contada por seus filhos e netos em fragmentos de lembranças. Atualmente, seu Sebastião,

com 87 anos de idade, se encontra acamado devido a ter sofrido 3 acidentes vascular cerebral<sup>3</sup>, fatores que fazem com que sua memória esteja um pouco fraca. Contudo, ainda há ocasiões em que conta coisas sobre sua trajetória e sua vida no local.

Conforme se conta na família, o sr. Sebastião é descendente de escravizados, sendo que seu bisavô teria vindo trazido pelos navios, junto com sua mãe. Em sua genealogia, demonstrando a ascendência com um passado relacionado ao contexto escravocrata, além da menção ao tráfico negreiro pelos navios, é de amplo conhecimento local a história da orelha rasgada de seu bisavô: por castigo ou por desmando, teve a orelha pregada a uma parede e, quando seu senhor o chamou, para não sofrer mais castigos, precisou rasgar a orelha do prego para atendê-lo.

No que diz respeito à chegada do sr. Sebastião, patriarca da família Rodrigues de Oliveira, nas terras que hoje vivem, não são muitas as lembranças evocadas. Contudo, sabe-se que ele teria sido adotado por uma família da região com maiores recursos e que quando sua mãe adotiva faleceu deixou as terras de 12 alqueires como herança para ele. Nessas terras o sr. Sebastião fez suas roças, criações de animais, construções e constituiu e manteve sua família. Quando os filhos foram crescendo e também formando suas próprias famílias, foram construindo suas casas no terreno do sr. Sebastião e utilizando pequenas áreas para cultivo e criação de sua própria subsistência. Sendo que 4 dos 5 filhos ainda lá residem.

Outras duas famílias fazem parte da comunidade quilombola. A família do sr. Bonifácio Neto de Araújo também é originária da localidade. Conta seu Bonifácio que é “meio parente” de seu Sebastião. São primos de 3º grau. Seu terreno, herdado dos pais e onde ele mora desde que nasceu, é compartilhado com suas três filhas (Lindamir, Ana Rosa e Lindacir) e seu filho (Remi), que também fazem parte da Associação Quilombola.

Já o sr. Amilton dos Santos, embora tenha ascendência familiar na região, mora em seu terreno atual há aproximadamente 50 anos. Nascido em Chopinzinho/PR, aos sete anos seus pais se separaram e ele viveu com o pai até os 14 anos. Nesse período, ambos trabalharam em várias cidades, principalmente derrubando matas para abrir roçados e trabalhando “por dia” no cultivo agrícola. Quando tinha 14 anos, sua mãe já havia se estabelecido em Candói, adquirido emprego e casado. Com isso, perguntou para ele e seus irmãos se algum deles queria morar com ela. Então o sr. Amilton decidiu vir morar com sua mãe e construiu uma casa para ele, casando também nessa época.

---

<sup>3</sup> Tendo em vista sua idade avançada e seu estado de saúde, visando garantir sua segurança e a de sua família, não foi realizada entrevista com o sr. Sebastião.

Após dois anos de casado, residindo em Candói, perdeu sua casa em um incêndio, reconstruindo-a novamente com ajuda da família e dos vizinhos. Com o tempo, foi adquirindo pequenos pedaços de terra no entorno de onde mora hoje. Na medida em que ia abrindo novas lavouras, ia comprando um pouco mais de terra nos terrenos adjacentes. Hoje possui 12 alqueires, no qual moram ele e a esposa em uma casa e um dos filhos (Adriano) em outra casa, em um pedaço do terreno. Segundo conta, nos primeiros tempos poucas eram as estradas e havia muita dificuldade para trafegar, o que acabava tornando os terrenos mais baratos.

Ainda que de famílias distintas, as relações comunitárias sempre foram fortes. Um exemplo eram os puxirões (ou “ajuntórios”) que aconteciam quando da abertura de alguma roça. Faz mais de 20 anos que não tem puxirão. Nas palavras do sr. Leonel: “*Fazia pra roçar capoeira, carpir [capinar]. Que nem aquele pedaço onde temos a agrofloresta hoje em dia ainda era assim, era na base do... nós dizia o ajuntório, né... Aí matava umas galinhas ali com quirera e a turma caía na enxada [...]*”. Complementa que vinham todos os vizinhos. No final tinha festa, o baile. Sempre havia os “carancho”, que eram os que não vinham para trabalhar, mas somente para o baile.

Sempre moraram e trabalharam ali, constituindo famílias e produzindo suas roças para subsistência. Dos netos do seu Sebastião, poucos ainda estão nos seus 12 alqueires. Isso porque, como explica seu Leonel, o terreno é pouco para todas as famílias. Então muitos tiveram que ir para a cidade para conseguir empregos e constituir família. Dos netos de seu Sebastião, moram em seu terreno, ainda, Fábio, atual presidente da associação, Regis, Breno, Donizete e Angelo José, além da bisneta Miriam.

Contam as 3 famílias que dependem das terras para viver e sempre moraram lá. Conhecem-se e ajudam entre si. E a vida sempre foi dura como é a vida na roça. Sempre muito trabalho e a dependência do clima para obter boas safras. A Associação, contam, surgiu como uma possibilidade tanto de lhes proporcionar segurança institucional e benefícios que lhes garantam e auxiliem com seus direitos fundamentais, como moradia e alimentação, no caso dos programas destinados a população vulnerável com a especificidade quilombola, como o Pronaf, Minha Casa Minha Vida e outros.

A constituição da associação quilombola remete ao contexto de estabelecimento do Decreto 4.887/03 e do Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004, “com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas”<sup>4</sup>. Conforme exposto

---

<sup>4</sup> Conforme descrição encontrada em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/julho/programa-brasil-quilombola-promove-a-cidadania-das-comunidades-no->

no Capítulo 3, a identificação com a etnicidade quilombola foi durante muito tempo apagada. O referido programa surge com intuito de apoiar esses grupos sociais e seus modos de viver, com suas especificidades, e restituir o seu direito ao território.

Foi a partir do referido Programa que os moradores da comunidade começaram a ter conhecimento de seus direitos como comunidade quilombola pela primeira vez, quando a equipe do Grupo de Trabalho Clóvis Moura entrou em contato com o sr. Sebastião na própria localidade em que moram.

Essa história é lembrada como um momento divisor de águas para a comunidade. O sr. Leonel conta que na época estava “domando uma junta de bois” com o seu pai, “descalço como de costume”, na estrada local, e que uma caminhonete estava passando e uma mulher chamada “Cremilda”<sup>5</sup> parou para conversar com o sr. Sebastião. Na ocasião, o sr. Sebastião contou sobre sua origem e sobre seu bisavô que teria sido escravizado e que tinha uma orelha rasgada.

Tratava-se, portanto, da equipe de campo do Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Esse grupo de trabalho foi instituído no estado do Paraná em 2005, visando promover subsídios para a promoção das políticas públicas que se desenvolviam no início da década pelo Estado brasileiro. Partiu da constatação de que o povo negro permanecia invisibilizado, tanto na história quanto na atualidade, mas que sua presença no Paraná era expressiva e tinha um papel relevante.

Assim, o grupo de trabalho iniciou suas atividades com um mapeamento panorâmico da presença dessas comunidades,

para ajudar na tarefa de construir uma política de Estado para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, “Terras de Preto” e Comunidades Negras Tradicionais para que “a dupla dimensão reconhecimento-redistribuição na ampliação dos patamares de justiça social” e(ou) reconhecimento como dimensão que contemple “redistribuição e justiça” sejam concretizadas (GTCM, 2008, p. 20).

Ainda, em seu Relatório de 2005-2008, o GTCM (2008, p. 21) coloca como expectativa que o levantamento de tais comunidades

pudessem apresentar elementos que as caracterizariam como tradicionais, possibilitando descoberta do autopercebimento e que resultasse, por conseguinte, no autoreconhecimento, para fins de certificação como Comunidades Remanescentes de Quilombos de acordo com o Programa Brasil Quilombola da SEPIIR e com Fundação Cultural Palmares (FCP).

---

brasil#:~:text=O%20Plano%20é%20base%20da,Local%20e%20Direitos%20e%20Cidadania.>. Acesso em: 07 jul. 2020.

<sup>5</sup> Provável referência a Clemilda Santiago Neto, Coordenadora de Ação no Campo do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, do Governo do Estado do Paraná, no Trabalho de Levantamento das Comunidades Tradicionais Negras e Quilombolas de 2004 a 2007.

Logo, as ações do Grupo de Trabalho Clóvis Moura contextualizam a história contada pelos moradores da comunidade sobre o processo de autorreconhecimento como comunidade quilombola, detentora de direitos específicos.

A partir daí, encontros aconteceram na casa do sr. Sebastião a fim de instituir e estruturar a associação quilombola. As reuniões aconteciam, inicialmente, “debaixo da laranjeira”, como costumam lembrar (Figura 5). Ali receberam a primeira atenção e as primeiras explicações do Grupo de Trabalho Clóvis Moura sobre seus direitos e os caminhos a serem percorridos para que pudessem ser beneficiários de políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas. Também foram realizadas oficinas com integrantes da Fundação Cultural Palmares sobre como estruturar e conduzir a associação, primando-se sempre, conforme faz questão de destacar o sr. Leonel, à época diretor, por manter a autonomia decisória dos membros da comunidade.



FIGURA 5: PÁTIO SOB A LARANJEIRA ONDE ACONTECERAM AS PRIMEIRAS REUNIÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA.

A Associação recebeu o nome de Cavernoso 01 por sua localização próxima ao Rio homônimo. De acordo como sr. Leonel, o rio se chama Cavernoso pois, “segundo a lenda, ele era e ainda é um rio *traíçoeiro*” e “já matou umas pessoas afogadas”.

Em outubro de 2006 a CRQ Cavernoso 1 recebeu a Certidão de Auto-Reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares. O ato contínuo, que seria a delimitação da terra quilombola, não passou de um ensaio com problemas técnicos, segundo contam os moradores. Dizem que há alguns anos alguns técnicos do INCRA estiveram no local para realizar o georreferenciamento das terras, mas que por problemas

de coordenadas, não puderam dar continuidade. Desde então, mais nenhuma movimentação houve nesse sentido.

Também se estende o processo de construção da sede física da comunidade. Já há um terreno marcado para a construção, havendo um período em que a Prefeitura de Candói tinha verba destinada para a edificação. Contudo, também por problemas de georreferenciamento, não houve tempo de finalizar o procedimento e a sede permanece sem ser construída.

A Associação Quilombola Cavernoso I foi reconhecida como de Utilidade Pública pela prefeitura de Candói por meio da Lei 1.372, de 30 de maio de 2017.

A Associação, hoje sob liderança de Fábio, caminha ainda em direção a busca pela demarcação de terras. Mantém suas reuniões para organizar as ações que hoje estão fortemente voltadas para estruturação e consolidação de uma agrofloresta (que se encontrar em sua fase inicial, com intuito tanto de produzir alimentos para a comunidade quanto também para servir como negócio de produção de alimentos orgânicos para obtenção de renda pelos moradores). Outras ações já foram empreitadas com sucesso pela Associação, tais com a obtenção das Casas por meio de programa de habitação rural, Internet e vários cursos de capacitação rurais. Mas uma ação que não sai da mira da Associação é a delimitação de suas terras, processo este que ainda está parado.

## 7.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A CRQ Cavernoso 1, localizada no município de Candói, é composta por 3 grupos de famílias, 11 núcleos familiares e 30 pessoas no total. As três famílias residem e vivem do local onde moram em pequenas propriedades, com produção agrícola de subsistência na maioria e venda de serviços. A maioria dos descendentes dessas famílias já não mora mais na localidade, pois “não há terras para todos”, segundo o sr. Leonel de Oliveira, ex-presidente da associação por muito anos.

Apresenta-se, a seguir, as famílias Rodrigues de Oliveira, dos Santos e Neto de Arcanjo.

### 7.2.1 Família Rodrigues de Oliveira

A família Rodrigues de Oliveira é a mais antiga na comunidade. Descendente do senhor Sebastião de Oliveira, neto de escravos, e de dona Joraci Alves Ferreira. Conta a história que o avô do seu Sebastião passou por uma prova de obediência ao seu “senhor”, tendo que arrancar por conta sua orelha pregada em uma tábua de madeira. História presente também no relatório do GT Clóvis Moura (IGTC, 2008).

Seu Sebastião, que hoje mora com a filha Maria Luiza, tem pelo menos 89 anos. Segundo Fábio, seu neto, seu Sebastião fez seus documentos depois de adulto, então não se sabe ao certo sua idade. Além de Maria Luiza, descende do seu Sebastião, o senhor Leonel Rodrigues de Oliveira, que foi também o primeiro líder da Associação Quilombola Cavernoso 01 e que deixou o cargo para seu filho Fábio de Oliveira. “Deixar o cargo” é uma expressão de referência a uma espécie de descendência, mas em fato a eleição para o cargo de presidente da Associação, seu líder, é feita por meio de votação em assembleia. Além de Leonel e Maria Luzia, seu Sebastião teve outros filhos ainda: Nelson, Nivaldo e Doraci Rodrigues de Oliveira. Destas, apenas a última, Doraci, não reside no território herdado.

Dos cinco filhos do senhor Leonel, apenas Fábio mora e produz na comunidade. Fábio é um jovem agricultor, que teve a oportunidade de cursar 2 anos e meio de licenciatura em Educação no Campo, onde aprendeu muito sobre a importância da alimentação saudável e o manejo sustentável dos recursos naturais. Reflete e busca trazer para a comunidade discussões e formas de fazer relacionadas à agroecologia, como no projeto da agrofloresta. O objetivo do projeto é produzir comida saudável de modo sustentável. Associado às discussões sobre agroecologia, busca resgatar saberes ancestrais daqueles que constituem a comunidade quilombola:

*“Eu já consigo me intitular, e eu gosto de dizer que eu sou agricultor, sabe? Pra mim é um orgulho, eu sou jovem e quero estimular que a população mais nova volte pro campo; tenha uma alimentação saudável; tenha a obtenção dos conhecimentos, né, passado de geração em geração, que é uma coisa super interessante. É a cultura! Não deixar a cultura se perder! Que nem uma época veio um projeto de capoeira, nossa... capoeira foi outra coisa apaixonante, na verdade!”*  
(Fábio)

Sabe-se que as culturas antepassadas negras, indígenas e tantas outras foram suplantadas em nome de uma cultura ocidentalizante, branca e católica. Há um movimento, principalmente a partir da década de 1970, por parte dos movimentos sociais em especial, para o reconhecimento, resgate e valorização desses saberes, que conforma culturas específicas e diversas. Fábio traz esse debate para resgatar para as gerações atuais os conhecimentos deixados de lado, como os conhecimentos sobre a terra e crenças antepassadas. Com isso pretende também empoderar os sujeitos que lá vivem.

Nenhum dos três filhos de Nivaldo reside na comunidade. Apenas um filho de dona Maria Luiza reside com sua família no terreno herdado (Regis). Dos seis filhos do sr. Nelson, três residem com os pais na comunidade, além de uma neta, sendo que dois filhos trabalham fora e revezam os períodos no trabalho e em casa. Da família do sr. Sebastião, portanto, são 15 moradores de 6 núcleos familiares e 3 gerações (Figura 6).

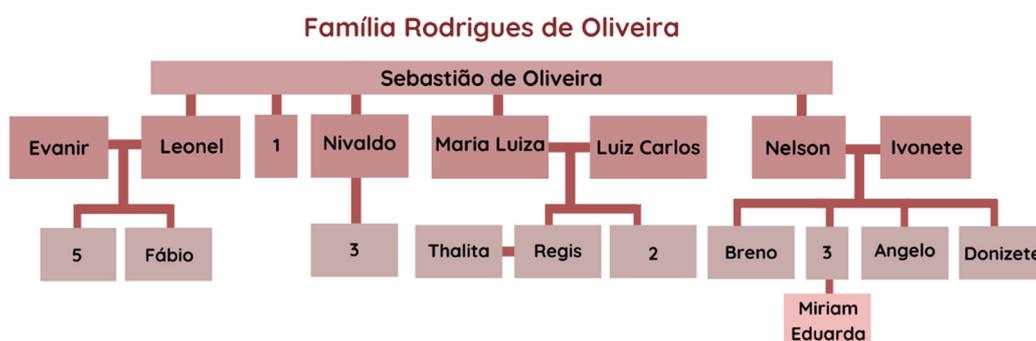


FIGURA 6: ÁRVORE GENEALÓGICA ILUSTRATIVA DA FAMÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA. SÃO INDICADOS OS NOMES DAQUELES QUE ATUALMENTE RESIDEM NA CRQ CAVERNOSO 1.

Na família Rodrigues de Oliveira, a maioria não completou o ensino fundamental, tendo feito apenas as séries iniciais, provavelmente por morarem em área rural, onde só havia as escolas multisseriadas rurais. Somente os mais jovens cursaram o ensino médio, e Fábio chegou a iniciar a Faculdade Rural, UFFS-PR, em Laranjeiras do Sul. Todos são agricultores, sendo que a terra é utilizada para produção de subsistência e venda de alguns produtos oriundos das roças e da produção animal, na propriedade de seu Leonel e de dona Maria Luiza. Além do trabalho na roça, outra atividade econômica realizada é a venda de serviços por diárias (Fábio, Nelson, Nivaldo e Luiz Carlos), que são trabalhos temporários, além de trabalhos em fábricas (Donizete e Angelo José).

A maior parte da renda é oriunda de benefícios sociais, como o Bolsa-Família e a aposentadoria. As casas onde residem foram adquiridas por meio do programa de habitação rural. Os serviços de infraestruturas são mínimos, sendo a água utilizada vindas de poço ou rio, destinação de dejetos em fossas sépticas, e resíduos enterrados ou queimados.

### 7.2.2 Família dos Santos

O senhor Amilton dos Santos, junto com sua esposa Maria Rosa, residem na comunidade há cerca de 45 anos. Conta que quando foi morar em Candói, por ocasião do convite de sua mãe, residiu inicialmente em outro local, do qual precisou se mudar quando sua casa pegou fogo. Ele conta que conseguiu um pedaço de terra onde mora por ser uma lomba, que tem pouco interesse econômico, mas que como sempre trabalhou na roça, sabia que poderia ali produzir. Casou-se e criou os filhos na terra onde ainda reside, e foi ampliando sua propriedade à medida que pôde. Conta orgulhoso que conseguiu seus 15 alqueires comprados com muito trabalho em sete contratos de desistência: “*cada vez que tinha um dinheirinho comprava mais um pedacinho*”.

Seu Amilton teve oito filhos, dos quais sete estão vivos. Tem muitos netos e já tem três bisnetos. Apenas seu filho Adriano reside na comunidade, com sua esposa e a filha de ambos. O senhor Amilton cursou apenas a primeira série do ensino fundamental e sua esposa, dona Maria Rosa, nunca foi à escola. Adriano terminou o ensino fundamental e sua esposa o ensino médio. Sua filha de 9 anos, Manuela, está no terceiro ano do ensino fundamental (Figura 7).

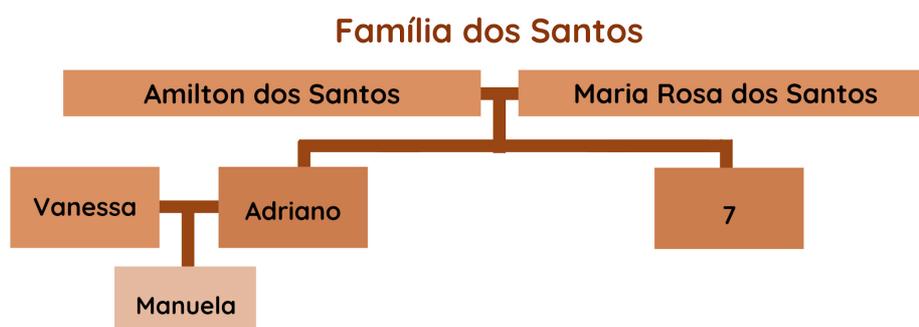


FIGURA 7: ÁRVORE GENEALÓGICA ILUSTRATIVA DA FAMÍLIA DOS SANTOS. SÃO INDICADOS OS NOMES DAQUELES QUE ATUALMENTE RESIDEM NA CRQ CAVERNOSO 1.

Seu Amilton, além da produção agrícola das roças para subsistência, cultiva também soja, milho e feijão para venda em uma cooperativa em Cantagalo. Seu filho, Adriano, trabalha atualmente como funcionário em um supermercado, também em Cantagalo. Ambas as esposas trabalham na roça familiar e em casa.

### 7.2.3 Família Neto de Arcanjo

A terceira família que compõe a CRQ Cavernoso 1 é a de seu Bonifácio Neto de Arcanjo (Figura 8). Seu Bonifácio sempre morou em Candói e mora na comunidade há 73 anos. Conta que é primo de terceiro grau do seu Sebastião. O senhor Bonifácio tem 79 anos, recentemente viúvo, é agricultor e teve quatro filhos com dona Ervina Nunes de Arcanjo. Todos residem na comunidade. O senhor Remi Nunes de Arcanjo, 56 anos, e dona Lindamir de Fátima de Arcanjo, 50 anos, também são agricultores e trabalham na propriedade junto ao pai.

Ana Rosa de Arcanjo, 54 anos, agricultora, vive com os filhos Marcos Araújo de Lara, 26, Marali Arcanjo de Lara, 24, Josué Arcanjo de Lara, 23, Davi Arcanjo de Lara, 21, e Rosalvo Arcanjo de Lara, 20 anos. Dentre os filhos de Ana Rosa, somente Marali tem emprego fixo em uma fábrica de palitos. Os demais trabalham como diaristas e na roça familiar. Todos os filhos cursaram o ensino médio, sendo que apenas Marcos e Marali não o completaram.

Lindacir Nunes de Arcanjo, 45 anos, agricultora e dona de casa, vive com o marido, o senhor Arival Antônio de Almeida, 61 anos, agricultor, e com o filho Marwel João Nunes Carneiro, 14 anos, que estuda no 8º ano do ensino fundamental. Lindacir e o esposo cursaram o ensino fundamental incompletos.

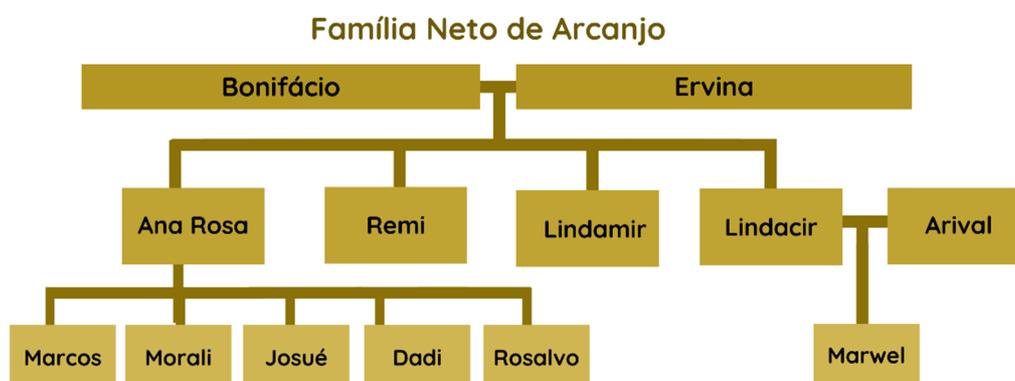


FIGURA 8: ÁRVORE GENEALÓGICA ILUSTRATIVA DA FAMÍLIA NETO DE ARCANJO. SÃO INDICADOS OS NOMES DAQUELES QUE ATUALMENTE RESIDEM NA CRQ CAVERNOSO 1.

### 7.3 EQUIPAMENTOS SOCIAIS, INFRAESTRUTURA E ECONOMIA

A comunidade, localizada na zona rural do município de Candói, está mais próxima do centro do município de Cantagalo, portanto, acaba utilizando também serviços nesta cidade (Figura 9).

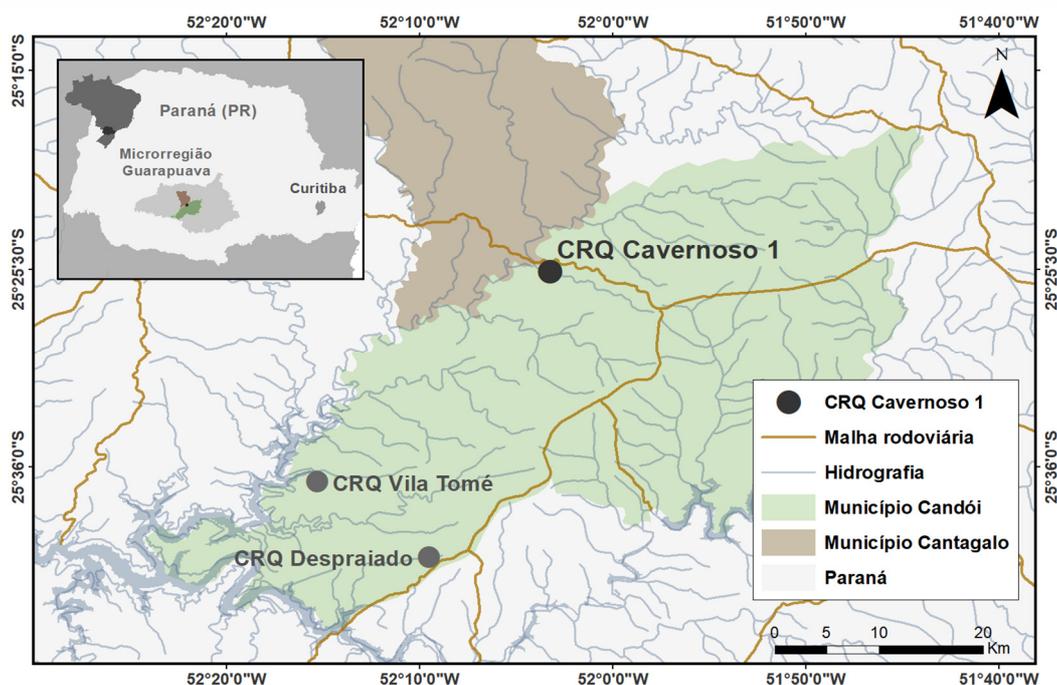


FIGURA 9: LOCALIZAÇÃO DA CRQ CAVERNOSO 1.

Os serviços básicos de saúde e educação são utilizados a partir de Candói por questões burocráticas. Há ônibus escolar que busca os estudantes. No caso do posto de saúde, utilizam também o de Candói. Isso caso necessário, pois a maioria dos moradores diz não precisar de nada de fora da propriedade, exceto escola para as crianças. Do setor de serviços pouco usam. Apenas supermercados e algumas lojas, mas esporadicamente. Para alimentação, pouco necessitam de fora da propriedade, pois plantam quase tudo o que precisam, exceto farinha, sal, açúcar e produtos de limpeza. Além disso, a faixa de renda da comunidade é de cerca de um salário mínimo ou menos. O trabalho na roça não gera renda significativa, sendo os benefícios públicos, aposentadoria e Bolsa-Família, as receitas mais expressivas. Quando conseguem, os jovens procuram emprego em fábricas locais ou, como Adriano, que trabalha no supermercado, no setor de serviços na cidade de Cantagalo ou Candói. Muitos trabalham como diaristas no serviço rural, ficando algum tempo longe de casa e retornando quando acaba o serviço.

A maioria dos moradores é católica, mas não há igreja próxima. Frequentam os cultos que acontecem em períodos irregulares no centro comunitário da localidade de Barreiro, que fica ao lado da CRQ. Não há mais festas comunitárias. Dizem que não tem mais porque “ficou muito perigoso”.

Um evento que agrega os produtores tanto da comunidade como dos arredores são os cursos disponibilizados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC. São cursos de manejo de plantas e produção orgânica, resgatando conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais. Há ainda cursos voltados para o beneficiamento da produção para incremento da renda, como produção de compotas, além de cursos de artesanatos.

O ponto de confraternização dos moradores é a Associação, que os une em torno de um objetivo comum, o reconhecimento e demarcação das terras quilombolas, com todos os direitos que isso lhes traz. Já conseguiram, conta o antigo presidente, seu Leonel, as moradias do programa de habitação rural. Além disso, a comunidade conseguiu reconhecimento por parte da Prefeitura Municipal de Candói, que Declara, na Lei 1.372/2017, a Associação da Comunidade Quilombola do Cavernoso I e do Barreiro como de Utilidade Pública. A Associação, cujo presidente atual é Fábio de Oliveira, ainda não possui sede física. Já se tem o terreno, mas ainda não se conseguiu recursos para sua construção.

## 7.4 CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Os saberes ancestrais negros foram, assim como de outras etnias, espoliados e suplantados em favor de conhecimentos ditos “civilizados” (LEITE, 1991). Atualmente, se constrói uma trajetória de reconhecimento e de resgate desses conhecimentos, junto ao empoderamento daqueles que foram despojados de seus direitos mais básicos, denominados hoje como Direitos Humanos. Mas, ainda assim, há resistência por parte dos grupos étnicos que foram sempre tolhidos e por parte dos grupos Outros (aqueles de fora dos grupos étnicos) para fazer uso desses conhecimentos ou admitir que fazem. É o caso dos conhecimentos sobre, por exemplo, benzimentos e plantas associadas a essas práticas. Percebe-se nos discursos uma resistência falar sobre esses conhecimentos, muito provavelmente em função dos preconceitos historicamente ocorridos às religiões de matriz africana e afro-brasileiras. Nos itens seguintes, aprofunda-se mais os vínculos dos conhecimentos tradicionais etnobotânicos associados tanto às expressões espirituais/religiosas, como a utilização de plantas para fins medicinais, artesanais, alimentares, entre outros.

### 7.4.1 Benzimento

Em relação aos conhecimentos sobre benzimento, mostram-se reticentes para comentar. É um conhecimento que foi muitas vezes perseguido na história, então é geralmente difícil de ser identificado por aqueles que vêm de fora. Ainda assim, compartilham algumas histórias e memórias. Falam que quem sabia benzer era seu Sebastião. Este benzia de tudo, mas não passou para os mais jovens, que, por sua vez, não se interessaram. Ainda assim, alguns conhecimentos foram repassados. Dona Maria Luiza conta orgulhosa que benze de berrugueiro e que aprendeu com seu pai, que hoje reside com ela. Não se interessaram tanto porque não achavam importante, dizem, mas também porque se tinha a ideia de que seu Sebastião sabendo, já bastava para manter a comunidade saudável. Não pensaram que um dia seu Sebastião não poderia mais benzer, diz dona Maria Luiza. Fábio, entusiasta do resgate da cultura local e líder comunitário, aprendeu com seu avô (seu Sebastião) a benzer berruga. Outra pessoa reconhecida por seus conhecimentos de benzedor é seu Valmor, que benze de nervo torto, mas não faz parte da Associação Quilombola.

Os conhecimentos sobre plantas medicinais, do mesmo modo, são dificilmente identificados na primeira conversa. Percebe-se um certo constrangimento em falar sobre uso de plantas para solucionar problemas de saúde. Isso, muito provavelmente, em função do conhecimento ser questionado no que diz, respeito à sua eficácia e por ter sido por muito tempo suplantado em razão do conhecimento biomédico. Assim, quando pergunta-se o que

usam para solucionar problemas de saúde passageiros, como desconforto abdominal, indigestão e outros, prontamente dizem ir ao postinho e não se referem a chás ou plantas. Além disso, o conhecimento é tão presente que às vezes não se sabe distingui-lo quando questionados. Assim, por exemplo, ao comentarmos sobre um dor de cólica, com Regis e sua esposa Thalita, prontamente indicaram o chá de louro, mesmo que logo antes tivessem dito não lembrar de plantas medicinais. E complementam com: “*a gente não sabe assim, mas quando precisa a gente sabe*”. Da mesma forma, também dona Maria Luiza conta que aprendeu com seu pai Sebastião a fazer um defumador contra mau olhado para os animais do terreno.

Da família Neto de Arcanjo, Ana Rosa destaca a Carqueja como “boa para o estômago”, seu Remi fala do Endro, do Hortelã, da Malva, da Marcela e seus usos. Além da cultura do uso de plantas medicinais, Remi destaca que antigamente se faziam trocas da produção tanto de alimentos como de sementes. E, ainda, seu Bonifácio fazia “simpatias” para os animais e plantas, para ficarem melhor.

Não se pode resgatar todos os conhecimentos apagados, mas percebe-se esse movimento de resgate na comunidade. A superação de anos de preconceito não segue um tempo linear e definido, mas há uma trajetória de reconhecimento e valorização em curso. Verifica-se que passado o desconforto inicial de estarem falando com desconhecidos, se mostram satisfeitos quando os conhecimentos são reconhecidos pela equipe.

#### **7.4.2 Roças Tradicionais Quilombolas**

Um adágio de seu Leonel é que “*quilombola mora perto da lomba*”. E no caso da CRQ Cavernoso 1, foi neste ambiente que desenvolveram suas habilidades e técnicas de plantio de subsistência, suas roças. O senso de comunidade e ajuda mútua se fazia presente nos “puxirões”, que como diz seu Leonel: “*Hoje em dia não tem mais puxirão, já faz uns 20 anos*”. Não fazem mais os “ajuntórios” para abater os animais ou para roçar, mas ainda se ajudam sempre que podem. Um exemplo é dado por Dona Ivonete, que conta que quando tiveram problema na roça do feijão, o vizinho, seu Amilton, emprestou um pouco do feijão para poderem passar o ano.

Sobre o plantio, seu Amilton conta que quando chegou não havia plantação nenhuma, não tinha vacas nem nada. Até porque nas “sangas” é difícil de usar máquinas, tem que ser à mão, como afirma também dona Ana Rosa. É, portanto, um plantio baseado nos conhecimentos da terra e do clima e tendo o conhecimento que a terra “não é tão boa para o plantio”. Ainda assim, sempre plantaram e tentam produzir de forma sustentável, sem utilização de agrotóxicos, como diz dona Ana Rosa, que alerta para o fato de que são incompatíveis o agrotóxico e o plantio de alguns legumes e verduras.

É comum o plantio para subsistência, então planta-se o milho e o feijão como base para alimentação da família e dos animais e também frutas e verduras. Em todas as casas vê-se árvores frutíferas e o quintal com as verduras.

*“Eu planto alface, cebola de cabeça, agora tem uma plantação de cebola de cabeça ali e aquela outra batata vermelha, como é que é? A beterraba eu planto, e couve, duas três qualidades de couve, sempre esse ali, eu planto salsinha na horta” (Ana Rosa).*

#### **7.4.3 “O povo preto sempre fez agrofloresta...”: Sabedoria tradicional, cultura e segurança alimentar**

A CRQ Cavernoso 1 está situada na formação fitogeográfica da Floresta Ombrófila Mista (FOM) do tipo Montana, relacionada com a elevação e a latitude no Planalto Meridional brasileiro (Figura 10) (IBGE, 2012). A FOM é uma das formações do domínio Mata Atlântica, bioma reconhecido mundialmente como um dos 36 *hotspots* de biodiversidade prioritários para a conservação (MITTERMEIER et al., 2011). Também denominada Floresta com Araucária, a FOM é caracterizada pela coexistência de vegetações folhosas típica da Mata Atlântica com a presença de coníferas, em especial, a araucária (*Araucaria angustifolia*). Além da altitude (desde 500 m a 1.500 m), o clima pluvial subtropical com chuvas bem distribuídas ao longo do ano e com a ocorrência de geadas também influenciam nesta formação vegetal (IBGE, 2012; ESSER; NEVES; JARENKOW, 2019). Na região Sul do Brasil, a FOM do tipo Montana ocupava quase todo o Planalto Meridional acima de 500 m, mas, atualmente, é encontrada em apenas poucas regiões (IBGE, 2012). Tal formação sofreu grande fragmentação no século XX, devido à intensa exploração madeireira (em especial no estado do Paraná), a substituição da vegetação por pastagens e o grande aumento de monoculturas de soja e trigo (IBGE, 2012; MARTINS et al., 2017). No princípio dos anos 2000, a cobertura florestal remanescente da FOM foi estimada em apenas 0,7% em comparação a sua extensão original (MARTINS et al., 2017; MEDEIROS; SAVI; BRITO, 2005).

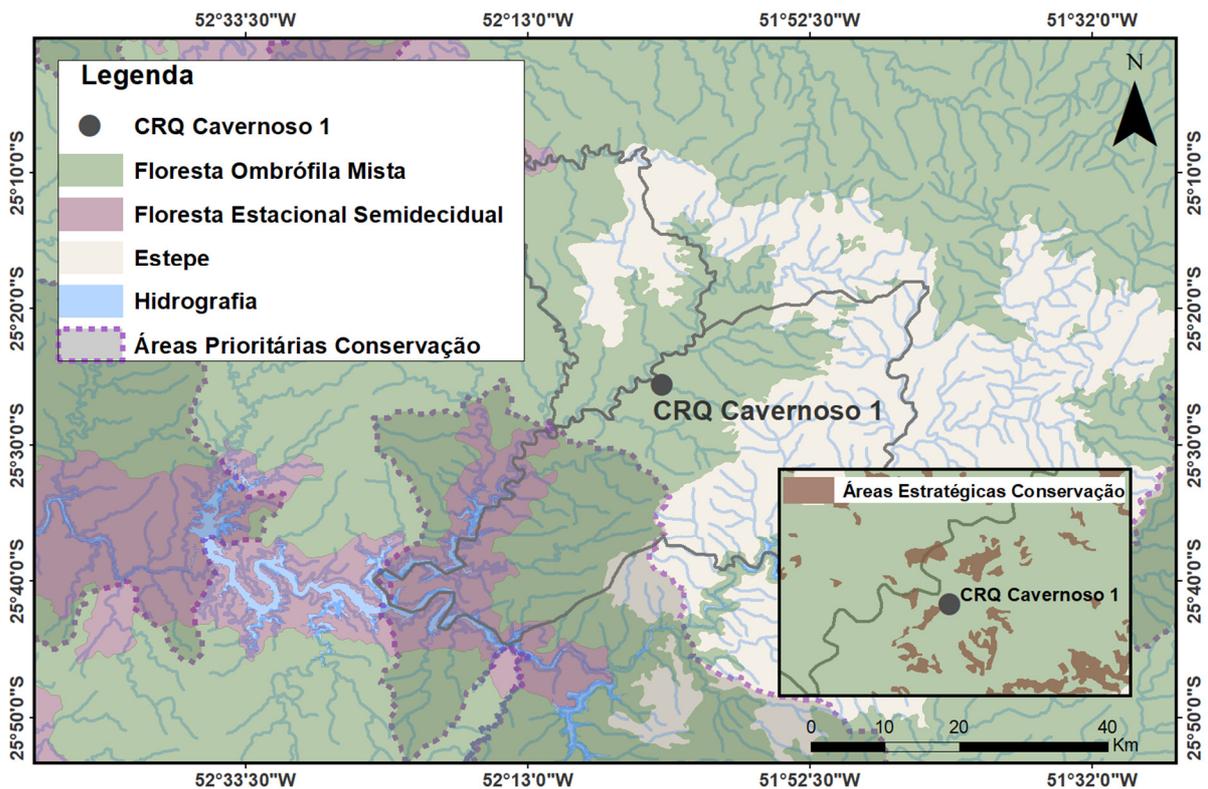


FIGURA 10: COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAVERNOSO 1 EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO FITOGEOGRÁFICA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA. NO MAPA, ESTÃO INDICADAS AS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA A NÍVEL DE POLÍTICA FEDERAL PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (BRASIL, 2004) ([HTTP://AREASPRIORITARIAS.MMA.GOV.BR/](http://AREASPRIORITARIAS.MMA.GOV.BR/)); E NO DETALHE AS ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA A CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ DEFINIDAS COMO POLÍTICA ESTADUAL PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ ([HTTP://WWW.IAP.PR.GOV.BR/](http://WWW.IAP.PR.GOV.BR/)).

Tal contextualização prevê o enfoque holístico e a abordagem sistêmica dos dados levantados, tal como propõe a agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006). No que diz respeito aos dados desta seção, dois âmbitos são abordados. O primeiro, realizado de forma qualitativa, se refere às práticas agrícolas tradicionais e convencionais associadas às roças, a forma de ocupação dos usos do solo e os processos agroecológicos envolvidos. Já o segundo, diz respeito ao levantamento etnobotânico<sup>6</sup>, que é apresentado tanto de forma quantitativa como qualitativa no contexto do sistema cosmos-corpus-práxis (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

<sup>6</sup> Toda pesquisa que envolva o acesso à propriedade intelectual de povos e comunidades tradicionais deve ser cadastrada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), regulados pelo Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Em Estudos de Componente Quilombola de Análises de Impacto Ambiental não há a previsão de tal cadastramento. Contudo, em base a postura ética adotada, tais conhecimentos serão ao máximo preservados (por exemplo, em indicações de plantas medicinais será apresentado apenas “sim” ou “não”, sem o detalhamento de para que são utilizadas).

#### 7.4.3.1 Práticas agrícolas tradicionais, convencionais e processos agroecológicos

“*Nosso ramo é a roça...*”: a CRQ Cavernoso 1 esta centenariamente nesta terra (ITCG, 2008), desenvolvendo uma agricultura familiar de subsistência. As roças tradicionais quilombolas são responsáveis por garantir a soberania alimentar e segurança nutricional, a autonomia e, ainda, o fortalecimento cultural através da transmissão de saberes (SANTOS; GARAVELLO, 2016). O conhecimento tradicional se edifica a partir das experiências e práticas empíricas, mantendo-se através da oralidade e da memória coletiva, de modo a propiciar um entendimento dinâmico do território. O manejo dos recursos, através da roça, ajuda a promover a conservação das práticas culturais e a manutenção das variedades agrícolas, um dos maiores patrimônios materiais e imateriais envolvidos (LIMA; VIEIRA, 2018; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

No que diz respeito ao cultivo, as roças são individuais a cada núcleo familiar e manejadas pelos integrantes de cada família, sem distinção de gênero (Figura 11). Homens e mulheres identificam-se como agricultores e agricultoras de profissão. As roças familiares são intercaladas com áreas florestais (FOM) que se mantêm bem preservadas e áreas de vegetação rasteira nativa, que são utilizadas também como áreas de pastagem para poucas cabeças de gado (Figura 11). O cultivo depende da regularidade das chuvas, uma vez que não há sistemas de irrigação implantados.

São cultivadas principalmente a mandioca, o feijão-preto, o milho, a batata-doce (chamada apenas de batata) e variedades de abóbora (Figura 12, A e B) (Tabela 1). Essas espécies são a base principal da alimentação cotidiana e sustentam também a criação animal. Há, em menor proporção, também o cultivo de cana-de-açúcar e aveia que, juntamente com o milho, são utilizados para forragem, assim como as outras partes vegetais que não são diretamente consumidas (Figura 12, D). Os resíduos vegetais, além da forragem, também são utilizados para a cobertura do solo das roças e como adubo. A produção animal é composta principalmente por galinhas e porcos, seguido de gados, cabritos, perus e jataís (abelhas nativas) (Figura 12, C). A maior parte da criação, assim como do cultivo, são apenas para subsistência familiar. Há, contudo, a realização de vendas ocasionais de ovos de galinha, feijão, milho, mandioca e cabritos. Apenas um núcleo familiar (a família dos Santos), cultiva soja para subsistência e para venda em uma cooperativa no município de Cantagalo. A criação animal é apontada como um

complemento importante na segurança alimentar da comunidade<sup>7</sup>, sendo uma atividade que também depende diretamente da produção adquirida no trabalho da roça.

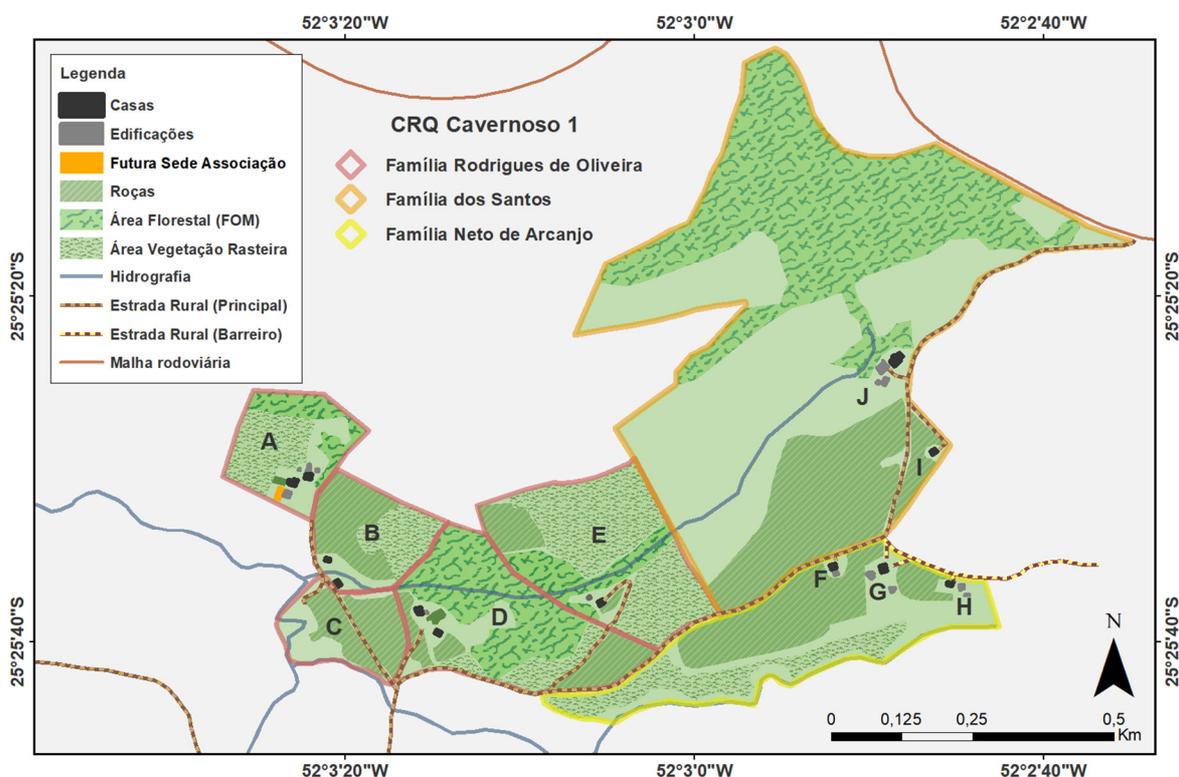


FIGURA 11: USOS DO SOLO PELOS TRÊS GRUPOS FAMILIARES NA CRQ CAVERNOSO 1. DESTACA-QUE QUE OS LIMITES SÃO APROXIMADOS, A PARTIR DE UM MAPA CONSTRUÍDO COM OS MORADORES, E NÃO HÁ A PRETENSÃO DE DELIMITAR A TERRA QUILOMBOLA. EM VERMELHO O GRUPO FAMILIAR RODRIGUES DE OLIVEIRA: A) TERRENO DA SRA. EVANIR, ESPOSA DO SEU LEONEL, ONDE VIVE FÁBIO E ONDE ESTÁ A ÁREA ESCOLHIDA PARA A FUTURA SEDE DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA; B) TERRENO ONDE VIVE SR. NIVALDO; C) TERRENO DO SEU LEONEL, QUE MORA COM A ESPOSA E DESENVOLVEM COM FÁBIO O SISTEMA AGROFLORESTAL; D) TERRENO DE LUIZ CARLOS E MARIA LUIZA, ONDE MORA TAMBÉM O FILHO RÉGIS COM A ESPOSA THALITA; E) TERRENO DE IVONETE E NELSON, ONDE VIVEM COM TRÊS FILHOS E UMA NETA. EM AMARELO O GRUPO FAMILIAR NETO DE ARCANJO: F) TERRENO DE LINDACIR, QUE VIVE COM O ESPOSO ARIVAL E O FILHO MARWEL; G) TERRENO DO SEU BONIFÁCIO, O PATRIARCA DA FAMÍLIA, QUE VIVE COM OS FILHOS REMI E LINDAMIR; H) TERRENO DA SRA. ANA ROSA, QUE VIVEM COM OS FILHOS. EM LARANJA O GRUPO FAMILIAR DOS SANTOS: I) TERRENO DE ADRIANO E VANESSA, QUE VIVEM COM A FILHA; J) TERRENO DE SEU AMILTON E MARIA ROSA.

<sup>7</sup> “Ah eu se eu pudesse eu queria fazer montes de roça, que nem de milho, e criação bastante também... porque ajuda a gente bastante, se a gente tiver um terreno maior... daí se a gente tiver bastante terreno a gente pode plantar mais e sustentar mais as criação né, eu gostaria de ter terreno bastante pra plantar bastante”.



**FIGURA 12: ROÇAS E CRIAÇÕES NA CRQ CAVERNOSO 1: A) SEU NELSON E AS RECÉM-COLHIDAS MANDIOCAS, QUE JÁ ESTAVAM EMBAIXO DA TERRA HÁ QUASE DOIS ANOS; B) SEU BONIFÁCIO E O FILHO, SEU REMI, DEBULHANDO MILHOS CRIOULOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL; C) PRODUÇÃO DE ABELHAS JATAÍ PARA OBTENÇÃO DE MEL NA PROPRIEDADE DO SEU BONIFÁCIO; D) COLHEITA DE AVEIAS PARA FORRAGEM REALIZADA PELO SEU LEONEL.**

Além das roças, há também hortas que estão mais próximas das casas, nos quintais, onde são cultivadas diversas hortaliças (como alfaces, alho-poró, brócolis, couve-flor, couve, repolho, almeirão, etc.) utilizadas cotidianamente (Tabela 1). As hortaliças são normalmente plantadas de forma intercalada e diversificada, com a presença de tubérculos (como o açafrão-da-terra e o gengibre) e outros itens alimentícios e de uso medicinal (cebolinha, orégano, alecrim, alfavaca, hortelã, pulmonária, etc.) (Tabela 1). Tais cultivos agrícolas estão integrados espacial e temporalmente a espécies arbóreas (especialmente frutíferas, mas também madeireiras), de modo que podem ser entendidos como quintais agroflorestais – assemelhando-se aos Sistemas Agroflorestais (SAFs) (DIDONET, 2016). Os quintais agroflorestais aportam a diversificação alimentar, oferecendo uma oferta mais estável de itens ao longo do ano. Ainda, os quintais agroflorestais são extremamente importantes para o cultivo de plantas medicinais e outras plantas que façam parte dos sistemas de crenças, vinculados à cultura e à transmissão de saberes (DIDONET, 2016).

Nos quintais agroflorestais da CRQ Cavernoso 1, a maioria das espécies arbóreas é nativa da Mata Atlântica (como a guabiroba, o butiá e o araçá) ou já são naturalizadas (como os limoeiros, as laranjeiras, pessegueiros e cerejeiras), mantendo, assim, as características do ecossistema onde estão inseridas (Tabela 1). Dentre as naturalizadas, há uma laranjeira simbólica (no quintal em frente a atual casa de Régis e Thalita), sob a qual foram realizadas as primeiras reuniões da associação quilombola, no terreno onde estava a primeira casa de seu Sebastião. Já no que se refere a matéria-prima para a combustão, a principal forma de obtenção se dá através da coleta e do reaproveitamento de madeiras caídas, coletadas tanto nos quintais como no território quilombola. Algumas espécies citadas foram o branquilha, monjoleiro, aroeira e a pitangueira (Tabela 1). O corte de árvores estritamente para combustão é pouco realizado e há, nos relatos, uma constante preocupação com a manutenção das formações florestais: *“Não, aqui no mato nós não mexemo, porque dá dó de mexe em mato hoje em dia né (...) não tem como mexe em mato porque se não a gente fica sem... é que nem diz, a gente cuida, mas tem milhares que não cuida, e quem vai sofrer as consequências é os coitadinho dos novo né?”*.

*“É, de primeira [antigamente], quando nós era forte nós plantava essas outras coisas, agora planta o mais necessário né?”*: Destaca-se que, historicamente, a comunidade cultivava também arroz, amendoim e outras variedades de milho crioulo, além de manejar a erva-mate para produção e consumo próprio. No entanto, tais práticas tiveram de ser abandonadas. Um dos motivos apontados foi a diminuição de espaços disponíveis para plantar e cultivar novas roças, dado o aumento das famílias dentro do território, sem uma expansão do espaço físico do mesmo. Essa é uma das razões indicadas para explicar

o êxodo dos mais jovens, que vão buscar oportunidades de trabalho nos centros urbanos. Ainda, a perda de diversidade de variedades de sementes crioulas é também apontada como uma dificuldade na segurança alimentar, decorrente das transformações do entorno. Um exemplo é o milho<sup>8</sup>, no qual o aumento de cultivos com sementes não crioulas nos arredores, considerando a polinização realizada pelo vento, acaba por alcançar as variedades crioulas, gerando variedades híbridas menos férteis e/ou menos produtivas ao longo do tempo (nas gerações seguintes).

*“É, o arroz era uma planta boa assim quando era crioulo né, que daí ele era purinho né?”.* Já o arroz é um dos cultivos abandonados pela falta de espaço; enquanto o abandono da preparação da erva-mate refere-se, principalmente, às dificuldades da própria produção. Atualmente esses dois itens, junto com o açúcar e o trigo, são comprados nas cidades vizinhas, em especial no município de Cantagalo, dada sua proximidade. A farinha de milho é mais utilizada que a de trigo (para pães, bolos, polenta, quirera, consumida com leite, etc.) e, há alguns anos, também necessita ser comprada, pois deixou de ser produzida.

A prática da roça de coivara para renovação da terra entre plantios foi principalmente substituída pela lavração (manual e com ajuda de arado), para descompactar e arear o solo antes da semeadura. Seu Amilton, que possui a maquinaria necessária, costuma ajudar os vizinhos, diminuindo o uso da força do trabalho braçal necessário. As sementes utilizadas são preferencialmente crioulas, mas também foi relatada a necessidade de compra por algumas famílias, ainda que haja, por vezes, trocas de sementes entre os moradores. Os agrotóxicos, chamados pela comunidade de “veneno”, também foram incorporados nas últimas décadas por algumas famílias, mesmo que ainda haja um certo receio na utilização dos mesmos<sup>9</sup>. Segundo Fleck et al. (2019), a priorização do público englobado pela categoria de povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007) tem se apresentado como uma resposta à qualificação dos dados sobre a pobreza rural (que possui raça, cor e etnia), atrelada aos altos níveis de insegurança alimentar no país. Assim, após anos de assistência técnica e de subsídios estatais baseados nas premissas da agricultura convencional (estimuladas pela revolução verde), o reconhecimento desta categoria tem impulsionado novas políticas públicas de fomento sociocultural e agrícola, agora baseadas na transição

---

<sup>8</sup> *"Antigamente eu me lembro que nós plantava pipoca, que hoje em dia não dá né, porque diz que a pipoca se ela é misturada assim com esse outro milho ela vira o milho né [...] tinha já do [milho] amarelo, mas aí o terreno era mais grande, daí tinha lugar... por exemplo, podia plantar aqui uma pipoca e pra lá em diante tudo, plantava a feijoada no meio e no resto plantava a outra, daí não misturava, agora hoje em dia tem que plantar tudo perto e, daí os vizinho também fazendo, ele [o milho] mistura tudo, daí a pipoca que eu gostaria de plantar aqui, não tem mais".*

<sup>9</sup> *"De vez em quando joga um veneninho [...] eu não gosto de veneno nas coisas, que nem eu falo, porque se a gente pega, vamos dizer, um pedacinho de terreninho que nem esse bem pequenininho, e você pega e passa um veneno, ele não dá abóbora, não dá um pepino, não dá uma batata né, então eu procuro usar é só se for preciso mesmo [...] mas se não eu não uso, não gosto de veneno nas planta".*

agroecológica e orgânica e na valorização da sociobiodiversidade. Um exemplo destas políticas são as atualmente apoiadas pelo INCRA através da PLANAPO, onde a transição agroecológica é entendida como “o processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica” (BRASIL, 2012).

A solidificação da agroecologia como disciplina acadêmica, prática agrícola e movimento sociopolítico (WEZEL et al., 2009) dá suporte político, científico e social à essa mudança de paradigma. Contudo, como muito bem levantado por Fábio, o atual líder da associação quilombola: “*o povo preto sempre fez agrofloresta, o indígena sempre fez agrofloresta, só que a gente via o índio como aquele cara que não queria limpar as roça... não, eles tem outra sintonia, outro aspecto com a natureza, outra visão de mundo, entendeu?*”. Fábio se refere ao que, cada vez mais, tanto a agroecologia como as etnociências se dedicam a estudar: a presença (e a resistência) de povos e comunidades tradicionais em seus territórios, expressada através da continuidade de seus modos de vida, são essenciais para a conservação da sociobiodiversidade (DIEGUES, 2000b; MMA, 2006; SHIVA, 2003; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). No CRQ Cavernoso 1, a grande biodiversidade presente nos quintais agroflorestais são um potente exemplo da relação existente entre os sistemas de crenças (*cosmos*), o conjunto de conhecimentos (*corpus*) e as práticas produtivas (*práxis*) na manutenção da diversidade biológica associada.

Através do Fábio, o processo de transição agroecológica e de produção orgânica começa a ganhar vida na comunidade, muito antes do alcance das políticas públicas. Tanto o acesso à Educação no Campo (UFFS-PR) como as oportunidades de vivência em cursos práticos e conceituais sobre agroecologia, ampliaram no jovem líder tanto o interesse pela prática agrícola, como também uma apropriação pelo movimento sociopolítico (como exposto na fala de Fábio, sobre ser agricultor, no item 7.2.1).

Atualmente, junto com seu pai, seu Leonel, e com o entusiasmo da madrastra Evanir, Fábio implementou no terreno da família um SAF (também chamado de agrofloresta), de sistema agrossilvicultural, ou seja, com o arranjo de plantas hortaliças anuais e árvores nativas (Figura 13). Algumas espécies, como o guapuruvu, o jaracatiá e o tamarindo, estão sendo introduzidos no sistema (Figura 13). Pitangueiras e aroeiras-pimenteira também estão sendo plantadas para um projeto de extração sustentável de óleos essenciais. O SAF está sendo cultivado na beira de um corpo d'água onde Fábio aprendeu a nadar com seu avô Sebastião (Figura 13). Para Fábio, a agrofloresta pode beneficiar a comunidade através

do cultivo orgânico (aumentando o acesso da família a alimentos saudáveis), aumentar o fortalecimento da organização social e ampliar as oportunidades de renda através do comércio local de produtos orgânicos. Com o auxílio de Fábio, o tio Nelson e o primo Régis já estão incluindo alguns dos processos agroecológicos em seus próprios cultivos. Destacam-se, por exemplo, o uso de cobertura vegetal no solo das roças e hortas (retendo umidade e possibilitando a manutenção de água no sistema, além de evitar a compactação da terra e aumentar a matéria orgânica no solo); a diversificação dos cultivos (diminuindo risco de perdas de cultivos solitários, gerando uma produção para o ano todo); e a inserção de arbóreas para aumentar o equilíbrio dinâmico do cultivo (controlando de forma orgânica ataques de insetos e/ou doenças, assim como as consequências na produção de possíveis efeitos climáticos).



FIGURA 13: FÁBIO E A AGROFLORESTA. ASSIM COMO FAZIA O AVÔ, E COMO FEZ O PAI, FÁBIO RECEBEU A EQUIPE DE PÉS DESCALÇOS. NAS FOTOS, O SAF QUE ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO NO TERRENO DA FAMÍLIA, COM MUITO EMBASAMENTO TÉCNICO E DEDICAÇÃO. A AGROFLORESTA, COMO PODE SER VISTO NAS FOTOS DE BAIXO, ESTÁ NA BEIRA DE UM DOS CORPOS DE ÁGUA QUE PASSA PELO TERRITÓRIO QUILOMBOLA (PRÓXIMO AO RIO PERENE INDICADO NA FIGURA 16, NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA PCH CAVERNOSO IV).

#### 7.4.3.2 Levantamento etnobotânico

Durante os dias de visitação, foram contabilizadas mais de 140 espécies botânicas, que estão presentes no cotidiano da CRQ Cavernoso 1. Ressalta-se que, a nível de resultados, são apresentadas as espécies botânicas citadas pela comunidade durante as entrevistas realizadas, o que significa que a diversidade de espécies existentes no território é, com certeza, muito maior do que o número aqui expressado.

No total, 52 famílias botânicas foram registradas, sendo as predominantes Lamiaceae (33%), Fabaceae (23%), Asteraceae (19%), Myrtaceae (17%) e Malvaceae (10%) (Tabela 1). Dentre os modos de uso, indicados também pela comunidade, 41% são alimentícias, 41% medicinais, 11% são associadas a práticas espirituais/religiosas, 9% são utilizadas para combustão, 8% ornamentais, 3% utilizadas em artesanatos e 8% incluídas em outros usos (que variam desde espécies utilizadas para higiene até aquelas utilizadas para a confecção de instrumentos) (Tabela 1). As alimentícias são cultivadas nas roças individuais e nas hortas; as medicinais, as de uso espiritual/religioso e as ornamentais cultivadas e extraídas principalmente nos quintais agroflorestais, e aquelas utilizadas para combustão são normalmente extraídas no território do quilombo. Muitas espécies são consideradas multifuncionais, ou seja, se enquadram em mais de uma categoria de uso. Ainda, 20% das espécies se enquadram na definição de PANCs (KINUPP; LORENZI, 2014). Alguns exemplos são ilustrados na Figura 14.

Diferentemente das roças e das hortas, em que há um envolvimento de toda a família, os quintais agroflorestais têm uma forte presença feminina, especialmente no que se refere às plantas de uso medicinal, espiritual/religioso e, também, ornamentais. “*Eu planto porque eu acho bonito, mas a maioria eu sei que é remédio*”, nos conta a sra. Maria Rosa ao mostrar a flor-de-maio (planta de potencial medicinal, mas usada na comunidade apenas como ornamental). Estes conhecimentos não são, tampouco, exclusivos às mulheres da comunidade. Alguns dos homens mais velhos, como seu Amilton, seu Bonifácio e seu Leonel, também possuem enormes saberes, assim como seu Sebastião, que é ainda indicado por todas e todos como quem “*sabia de tudo essas coisas*”. Mas, assim como foi possível observar junto às sras. Maria Rosa<sup>10</sup>, Evanir, Ana Rosa, Maria Luiza e Ivonete, há um reconhecimento cada vez maior no meio rural sobre o protagonismo das mulheres. Segundo o PLANAPO (2016), sem pretender estigmatizar a atuação social das mulheres, observa-se, em diversos contextos, a presença essencial das mulheres na manutenção da

---

<sup>10</sup> Dona Maria Rosa conta, ainda, que “*tem muita gente que vem buscar, eu não vendo, todos que me pedem muda... as muié aí, me pede muda e eu dou né*”, se referindo que muitas pessoas já lhe procuraram por mudas de suas tantas plantas medicinais (naturalistas, professoras, familiares, etc.).

diversidade, das práticas agroecológicas e da qualidade alimentar, além da preservação de sementes crioulas e de plantas medicinais. A transmissão de saberes, especialmente no que diz respeito às plantas medicinais, também foi indicada pela comunidade por ser realizada principalmente entre as mulheres. Segundo Thalita, "*eles só passam [o conhecimento das ervas] pras mulheres, e aqui então só tinha menino, só menino mesmo, você olha aqui só tem piá*" – associando a perda de muitos desses conhecimentos entre os mais novos da comunidade, demonstrando felicidade em aprender mais com a sogra Maria Luiza.

No que diz respeito às plantas de uso espiritual/religioso, estão presentes espécies que fazem parte das expressões de religiões de matriz africana e afro-brasileiras (como a guiné, arruda, artemísia, espada-são-jorge, espada-de-santa-bárbara, etc.) (Figura 14, E) (Tabela 1). Essas espécies também são importantes para realização de defumações na comunidade, uma prática historicamente desenvolvida que combina nove ervas, e que pode ser associada à limpeza, a purificação, a rezas, rituais e fins curativos (BENITE et al., 2019; FAVARO, 2015). Segundo os relatos, as defumações são realizadas também para afastar insetos, como pernilongos. Ainda que, atualmente, a maioria dos moradores se identifique como católicos ou evangélicos, destaca-se que muitas das espécies citadas como medicinais (como a cana-do-brejo, o boldo, o alecrim e a penicilina) e outras espécies presentes nos quintais e nas roças (como cará-aéreo, a bucha vegetal, a batata-doce e a mamona) são amplamente utilizadas em expressões de religiões de Umbanda e de Candomblé em terreiros em diversos estados no Brasil (Figura 14, B e C) (ALVES, 2019; PAGNOCCA, 2017; PAZ et al., 2015).

Outras expressões religiosas e culturais relatadas e associadas às plantas foram, por exemplo, a palma-benta, que se refere à prática de benzer uma folha de palmeira, destacada pela sra. Ivonete; ou as simpatias feitas para as folhas das plantas conhecidas por seu Bonifácio e comentadas pelo filho Remi. Há, também, espécies que não são cultivadas nem extraídas, mas que a coexistência histórica no território influenciou no desenvolvimento de práticas culturais como, por exemplo, o benzimento para bugreiro (associado à uma espécie arbórea comum na região e que pode gerar alergias e inchaços, que são comumente tratadas através do benzimento).



FIGURA 14: EXEMPLOS BOTÂNICOS VINCULADOS AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, PRESENTES NOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS: A) O RUBIM NO QUINTAL DA SRA. ANA ROSA É UM DOS EXEMPLOS DE PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS E QUE ESTÁ AMPLAMENTE PRESENTE NOS QUINTAIS DA COMUNIDADE; B) A BUCHA-DE-METRO, UM DOS EXEMPLOS DE PLANTAS UTILIZADAS PARA A HIGIENE NO QUINTAL DO SEU AMILTON E DA SRA. MARIA ROSA; C) O CARÁ-AÉREO, UM DOS EXEMPLOS DAS INÚMERAS PANCS CULTIVADAS NO QUINTAL DO SEU AMILTON E DA SRA. MARIA ROSA; D) UM SAF, INTEGRANDO AS MANDIOCAS DA FAMÍLIA DO SEU NELSON À VEGETAÇÃO NATIVA DA FOM; E) A GUINÉ, UMA DAS ERVAS PRESENTES NAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DE MATRIZ AFRICANA, UTILIZADAS NA COMUNIDADE PARA AS DEFUMAÇÕES, NO QUINTAL DA SRA. IVONETE E DO SEU NELSON; F) SRA. MARIA ROSA E A COLHEITA DE FRUTÍFERAS NO QUINTAL.

Ainda sobre as plantas de uso medicinal (como o rubim, a malva, a pata-de-vaca, a espinheira-santa, etc.) (Figura 14, A) (Tabela 1), a comunidade indica utilizá-las principalmente como chás cotidianamente e recorrer aos postos de saúde quando as enfermidades se tornam mais sérias. Segundo seu Bonifácio, *"a gente tem a horta ali com bastante remédio né, daí a gente sempre toma o chimarrão, toma o chá aquele endro [...], marcelinha, malva... esse é um remédio loco de bão, é um remédio fresco né"*. Muitas plantas são infundadas em água junto a erva-mate, *"que esquenta tudo, pode também ser até remédio"*.

Outro ponto importante de ser destacado é que, ainda que muitas se encontrem nos quintais agrofloretais e nas roças sendo cultivadas, há muitas outras espécies que são espontâneas e/ou nativas da FOM, sobre as quais o conhecimento tradicional está diretamente associado às relações específicas com o território. Um exemplo citado pela sra. Maria Rosa foi a paineira, quando consultada sobre plantas que precisam ser buscadas no mato: "*Tem muito tipo de árvore, o Mirto [seu Amilton] sabe, a paineira diz que é bom para quem tem diabete né, diz que é muito bom [...] ferve para tomar... é muito bom o espinho da paineira do mato. Ela dá uma flor rosa, dá uma paina assim, e dá algodão dentro daquela paina. A minha mãe sempre enchia travesseiro com aquela paina, é a mesma coisa que um algodão, a minha mãe enchia travesseiro*". Na mesma fala, é possível, ainda, aprofundar o conceito das espécies multifuncionais historicamente utilizadas, onde além dos usos medicinais, a paineira ainda era utilizada de forma instrumental e é uma espécie nativa da Mata Atlântica.

Referente a outros usos relacionados, ainda, comentou-se a utilização de taquaras, de palha de milho e de taboa para produção de artesanato (Tabela 1), que junto à criciúma já haviam sido levantadas pelo ITCG (2008) (esta última não foi citada durante as entrevistas). Contudo, apenas a taboa é de fato utilizada pela comunidade para confecção de utensílios diários e de uso pessoal, como a confecção de assentos para as cadeiras feitos pela sra. Evanir, não direcionados a venda. A taboa é extraída no território quilombola, não sendo tão facilmente encontrada como antigamente. Os demais artesanatos foram confeccionados com apoio de cursos de extensão rural.

TABELA 1: LISTA DAS ESPÉCIES BOTÂNICAS CITADAS DURANTE AS ENTREVISTAS NA CRQ CAVERNOSO 1. MODOS DE USO COMENTADOS: 1 – ALIMENTÍCIO/TEMPO; 2 – MEDICINAL; 3 – ESPIRITUAL/RELIGIOSO; 4 – ARTESANATO; 5 – OUTROS (HIGIENE, COMBUSTÃO, TECNOLOGIA, FORRAGEM, ADUBOS, INSTRUMENTOS, ETC.). OBTENÇÃO SE REFERE A EXTRAÇÃO (TANTO NOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS COMO NO TERRENO QUILOMBOLA), CULTIVO (NAS ROÇAS FAMILIARES OU NOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS) E COMPRA QUANDO NÃO HÁ MAIS A POSSIBILIDADE OU PRÁTICA DE CULTIVO OU EXTRAÇÃO. ÁREA SE REFERE À ÁREA UTILIZADA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA, QUE PODE SER TANTO NAS ROÇAS FAMILIARES, NOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS OU NO PRÓPRIO TERRENO DO QUILOMBO. PANC = PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS. \*INDICA USO HISTÓRICO QUANDO COMENTADO; <sup>A</sup> ESPÉCIES RECÉM IMPLEMENTADAS NOS SAFS (NÃO UTILIZADAS HISTORICAMENTE).

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
<i>Allium porrum</i>	Aliaceae	Alho-poró*	1	Cultivo	Roças familiares	Não
<i>Allium sativum</i>	Aliaceae	Alho*	1, 2	Cultivo	Roças familiares	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
<i>Echinodorus grandiflorus</i>	Alismataceae	Chapéu-de-couro	2	Cultivo	Quintais	Não
Amaranthaceae	<i>Alternanthera brasiliana</i>	Penicilina	2	Cultivo	Quintais	Não
Amaranthaceae	<i>Celosia argentea</i>	Celósia	5	Cultivo	Quintais	Sim
Amaranthaceae	<i>Beta vulgaris esculenta</i>	Beterraba	1	Cultivo	Quintais	Não
Amaranthaceae	<i>Dysphania ambrosioides</i>	Erva-de-santa-maria	2	Cultivo	Quintais	Não
Amaryllidaceae	<i>Allium fistulosum</i>	Cebolinha	1	Cultivo	Roças familiares	Não
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Aroeira*, aroeira-pimenteira	1, 2, 5	Extração	Terreno quilombo	Sim
Anacardiaceae	<i>Lithrea brasiliensis</i>	Bugreiro*	3, 5	-	Terreno quilombo	Não
Anacardiaceae	<i>Schinus molle</i>	Aroeira	5	Extração	Terreno quilombo e Quintais	Não
Apiaceae	<i>Petroselinum crispum</i>	Salsinha	1	Cultivo	Roças familiares	Não
Apiaceae	<i>Anethum graveolens</i>	Endro*	2	Cultivo	Quintais	Não
Apiaceae	<i>Foeniculum vulgare</i>	Funcho	2	Cultivo	Quintais	Não
Apocynaceae	<i>Asclepias physocarpa</i>	Saco-de-velho	5	Cultivo	Quintais	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Aquifoliaceae	<i>Ilex paraguariensis</i>	Erva-mate*	1, 5	Extração / Compra	Terreno quilombo	Sim
Araceae	<i>Xanthosoma taioba</i>	Taioba	1	Cultivo	Quintais	Não
Araceae	<i>Xanthosoma violaceum</i>	Taia	1	Cultivo	Quintais	Não
Araceae	<i>Philodendron bipinnatifidum</i>	Banana-de-mico	1	Extração	Terreno quilombo	Não
Araceae	<i>Xanthosoma violaceum</i>	Inhame-taloxo, taiobaxo	1	Cultivo	Quintais	Sim
Arecaceae	<i>Butia spp.</i>	Butiá*, butiero	1,3	Extração	Quintais	Sim
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Jerivá*	1, 3	Extração	Terreno quilombo	Sim
Asparagaceae	<i>Dracaena trifasciata</i>	Espada-São-Jorge*	3, 5	Cultivo	Quintais	Não
Asparagaceae	<i>Dracaena zeylanica</i>	Espada-Santa-Bárbara*	3, 5	Cultivo	Quintais	Não
Asteraceae	<i>Lactuca canadensis</i> (variação <i>Cichorium intybus</i> )	Almeirão, almeirão-roxo	1	Cultivo	Roças familiares	Sim
Asteraceae	<i>Lactuca sativa</i>	Alface	1	Cultivo	Roças familiares	Não
Asteraceae	<i>Matricaria chamomilla</i>	Maçanilha	2	Cultivo	Quintais	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Asteraceae	<i>Artemisia camphorata</i>	Cânfora, artemísia	2, 3	Cultivo	Quintais	Não
Asteraceae	<i>Artemisia vulgaris</i>	Artemísia*	2	Cultivo / Extração	Quintais	Não
Asteraceae	<i>Baccharis spp. (B. crispa e B. articulata)</i>	Carqueja e carquejinha-miúda	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Sim
Asteraceae	<i>Tagetes erecta</i>	Cravo-de-defundo	5	Cultivo	Quintais	Não
Asteraceae	<i>Achyrocline satureioides</i>	Macela*	2	Cultivo	Quintais	Não
Asteraceae	Matricaria discoidea	Marcelinha-galega*	2	Cultivo	Quintais	Não
Asteraceae	<i>Porophyllum rudarale</i>	Arnica do mato	2	Cultivo	Quintais	Sim
Bignoniaceae	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>	Ipê-amarelo	5	Extração	Terreno quilombo	Sim
Boraginaceae	<i>Cordia american</i>	Guajuvira	5	Cultivo / Extração	Roças familiares / Terreno quilombo	Não
Brassicaceae	<i>Eruca sativa</i>	Rúcula	1	Cultivo	Roças familiares	Não
Brassicaceae	<i>Brassica oleracea</i>	Brócolis, couve-flor, repoulho, couve	1	Cultivo	Roças familiares	Não
Brassicaceae	<i>Brassica juncea</i>	Mostarda	1	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Sim

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Cactaceae	<i>Pereskia aculeata</i>	Ora-pro-nobis	1	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Sim
Cactaceae	<i>Schlumbergera truncata</i>	Flor-de-maio	2, 5	Cultivo	Quintais	Não
Cannaceae	<i>Canna indica</i>	Bananeirinha-de-jardim	2	Cultivo	Quintais	Não
Celastraceae	<i>Maytenus ilicifolia</i>	Espinheira-santa*	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Convolvulaceae	<i>Ipomoea batatas</i>	Batata*	1	Cultivo	Roças familiares	Sim
Convolvulaceae	<i>Ipomoea carnea</i>	Algodão-bravo	5	Cultivo	Quintais	Não
Crassulaceae	<i>Kalanchoe fedtschenkoi</i>	Kalanchoe	2	Cultivo	Quintais	Sim
Cucurbitaceae	<i>Cucurbita pepo</i>	Abóbora*	1	Cultivo	Roças familiares	Sim
Cucurbitaceae	<i>Luffa aegyptiaca</i>	Bucha-de-metro	5	Cultivo	Quintais	Sim
Cucurbitaceae	<i>Lagenaria siceraria</i>	Cabaça, porongo	5	Cultivo	Quintais e roças	Não
Dioscoreaceae	<i>Dioscorea bulbifera</i>	Cará-aéreo	1	Cultivo	Quintais	Sim
Equisetaceae	<i>Equisetum hyemale</i>	Cavalinha	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Euphorbiaceae	<i>Manihot esculenta</i>	Mandioca*	1	Cultivo	Roças familiares	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Euphorbiaceae	<i>Sebastiania commersoniana</i>	Branquilho*	5	Extração	Terreno quilombo	Não
Euphorbiaceae	<i>Ricinus communis</i>	Mamona	5	Cultivo	Quintais	Não
Fabaceae	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Feijão*	1	Cultivo	Roças familiares	Não
Fabaceae	<i>Bauhinia variegata</i>	Pata-de-vaca	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Fabaceae	<i>Bauhinia forficata</i>	Pata-de-boi, casco-de-boi	2	Extração	Terreno quilombo	Não
Fabaceae	<i>Arachis hypogaea</i>	Amendoim*	1	Cultivo histórico / Compra	Roças familiares	Não
Fabaceae	<i>Mimosa scabrella</i>	Bracatinga	5	Extração	Terreno quilombo	Não
Fabaceae	<i>Senegalia polyphylla</i>	Manjoleiro	5	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Fabaceae	<i>Glycine max</i>	Soja	1	Cultivo	Roças	Sim
Fabaceae	<i>Anadenanthera macrocarpa</i>	Angico*	5	Extração	Terreno quilombo	Não
Fabaceae	<i>Parapiptadenia rigida</i>	Angico*, mijoleiro, monjoleiro, manjoleiro	2, 5	Extração	Terreno quilombo	Não
Fabaceae	<i>Pisum sativum</i>	Ervilha	1	Cultivo	Roças familiares	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Lamiaceae	<i>Plectranthus barbatus</i> / <i>Coleus barbatus</i>	Boldo*	2	Cultivo	Quintais	Não
Lamiaceae	<i>Cunila microcephala</i>	Poejo	2	Cultivo	Quintais	Não
Lamiaceae	<i>Mentha pulegium</i>	Hortelã-miudinha	2	Cultivo	Quintais	Não
Lamiaceae	<i>Lavandula angustifolia</i>	Lavanda	2	Cultivo	Quintais	Não
Lamiaceae	<i>Lavanda dentata</i>	Alfazema	2	Cultivo	Quintais	Não
Lamiaceae	<i>Origanum vulgare</i>	Orégano	1	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Não
Lamiaceae	<i>Ocimum campechianum</i>	Alfavaca	1, 2	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Sim
Lamiaceae	<i>Ocimum basilicum</i>	Manjeriçãofolha-larga	1, 2, 3	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Não
Lamiaceae	<i>Origanum majorana</i>	Manjerona	1	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Não
Lamiaceae	<i>Mentha spicata</i>	Menta	2, 3	Cultivo	Quintais	Não
Lamiaceae	<i>Mentha piperita</i>	Hortelã	2, 3	Cultivo	Quintais	Não
Lamiaceae	<i>Salvia rosmarinus</i>	Alecrim*	2, 3	Cultivo	Quintais	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Lamiaceae	<i>Melissa officinalis</i>	Erva-cidreira, melissa	2	Cultivo	Quintais	Não
Lamiaceae	<i>Leonurus sibiricus</i>	Rubim*	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Lamiaceae	<i>Vitex megapotamica</i>	Tarumã	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Lamiaceae	<i>Stachys byzantina</i>	Pulmonária*	2	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Sim
Lamiaceae	<i>Solenostemon scutellarioides</i>	Coleus	5	Cultivo	Quintais	Não
Lauraceae	<i>Persea americana</i>	Abacateiro	1	Cultivo	Quintais	Não
Lauraceae	<i>Cinnamomun spp.</i>	Caneleiro*	5	Extração	Terreno quilombo	Não
Lauraceae	<i>Nectandra spp.</i>	Caneleiro*	5	Extração	Terreno quilombo	Não
Lauraceae	<i>Ocotea spp.</i>	Caneleiro*	5	Extração	Terreno quilombo	Não
Malvaceae	<i>Sida rhombifolia</i>	Guanxuma*	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Malvaceae	<i>Malva spp. (M. parviflora, M. neglecta)</i>	Malva*	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Malvaceae	<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira*, paineira-do- mato, paina- rosa	2, 5	Extração	Terreno quilombo	Sim
Malvaceae	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Quiabo	1	Cultivo	Roças familiares	Não
Malvaceae	<i>Luehea divaricata</i>	Açoita*; soita	2, 5	Extração	Terreno quilombo	Não
Melastomataceae	<i>Tibouchina urvilleana</i>	Quaresmeira	5	Cultivo	Quintais	Não
Moraceae	<i>Morus nigra</i>	Amora	1	Cultivo / Extração	Quintais/ Roças / Terreno quilombo	Não
Musaceae	<i>Musa paradisiaca</i>	Banana*, bananeira	1, 4	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Sim
Myrtaceae	<i>Eugenia pyriformis</i>	Uvaia	1	Extração	Terreno quilombo	Não
Myrtaceae	<i>Psidium cattleianum</i>	Araça	1,5	Extração	Terreno quilombo	Não
Myrtaceae	<i>Psidium guajava</i>	Goiabeira	1, 2	Extração	Terreno quilombo	Não
Myrtaceae	<i>Acca sellowiana</i>	Goiaba- branca	1	Extração	Terreno quilombo	Não
Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i>	Pitangueira*, mimosa	1, 2, 5	Cultivo / Extração	Roças familiares / Terreno quilombo	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Myrtaceae	<i>Campomanesia xanthocarpa</i>	Guabirobeira*, guavirobeira	1, 5	Extração	Roças familiares / Terreno quilombo	Não
Myrtaceae	<i>Eugenia involucrata</i>	Cerejeira	1	Cultivo	Quintais	Não
Nephrolepidaceae	<i>Nephrolepis exaltata</i>	Samambaia	5	Cultivo	Quintais	Não
Passifloraceae	<i>Passiflora sp.</i>	Maracujá	1	Cultivo	Roças e quintais	Não
Phyllanthaceae	<i>Phyllanthus spp.</i>	Quebrapetra	2	Cultivo	Quintais	Não
Phytolaccaceae	<i>Petiveria alliacea</i>	Guiné*	2, 3	Cultivo	Quintais	Não
Pinaceae	<i>Pinus sp.</i>	Pinus, pinheiro	5	Cultivo	Roças familiares	Não
Poaceae	<i>Merostachys spp.</i>	Taquaras	4	Extração	Terreno quilombo	Não
Poaceae	<i>Zea mays</i>	Milho*	1, 4, 5	Cultivo	Roças familiares	Não
Poaceae	<i>Saccharum sp.</i>	Cana-de-açúcar	5	Cultivo	Roças familiares	Não
Poaceae	<i>Cymbopogon citratus</i>	Capim-limão	2	Cultivo	Quintais	Sim
Poaceae	<i>Coix lacrym-jobi</i>	Rosário	2, 4	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Poaceae	<i>Oryza sativa</i>	Arroz*	1	Cultivo histórico / Compra	Roças familiares	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Poaceae	<i>Avena sativa</i>	Aveia*	5	Cultivo	Roças familiares	Não
Polygonaceae	<i>Rumex acetosa</i>	Azedinha	1	Cultivo / Extração	Quintais e roças	Sim
Pteridaceae	<i>Adiantum sp.</i>	Avenca	2	Cultivo	Quintais	Não
Rosaceae	<i>Prunus persica</i>	Pessegueiro	1	Cultivo	Quintais	Não
Rosaceae	<i>Fragaria sp.</i>	Morango	1	Cultivo	Roças familiares	Não
Rosaceae	<i>Rosa alba</i>	Rosa branca	2	Cultivo	Quintais	Não
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i>	Ameixa-amarela	1, 2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Rutaceae	<i>Citrus sinensis</i>	Laranjeira	1	Cultivo	Quintais	Não
Rutaceae	<i>Citrus aurantium</i>	Laranjeira	1, 2	Cultivo	Quintais	Não
Rutaceae	<i>Citrus latifolia</i>	Limão	1	Cultivo	Quintais	Não
Rutaceae	<i>Citrus reticulata</i>	Pocã, Pokan	1	Cultivo	Quintais	Não
Rutaceae	<i>Ruta graveolens</i>	Arruda	2, 3	Cultivo	Quintais	Não
Rutaceae	<i>Persea americana</i>	Limãozinho	1	Cultivo	Quintais	Não
Solanaceae	<i>Capsicum annum</i>	Pimentão	1	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Não

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Solanaceae	<i>Solanum lycopersicum</i>	Tomate	1	Cultivo	Roças	Não
Typhaceae	<i>Typha domingensis</i>	Taboa*	4	Extração	Terreno quilombo	Sim
Urticaceae	<i>Cecropia spp.</i>	Embaúba	2	Extração	Terreno quilombo	Não
Verbanaceae	<i>Stachytarpheta cayennensis</i>	Gervão*	2	Extração	Quintais / Terreno quilombo	Não
Xanthorrhoeaceae	<i>Aloe vera</i>	Babosa*	2	Cultivo	Quintais	Não
Zingiberaceae	<i>Zingiber officinale</i>	Gengibre	2	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Não
Zingiberaceae	<i>Curcuma longa</i>	Açafrão-da-terra	2	Cultivo	Quintais / Roças familiares	Sim
Zingiberaceae	<i>Costus spiralis</i>	Cana-do-brejo, cana-de-macaco	2	Cultivo	Quintais	Não
Cactaceae	<i>Hylocereus sp.</i>	Pitaya <sup>a</sup>	1	Cultivo	Roças familiares	Sim
Caricaceae	<i>Jacaratia spinosa</i>	Jaracatia <sup>a</sup>	5	Cultivo	Roças familiares	Não
Clusiaceae	<i>Garcinia humilis</i>	Achacairú <sup>a</sup>	5	Cultivo	Roças familiares	Não
Fabaceae	<i>Tamarindus indica</i>	Tamarindo <sup>a</sup>	1, 5	Cultivo	Roças familiares	Sim

Nome científico	Família	Nome popular	Modo de uso	Obtenção	Área	PANC
Fabaceae	<i>Schizolobium parahyba</i>	Guapuruvu <sup>a</sup>	5	Cultivo	Roças familiares	Não
Myrtaceae	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Grumixama <sup>a</sup>	5	Cultivo	Roças familiares	Não
Myrtaceae	<i>Myrciaria glazioviana</i>	Cabeludinha <sup>a</sup>	5	Cultivo	Roças familiares	Não

## 7.5 USO DO RIO CAVERNOSO

O rio Cavernoso, segundo contam os moradores, carrega esse nome por sua traiçoeira correnteza, que já tirou, inclusive, a vida de algumas pessoas. É o maior curso d'água próximo à comunidade e também influenciou no nome da Associação Quilombola Cavernoso 1.

Quanto às formas de uso, não foram detectadas expressões cosmológicas, festivas ou religiosas da comunidade junto ao rio Cavernoso ou seus braços. Tais práticas podem já ter sido perdidas imemorialmente. Contudo, os relatos trouxeram à tona memórias e relações vivenciais junto ao rio, assim como ao Boca Apertada e o Riozinho, os corpos d'água mais próximos à comunidade. Onde aprendeu-se a nadar, onde se pescava, que espécies pescavam, as histórias contadas às crianças para que tivessem cuidado. Seus usos são, portanto, nos dias de hoje, de ordem relacional no contexto do território quilombola e da própria comunidade.

Atenta-se, todavia, ao relatos vinculados às transformações sofridas: *“Diminuiu bastante né, nossa... no começo era muito bom, agora fica um dia lá às vezes não pega nada [...] eu não vou muito lá, agora a gente já sabe que não dá”, “mas um rio muito seco, antes dava muito mais peixe do que agora”, “dava pra pegar é bagre, lambari, cará, bocudo, o que mais, tem mais... é... tilapia, volta e meia, taraira, carpa, tem uma cota [isto é, bastante] de peixe aí, é difícil pegar, mas sempre tem um, nós pegamos um pintado esses dias”*. Os moradores indicam que já não utilizam com frequência o rio para pesca, atividade que antes era desenvolvida para consumo próprio. Indicam, ainda, que nunca foi um rio utilizado por eles para navegação, mas que antigamente a pesca era abundante, sendo um item importante na segurança alimentar da comunidade. As razões hoje atribuídas ao abandono da pesca referem-se às dificuldades de acesso (acarretadas pela privatização das margens, circundadas por cercas elétricas, em função do aumento do roubo de animais na região), e, principalmente, pela diminuição de peixes (em riqueza e abundância), bem como a diminuição do tamanho dos indivíduos, já que *“agora só dá peixinho”*.

## 8 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS ASSOCIADOS À IMPLANTAÇÃO E/OU OPERAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Na sequência, será apresentada a avaliação dos impactos diretos e indiretos associados à implantação e/ou operação dos empreendimentos PCH Cavernoso IV e CGH's Cavernoso V e VI em relação à terra quilombola e à CRQ Cavernoso 1. Esta avaliação foi feita buscando o atendimento da legislação concernente e a proteção ao patrimônio socioambiental, econômico e cultural da CRQ Cavernoso 1 e do seu território.

### 8.1 CRITÉRIOS E ATRIBUTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos impactos foi realizada em três momentos distintos, porém integrados, levando em consideração a localização dos empreendimentos em relação à terra quilombola (Quadro 4).

QUADRO 4: LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS EM RELAÇÃO À CRQ CAVERNOSO 1.

<b>Empreendimento</b>	<b>Localização (em coordenadas UTM)</b>	<b>Distância da CRQ Cavernoso 1</b>
PCH Cavernoso IV	Barragem 22 J 390693 E / 7187487 S	2,9 km
	Lago 22 J 393312 E / 7187510 S	344 m
CGH Cavernoso V	Barragem 22 J 396506 E / 7192168 S	4,3 km
CGH Cavernoso VI	Barragem 22 J 398114 E / 7195400 S	7,9 km

Para a avaliação dos impactos diretos e indiretos associados à implantação e/ou operação dos empreendimentos, foram considerados os seguintes atributos (Quadro 5).

QUADRO 5: ATRIBUTOS CONSIDERADOS NA AVALIAÇÃO DE IMPACTO.

Item	Atributos	Fase de ocorrência
1	Expectativas em relação ao empreendedor/empreendimento	Projeto, instalação
2	Presença de pessoas estranhas	Projeto, instalação, operação
3	Interferência nas manifestações culturais e na organização sociocultural	Projeto, instalação, operação
4	Existência de conflitos envolvendo processos de expropriação, áreas sobrepostas ou conflitos de interesse	Projeto, instalação, operação
5	Trânsito de máquinas para construção	Instalação
6	Poluição sonora	Instalação, operação
7	Poluição atmosférica	Instalação, operação
8	Poluição da água	Instalação, operação
9	Poluição residual	Instalação, operação
10	Alteração de ambientes de uso da comunidade	Instalação, operação
11	Alteração de habitats de espécies utilizadas pela comunidade	Instalação, operação
12	Mudança na paisagem	Instalação, operação
13	Restrição do uso do rio	Instalação, operação
14	Restrição de uso dos acessos	Instalação, operação
15	Restrição de uso do solo	Instalação, operação
16	Geração de empregos	Instalação, operação
17	Incremento econômico local	Instalação, operação

Item	Atributos	Fase de ocorrência
18	Incremento econômico municipal	Instalação, operação
19	Impactos sobre os bens e serviços públicos	Instalação, operação
20	Trânsito de veículos (manutenção)	Operação

Os atributos elencados são assim definidos:

- 1) **Expectativas em relação ao empreendedor/empreendimento:** refere-se a criação de expectativas na CRQ Cavernoso 1 em relação à PCH e às CGH's (e.g., expectativa de oportunidade de empregos, de subsídios, de melhorias, etc.) e que, especialmente quando falsas, podem gerar impactos negativos na comunidade;
- 2) **Presença de pessoas estranhas:** refere-se a circulação de pessoas que não fazem parte da comunidade nem dos arredores, como as equipes técnicas e de licenciamento, o empreendedor e os trabalhadores das fases de instalação e operação;
- 3) **Interferência nas manifestações culturais e na organização sociocultural:** possíveis interferências nas manifestações culturais e na organização sociocultural da CRQ Cavernoso 1, quando presentes, dadas as relações específicas da comunidade com o território e a cosmologia vinculada à comunidade;
- 4) **Existência de conflitos envolvendo processos de expropriação, áreas sobrepostas ou conflitos de interesse:** relacionado a possíveis conflitos envolvendo a instalação e operação do empreendimento com áreas sobrepostas ou que ocasionassem a expropriação de áreas do território quilombola;
- 5) **Trânsito de máquinas para construção:** refere-se ao trânsito dos maquinários necessários para a construção dos empreendimentos e os possíveis impactos decorrentes de sua presença, circulação e interferência nas vias públicas de acesso;
- 6) **Poluição sonora:** relacionada ao barulho/ruído eventual ou constante que pode ser gerado a partir da instalação e operação do empreendimento;
- 7) **Poluição atmosférica:** oriunda da instalação e operação da PCH e das CGH's, ocasionada principalmente pela área de alagamento gerada, que aumenta a emissão de gases de efeito estufa (metano, gás carbônico e óxido nitroso) através do processo de eutrofização dos corpos hídricos;

- 8) **Poluição da água:** relacionada a poluição da água, seja pela eutrofização da mesma, ou por resíduos sólidos e químicos acumulados na barragem;
- 9) **Poluição residual:** Acúmulo de resíduos sólidos na barragem ou nas margens do rio, ocasionado tanto pelas chuvas e ventos, como pela presença humana decorrente das fases de instalação e operação;
- 10) **Alteração de ambientes de uso da comunidade:** refere-se a possíveis impactos em ambientes de uso social, físico ou biológico pela comunidade;
- 11) **Alteração de habitats de espécies utilizadas pela comunidade:** no caso de impactos que alterem habitats de espécies vegetais ou animais utilizadas pela comunidade (e.g., espécies vegetais associadas à algum uso ou a ictiofauna);
- 12) **Mudança na paisagem:** mudanças na paisagem geradas pela área de alagamento ou pela própria construção dos empreendimentos;
- 13) **Restrição do uso do rio:** restrições ao uso do rio para práticas culturais ou de subsistência, provocadas pela instalação de barreiras decorrentes da instalação dos empreendimentos, tais como cercados, obras de construção civil e alagamento;
- 14) **Restrição de uso dos acessos:** no caso de a implantação dos empreendimentos acarretar em limitação parcial ou total dos acessos habitual e tradicionalmente utilizados pelos moradores para acessar a comunidade ou transitar em suas áreas de uso;
- 15) **Restrição de uso do solo:** refere-se a restrição de uso do solo no território quilombola pela instalação ou operação dos empreendimentos;
- 16) **Geração de empregos:** considerando a geração de empregos para os moradores da CRQ Cavernoso 1 um a partir das fases de instalação e operação;
- 17) **Incremento econômico local:** incremento financeiro para a comunidade dada a geração de empregos ou de serviços básicos;
- 18) **Incremento econômico municipal:** incremento financeiro para os municípios vizinhos, considerando o aumento do trânsito de pessoas e máquinas, aumento da circulação de dinheiro nos serviços básicos e a arrecadação de impostos;
- 19) **Impactos sobre os bens e serviços públicos:** impactos em bens e serviços públicos ocasionados pelas etapas das de instalação e operação, como por exemplo nas vias de uso público;
- 20) **Trânsito de veículos (manutenção):** refere-se ao trânsito de veículos associados à manutenção dos empreendimentos em operação.

## 8.2 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS ASSOCIADOS À IMPLANTAÇÃO E/OU OPERAÇÃO DA PCH CAVERNOSO IV

A PCH Cavernoso IV é a que se localiza mais próxima da CRQ Cavernoso 1. Sua implantação ocorrerá no km 92 do rio Cavernoso, a partir da foz, no rio Iguaçu, com uma potência instalada de 6,0 MW. O acesso à área se dá a partir do km 413 da BR-277, seguindo-se por estrada não pavimentada por 3,34 km. Seu arranjo será composto por barragem, vertedouro, tomada d'água, túnel adutor, conduto forçado, casa de força, subestação e canal de fuga. A área alagada cobrirá uma extensão de 26,3 ha, já a área de proteção permanente somará 31,5 ha (RECITECH, 2017a) (Figura 15).

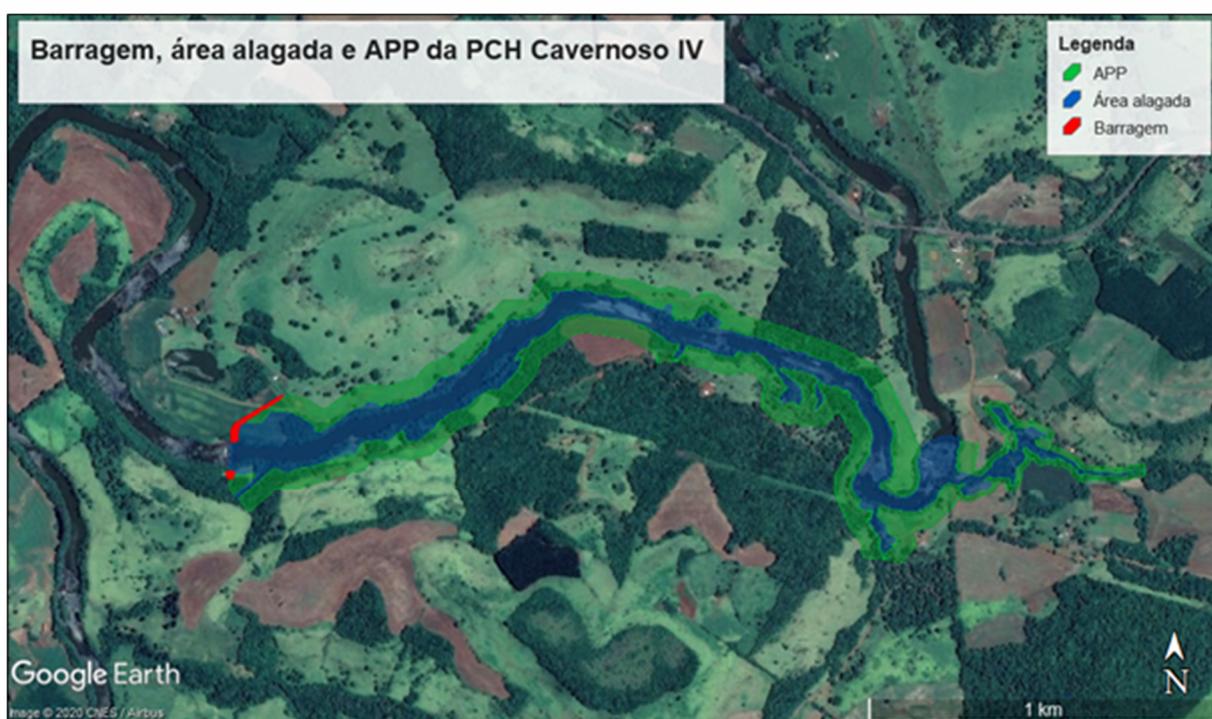


FIGURA 15: DETALHES DA BARRAGEM, DA ÁREA ALAGADA E DA APP REFERENTES A PCH CAVERNOSO IV.

No que se refere aos impactos da PCH Cavernoso IV em relação à CRQ Cavernoso 1, tomando como parâmetro de avaliação os atributos indicados no Quadro 5, o item 1 (expectativas em relação ao empreendedor/empreendimento) pôde ser identificado desde a fase de projeto dos empreendimentos, ou seja, desde o momento em que, tanto o empreendedor quanto as equipes envolvidas nos procedimentos de projeto e licenciamento das obras acercaram-se da comunidade. Nesse primeiro momento, a informação sobre a existência de projetos para implementação de empreendimentos de aproveitamento hidrelétrico na região gerou expectativas na comunidade. Tal expectativa é potencializada quando se trata, como no presente caso, de uma comunidade que está em fase de consolidação de sua associação e na expectativa da continuação do processo de titulação

do território quilombola, à espera da aplicação de políticas públicas voltadas para esses sujeitos coletivos. A esse respeito, houve, por parte dos moradores da CRQ Cavernoso 1, questionamentos referentes a benefícios que lhes poderiam ser fornecidos, como receber mensalmente cestas básicas por núcleo familiar. Embora, na ocasião, a equipe tenha desfeito tal equívoco, considera-se essa expectativa um impacto relevante, decorrente das movimentações prévias à implantação do empreendimento. Entende-se, portanto, que para a mitigação e prevenção de circulação de informações equivocadas, a comunicação entre os responsáveis junto à comunidade necessita ser consolidada; evita-se, assim, falsas expectativas, resguardando o direito que possuem à informação correta e clara sobre as transformações que acontecem no entorno de seu território tradicional.

Além disso, também referente a fase de projeto (e podendo se estender para as fases de instalação e operação), elenca-se o item 2 (presença de pessoas estranhas). A presença de pessoas estranhas na CRQ Cavernoso 1 ocorre principalmente no período de elaboração deste ECQ e da implantação do PBAQ, sendo a equipe constituída por pessoal com experiência em pesquisas de campo junto a comunidades tradicionais, atuando de forma a ocasionar o menor 'ruído' possível no modo de convivência e no cotidiano da comunidade. Destaca-se a profícua troca de conhecimentos entre os pesquisadores, notadamente no que se refere à flora local e as destinações de uso tradicional pela comunidade. Tendo isso em vista, se por um lado a execução do ECQ/PBAQ demandou a presença de pessoas estranhas na comunidade, entende-se que isso não tenha causado alteração significativa em seu ritmo de vida, haja vista que se tratou de uma equipe pequena (4 integrantes), com formação e experiência adequadas para este tipo de abordagem e por um período curto (5 dias). Entende-se, portanto, como um ponto positivo a oportunidade de troca e o esclarecimento de dúvidas que surgiram nos momentos de interlocução.

No que se refere a interferências nas manifestações culturais e na organização sociocultural, bem como a existência de conflitos envolvendo processos de expropriação, áreas sobrepostas ou conflitos de interesse (itens 3 e 4), como se pode observar na Figura 16, nenhuma das áreas que fazem parte do empreendimento, incluindo a área de alagamento e a área de proteção permanente – mantendo-se o projeto apresentado – deverá incidir ou sobrepor aos terrenos pertencentes e utilizados pelos moradores da CRQ Cavernoso 1.

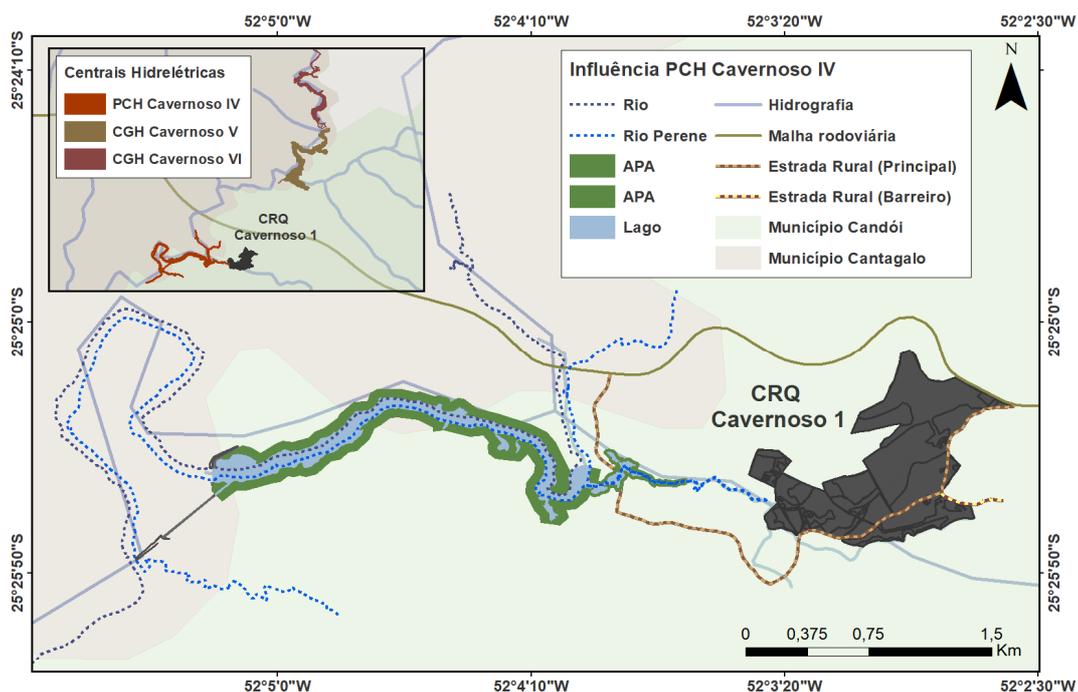


FIGURA 16: LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS EM RELAÇÃO À CRQ CAVERNOSO 1. DESTACA-QUE QUE OS LIMITES DA ÁREA QUILOMBOLA SÃO APROXIMADOS, A PARTIR DE UM MAPA CONSTRUÍDO COM OS MORADORES, E NÃO HÁ A PRETENSÃO DE DELIMITAR A TERRA QUILOMBOLA.

O acesso à área do empreendimento é uma das duas principais estradas utilizadas atualmente pela comunidade da CRQ Cavernoso 1, principalmente quando necessitam se deslocar ao município de Cantagalo/PR, que, por estar mais próximo, é onde utilizam boa parte dos serviços. Contudo, cabe salientar que o trânsito de maquinário pesado na estrada (item 5) será de pequena monta e com baixa frequência, tendo em vista que ficarão estacionados no canteiro de obras durante as obras de construção. Cabe ressaltar, também, o baixo fluxo de automóveis das estradas locais, sendo que são raras as vezes em que a comunidade se desloca aos municípios mais próximos. Por outro lado, esse baixo fluxo de trânsito local pode ser alterado com a implementação dos projetos. Ainda que em pequena escala, o trânsito deverá aumentar, não somente pelas máquinas em momentos pontuais, como também por veículos coletivos de transportes de funcionários. E, ainda que possa ser entendido como um impacto indireto, uma vez que não haverá intensificação de trânsito na área da comunidade, será imprescindível que se tenha a atenção para a orientação dos condutores no que diz respeito à condução em área rural familiar.

Dado o porte do empreendimento, a poluição sonora, atmosférica, da água e residual (itens 6, 7, 8 e 9) gerada por sua implantação será de dispersão restrita e pouco provável que atinja a CRQ Cavernoso 1, não gerando (nem a curto, nem a médio ou longo prazo) transtornos ao cotidiano da comunidade ou mesmo ao seu ambiente. Contudo, para

que esse cenário seja realista, é necessário que a empresa mantenha o projeto apresentado e garanta a correta destinação dos resíduos gerados em sua produção (sejam eles químicos, sólidos e/ou biológicos).

No que diz respeito a eventuais alterações no ambiente de uso social, físico e biológico pela comunidade, bem como mudança na paisagem (itens 10, 11 e 12), tendo em vista o porte pequeno da obra e suas especificidades, não haverá grandes incidências negativas sobre a CRQ Cavernoso 1. Cabe destacar, ainda, a fala de alguns moradores da comunidade, que vêm com bons olhos a implantação da Área de Proteção Permanente nas matas ciliares em torno do lago, haja vista que atualmente a mata ciliar não cobre a área legalmente indicada em várias partes das margens do rio Cavernoso e seus afluentes, no trecho próximo à CRQ.

Quanto à restrição de uso do rio Cavernoso, nas entrevistas realizadas, foi unânime a indicação de que atualmente a comunidade não usa o rio para quaisquer atividades, seja pescaria, navegação ou lazer. Conforme relatam, antigamente as pescas eram mais frequentes, mas ainda assim não constituam fator precípua para a manutenção da comunidade. Com o tempo, os peixes foram escasseando, rareando e, assim, também as idas ao rio. Hoje os terrenos de suas margens são cercados e a pesca não é permitida em muitos pontos. Não há, também, nenhuma ligação de ordem cultural ou cosmológica. Atualmente, a comunidade indica utilizar mais os corpos d'água próximos aos seus terrenos, como o Boca Apertada ou o Riozinho. Ressalta-se, ainda, que a água utilizada pela comunidade é proveniente ou de poços artificiais ou de pequenos córregos afluentes do rio Cavernoso, que têm suas nascentes nas encostas presentes no relevo local. Sendo assim, não haverá quaisquer rompimentos culturais da comunidade em relação ao rio, tampouco impactos que acarretem no regime hídrico de uso local. Da mesma forma, não haverá restrição no uso dos acessos já utilizados (item 14), tampouco restrição ou necessidade de alteração no uso do solo (item 15).

Foram consideradas, também, a geração de empregos, o incremento econômico e os impactos sobre os bens e serviços públicos oriundos da implantação e operação do empreendimento (itens 16, 17, 18 e 19). Conforme apontado pelo Relatório Ambiental Simplificado (RECITECH, 2017a), a geração de postos de emprego na implantação será discreta, estimando-se a abertura de aproximadamente 160 vagas de trabalho temporário. Tais vagas deveriam ser preenchidas por moradores(as) da CRQ que demonstrem interesse, trazendo um incremento econômico direto a nível local, haja vista a escassez de vagas de emprego na região. Cita-se, como exemplo, o sr. Luiz Carlos (esposo de dona Maria Luiza), que possui experiência de trabalho na construção de outras obras

relacionadas, estando atualmente trabalhando como vibradorista na construção de uma PCH no município de Verê (PR). Também de forma indireta, a movimentação da obra resulta em um tímido, porém presente, incremento no setor de serviços, principalmente, da cidade de Cantagalo (mais próxima), devido à necessidade de hospedagem, alimentação, etc. Acrescente-se a isso, a arrecadação municipal de impostos e taxas, que potencialmente podem ser revertidas em serviços públicos. Tais impactos, portanto, podem ser sentidos pelos moradores da CRQ, direta ou indiretamente, de maneira positiva.

No que concerne ao trânsito de veículos para manutenção (item 20), este, quando ocorrer, se caracteriza como de fraca magnitude e, por ser efetuado por veículo de porte pequeno e não passar pela comunidade, será de incidência indireta, não ocasionando impacto de relevância.

**MATRIZ DE IMPACTO DA PCH CAVERNOSO IV**

<b>Impacto</b>	<b>Fase de ocorrência</b>	<b>Probabilidade de ocorrência</b>	<b>Importância</b>	<b>Magnitude</b>	<b>Natureza</b>	<b>Incidência</b>	<b>Temporalidade</b>	<b>Duração</b>	<b>Grau de reversibilidade</b>	<b>Medidas</b>
Expectativas em relação ao empreendedor/empreendimento	Projeto	Certa	Grande	Forte	Negativa	Direta	Curto prazo	Temporária	Reversível	Prevenção, mitigação
Presença de pessoas estranhas	Projeto, implantação, operação	Certa	Média	Média	Positiva/Negativa	Direta	Curto prazo	Permanente	Reversível	Prevenção, mitigação
Interferência nas manifestações culturais e na organização sociocultural	Projeto, implantação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Existência de conflitos envolvendo processos de expropriação, áreas sobrepostas ou conflitos de interesse	Projeto, implantação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Trânsito de máquinas construção	Instalação	Certa	Média	Média	Negativa	Indireta	Médio prazo	Temporário	Reversível	Prevenção
Poluição sonora	Instalação, operação	Pouco provável	Grande	Fraca	Negativa	Direta	Longo prazo	Permanente	Reversível	Prevenção
Poluição atmosférica	Instalação, operação	Pouco provável	Grande	Fraca	Negativa	Direta	Longo prazo	Permanente	Reversível	Prevenção
Poluição da água	Instalação, operação	Pouco provável	Grande	Fraca	Negativa	Indireta	Longo prazo	Permanente	Reversível	Prevenção
Poluição residual	Instalação, operação	Pouco provável	Grande	Fraca	Negativa	Indireta	Longo prazo	Permanente	Reversível	Prevenção
Alteração de ambientes de uso da comunidade	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Alteração de habitats de espécies utilizadas pela comunidade	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mudança na paisagem	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa/Positiva	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Restrição do uso do rio	Instalação, operação	Ausente	Pequena	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Restrição de uso dos acessos	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Restrição de uso do solo	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Geração de emprego	Instalação, operação	Provável	Grande	Forte	Positiva	Direta	Médio prazo	Temporária	Reversível	Não se aplica
Incremento econômico local	Instalação, operação	Provável	Grande	Média	Positiva	Direta	Médio prazo	Temporária	Reversível	Não se aplica
Incremento econômico municipal	Instalação, operação	Certa	Grande	Média	Positiva	Indireta	Médio prazo	Temporária	Reversível	Não se aplica
Impactos sobre os bens e serviços públicos	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Positiva/Negativa	Indireta	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Trânsito de veículos (manutenção)	Operação	Certa	Pequena	Fraca	Negativa	Indireta	Longo prazo	Temporária	Reversível	Prevenção

### 8.3 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS ASSOCIADOS À IMPLANTAÇÃO E/OU OPERAÇÃO DAS CGH'S CAVERNOSO V E VI

Apresenta-se, neste item, a avaliação de impacto das CGH's Cavernoso V e VI, tendo em vista sua distância em relação à CRQ Cavernoso 1 e suas características similares. Ambas as CGHs se localizam a 4,3 km e 7,9 km do empreendimento, respectivamente (Quadro 4).

A CGH Cavernoso V será instalada no km 106,2 do rio Cavernoso (a partir do rio Iguauçu), e terá uma potência instalada de 5,0 MW. Seu arranjo será composto por barragem, vertedouro, tomada d'água, canal de adução, conduto forçado, casa de força, canal de fuga e subestação. Resultará, ainda, na formação de uma área alagada de 91,7 ha e uma área de proteção permanente de 81,63 ha (Figura 17). O acesso é feito a partir do km 403 da BR-277, seguindo por via não pavimentada por 9,4 km na direção noroeste (RECITECH, 2017b).

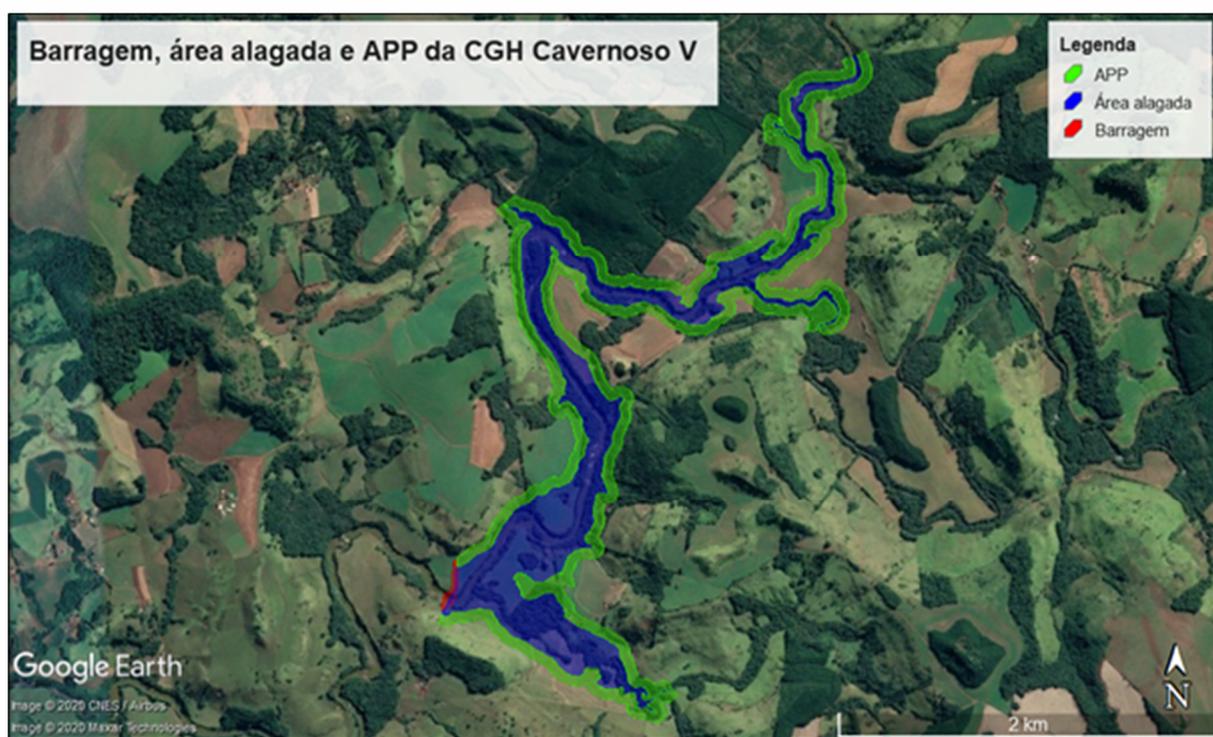


FIGURA 17: DETALHES DA BARRAGEM, DA ÁREA ALAGADA E DA APP REFERENTES A CGH CAVERNOSO V.

A CGH Cavernoso VI, por sua vez, será instalada no km 113 do rio Cavernoso, com potência instalada igual a 4,00 MW. Seu arranjo será composto por barragem, vertedouro, tomada d'água, conduto forçado, casa de força, canal de fuga e subestação. Resultará, ainda, na formação de uma área alagada de 93,3 ha e uma área de proteção permanente

de 81,7 ha (Figura 18). O acesso à área se dará a partir do km 403 da BR-277, seguindo em via não pavimentada, sentido noroeste, por 14,3 km (RECITECH, 2017c).

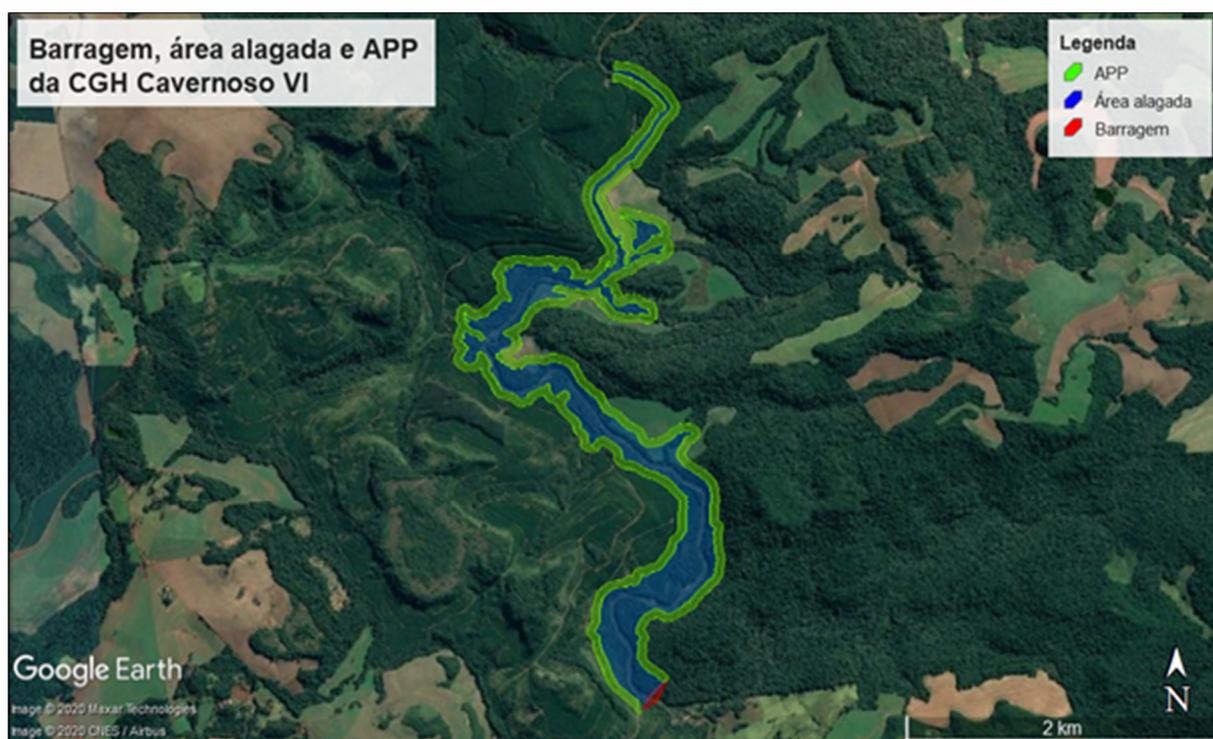


FIGURA 18: DETALHES DA BARRAGEM, DA ÁREA ALAGADA E DA APP REFERENTES A CGH CAVERNOSO VI.

Primeiramente, retoma-se a questão das expectativas geradas (item 1), conforme destacado no tópico anterior. Da mesma forma, no que concerne ao item 2 (presença de pessoas estranhas), no que se refere às CGHs Cavernoso V e VI, por estarem mais distantes e fora dos trajetos usualmente utilizados pelos moradores da comunidade, isso também ocorre somente no momento de elaboração deste ECQ/PBAQ – e portanto, apresenta as mesmas características e ressalvas supracitadas.

Quanto aos itens 3, 4 e 5 (interferência nas manifestações culturais e na organização sociocultural, existência de conflitos envolvendo processos de expropriação, áreas sobrepostas ou conflitos de interesse e trânsito de máquinas para construção), pela distância dos empreendimentos em relação à CRQ e por suas especificidades – se respeitados os limites apresentados – não haverá impacto de qualquer ordem.

Já no que diz respeito ao item 6 (poluição sonora), devido à distância dos empreendimentos e à construção ser de pequena escala, o barulho gerado será de dispersão restrita, não alcançando a área da CRQ ou seu entorno. A dispersão restrita também se aplica aos itens 7, 8 e 9 (poluição atmosférica, da água e residual), sendo, portanto, pouco provável que atinja a área da CRQ ou seu entorno.

Os itens 10 a 15 (Alteração de ambientes de uso da comunidade, Alteração de habitats de espécies utilizadas pela comunidade, Mudança na paisagem, Restrição do uso do rio, Restrição de uso dos acessos e Restrição de uso do solo), relacionados a questões referente à CRQ e seus acessos, não serão ocasionados, considerando que as CGHs Cavernoso V e VI serão instaladas na margem oposta da BR-277 (em relação à localização da CRQ Cavernoso 1).

No que diz respeito à geração de empregos, ao incremento econômico e aos impactos sobre bens e serviços públicos (itens 16 a 19), aplicam-se as mesmas considerações supracitadas, referentes às obras de implantação da PCH Cavernoso IV. Aos números indicados, acrescenta-se a estimativa de geração de cerca de 160 postos de trabalho temporário para cada um dos empreendimentos (RECITECH, 2017b; 2017c), os quais podem ser ocupados por pessoas da comunidade, gerando um incremento em sua renda.

Por fim, quanto ao item 20, que trata do trânsito de veículos para a manutenção das CGH's, não incidirá sobre a área da CRQ Cavernoso 1 ou seus acessos, por se localizar na margem oposta da BR-277.

MATRIZ DE IMPACTO DAS CGH'S CAVERNOSO V E VI										
Impacto	Fase de ocorrência	Probabilidade de ocorrência	Importância	Magnitude	Natureza	Forma	Temporalidade	Duração	Grau de reversibilidade	Medidas
Expectativas em relação ao empreendedor/empreendimento	Projeto	Certa	Grande	Forte	Negativa	Direta	Curto prazo	Temporária	Reversível	Prevenção, mitigação
Presença de pessoas estranhas	Projeto, implantação, operação	Certa	Média	Média	Positiva/Negativa	Direta	Curto prazo	Permanente	Reversível	Prevenção, mitigação
Interferência nas manifestações culturais e na organização sociocultural	Projeto, implantação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Existência de conflitos envolvendo processos de expropriação, áreas sobrepostas ou conflitos de interesse	Projeto, implantação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Trânsito de máquinas construção	Instalação	Ausente	Pequena	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Poluição sonora	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Poluição atmosférica	Instalação, operação	Pouco provável	Grande	Fraca	Negativa	Direta	Longo prazo	Permanente	Reversível	Prevenção
Poluição da água	Instalação, operação	Pouco provável	Grande	Fraca	Negativa	Indireta	Longo prazo	Permanente	Reversível	Prevenção
Poluição residual	Instalação, operação	Pouco provável	Grande	Fraca	Negativa	Indireta	Longo prazo	Permanente	Reversível	Prevenção
Alteração de ambientes de uso da comunidade	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Alteração de habitats de espécies utilizadas pela comunidade	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mudança na paisagem	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Restrição do uso do rio	Instalação, operação	Ausente	Pequena	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Restrição de uso dos acessos	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Restrição de uso do solo	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Negativa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Geração de emprego	Instalação, operação	Provável	Grande	Forte	Positiva	Direta	Médio prazo	Temporária	Reversível	Não se aplica
Incremento econômico local	Instalação, operação	Provável	Grande	Média	Positiva	Direta	Médio prazo	Temporária	Reversível	Não se aplica
Incremento econômico municipal	Instalação, operação	Certa	Grande	Média	Positiva	Indireta	Médio prazo	Temporária	Reversível	Não se aplica
Impactos sobre os bens e serviços públicos	Instalação, operação	Ausente	Grande	Não se aplica	Positiva/Negativa	Indireta	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Trânsito de veículos (manutenção)	Operação	Ausente	Pequena	Não se aplica	Negativa	Indireta	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

#### 8.4 AVALIAÇÃO CUMULATIVA E SINÉRGICA DOS IMPACTOS

De forma cumulativa e sinérgica, o principal impacto acarretado pela implantação dos três empreendimentos diz respeito às transformações ambientais que ocorrerão de médio a longo prazo. De ordem difusa, tais transformações participam em impactos que não atingirão imediata e exclusivamente a CRQ Cavernoso 1 e, tampouco, os impactos são ocasionados exclusivamente pela implantação dos três empreendimentos. Contudo, dentro de um contexto mais amplo, que considera a implantação de outras obras de aproveitamento hidrelétrico na bacia do rio Cavernoso, entende-se que o acúmulo de impactos pode, sim, gerar importantes mudanças socioambientais a nível regional.

A esse respeito, Gunkel (2009) e Fearnside (2015) colocam que, ao considerar a implantação de uma hidrelétrica, seja o empreendimento de pequeno ou grande porte, há um acúmulo de impactos que são inerentes ao próprio processo de alagamento. O primeiro impacto é, nesse sentido, o próprio alagamento do ecossistema: alteram-se as paisagens, modificam-se as matas ciliares e as áreas adjacentes, assim como toda a biodiversidade associada. Tal processo, leva à decomposição da vegetação antes existente, que passa a estar sob um corpo hídrico que não mais se movimenta livremente, ou seja, passa a ser represado (FEARNSIDE, 2015). É nesse contexto que a eutrofização das águas, decorrente da ação de algas primárias e outras plantas aquáticas, leva ao aumento da emissão de gases de efeito estufa (DOS SANTOS et al., 2008; FEARNSIDE; PUEYO, 2012; JUNIOR et al., 2016). Mediante o processo fotossintético e a decomposição latente, gera-se uma concentração de gás carbônico, metano e óxido nitroso (FOSTER, 2007; FEARNSIDE, 2008; 2009). Soma-se, assim, a cada empreendimento realizado em uma área florestal fragmentada, os acúmulos do próximo empreendimento, instalados na mesma área degradada. Em casos de desapropriação social e residencial, deve-se somar, ainda, o rompimento abrupto das interações socioculturais humanas (e não humanas) estabelecidas com os territórios afetados (COLITO, 2000; FEARNSIDE, 2016; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

No caso dos empreendimentos aqui considerados, é necessário ter em consideração a soma sinérgica dos impactos de três empreendimentos em uma formação vegetal que possui, desde os anos 2000, menos de 0,7% da sua extensão original (MARTINS et al., 2017; MEDEIROS; SAVI; BRITO, 2005). Há, por todo o Planalto Meridional brasileiro, o constante aumento de monocultivos agrossilvipecuários e o avanço de uma urbanização desordenada, que provocam uma contínua fragmentação das paisagens (IBGE, 2012; MARTINS et al., 2017). Dado contexto também gera importantes

concentrações de gases de efeito estufa, relacionados aos processos de mudanças climáticas (FOSTER, 2007; GUNKEL, 2009; FEARNSTIDE, 2015).

Parte-se, então, para o primeiro âmbito em questão. Durante as entrevistas, diversas falas apontaram dificuldades associadas às transformações do entorno, sendo muitas referentes às mudanças climáticas, que afetam diretamente os produtores(as) rurais: *“só que diz que dizem que a terra que é plantado pinus seca muito né? mas essas secas que tá dando hoje em dia, que tá tudo descontrolado né, quando chove, chove fora do normal...”*, *“abóbora esse ano deu mais pouca, ano passado carregou mas apodreceu, e esse ano como deu a seca...”*, *“ano retrasado daí choveu demais e eu não consegui colher o feijão, se vem o feijão, ia dá bem, mas não conseguimos colher, apodreceu tudo”*. Sendo uma produção de agricultura familiar principalmente de subsistência, tanto as práticas tradicionais como os cultivos estão adaptados, assim como a própria Floresta Ombrófila Mista, à altitude e ao clima subtropical, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, com períodos de geada durante os meses de inverno. Contudo, os longos períodos de seca e as chuvas fortes desigualmente distribuídas atualmente experimentadas são, muito provavelmente, reflexos destas mudanças climáticas a nível local e global. Quando da realização deste levantamento, por exemplo, a região estava sofrendo após um largo período de seca, que impactou não apenas os níveis dos rios como, conseqüentemente, a captação de água para consumo nas residências, a criação animal e a produção das roças familiares.

Frente à acumulação de impactos, portanto, há uma diminuição na resiliência do ecossistema, ou seja, da sua capacidade de resposta na manutenção de seu equilíbrio. Da mesma forma, a capacidade de resiliência da própria comunidade tradicional aos impactos acumulados é, portanto, afetada e fragilizada. É, nesse sentido, que as áreas prioritárias para a conservação da Mata Atlântica (vinculadas ao MMA) e as Áreas Estratégicas para a Conservação do estado do Paraná (definidas pelo IAP) são apresentadas junto à presença da CRQ Cavernoso 1.

Ao observar a distribuição de áreas prioritárias no estado do Paraná, principalmente no que diz respeito às definidas pelo IAP, pode-se constatar que a CRQ Cavernoso 1 está rodeada de áreas consideradas estratégicas para a conservação; e que estas não podem atuar como ilhas de biodiversidade, mas sim integradas de forma sistêmica ao contexto socio-bio-político-cultural.

Tanto as práticas tradicionais, quanto as vinculadas aos processos transição agroecológica e orgânica – atualmente em prática pela comunidade – têm potencial de contribuir para a conservação da sociobiodiversidade historicamente associada à Mata

Atlântica e à Floresta Ombrófila Mista tipo Montada. A presença da comunidade e a continuidade do seu modo de vida, alicerçada em práticas culturais tradicionais, têm potencial de contribuir para a manutenção da biodiversidade existente no território (DIEGUES, 2000b; MMA, 2006; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008; PLANAPO, 2016). Isso posto, destaca-se que reflorestação do território, em especial das matas ciliares que serão diretamente impactadas pelo empreendimento, deve ser realizada observando processos agroecológicos, em consonância com o que vem sendo desenvolvido pela comunidade. Indica-se que a reflorestação seja realizada a partir de espécies vegetais nativas, com consulta à comunidade, dado o vasto conhecimento etnobotânico apresentado. Em especial, sugere-se também que o trabalho de reflorestação tenha a participação de pessoas da comunidade, que, além dos conhecimentos tradicionais, apresentam também conhecimentos técnicos associados ao desenvolvimento dos SAFs, como é o caso da atual liderança, sr. Fabio de Oliveira.

Outro âmbito que merece ser abordado, refere-se à qualidade da água e à ictiofauna que será impactada pelos empreendimentos. Ainda que, efetivamente, a comunidade não utilize o rio Cavernoso, utiliza cotidianamente córregos e braços da mesma bacia. E os impactos já existentes, anteriores à instalação dos empreendimentos aqui avaliados, também somarão às futuras CGHs e a PCH impactos que, a médio e longo prazo, podem afetar tanto a CRQ Cavernoso 1 como o ecossistema de inserção. Quando consultados sobre a pesca, outra atividade de subsistência tradicionalmente realizada, todos os discursos relataram uma diminuição expressiva da riqueza e na abundância de peixes, bem como uma diminuição no tamanho dos animais (item 7.5). Tal diminuição afeta tanto a segurança alimentar da comunidade (pela diminuição do acesso a um item alimentar fundamental), assim como possíveis expressões relacionais e culturais vinculadas às trajetórias específicas no território (como, por exemplo, a transmissão de saberes vinculados à prática da pesca, instrumentos, técnicas ou o conhecimento de espécies presentes, etc.).

A diminuição dos recursos pesqueiros disponíveis é consequência dos mesmos impactos cumulativos supracitados, que incluem: a poluição da água pelos monocultivos agrossilvipecuários (considerando a grande utilização de agrotóxicos que desembocam nos corpos hídricos); pelo mal esgotamento da urbanização desordenada (incluindo a poluição química e a poluição residual resultante da concentração de pessoas em áreas urbanas); do acúmulo de empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Cavernoso; do desmatamento de matas ciliares e da fragmentação da FOM. Somadas à poluição atmosférica, também ocasionada pelos mesmos fatores, as mudanças climáticas (que, por

somar tantos atributos já se propõe a convenção nominal de “mudanças globais”) potencializam os períodos de seca, que afetam a disponibilidade de água também para as residências e para as produções agrícolas.

Entende-se, portanto, que os impactos causados pelos três empreendimentos avaliados – sinergicamente somados aos já existentes – influenciarão direta e indiretamente na CRQ Cavernoso 1. Contudo, dada a distância dos limites de alagamento apresentados pelos projetos, tal influência não se dará a curto prazo, nem será visualmente percebida na paisagem, sendo portanto considerada de ordem difusa. Neste sentido, para todos os impactos considerados na matriz como de importância pequena, magnitude fraca a média ou de probabilidade provável ou pouco provável, é imprescindível que haja um comprometimento do empreendedor em garantir todos os passos de segurança necessários (desde a destinação correta de resíduos, às simples instruções de velocidade em área rural e ao extremamente importante respeito às expressões culturais da comunidade).

É preciso, portanto, que os limites apresentados sejam mantidos com responsabilidade ética e social junto a CRQ Cavernoso 1, principalmente no que diz respeito à geração de expectativas, de respeito aos modos de vida e do acesso à informação completa. Destaca-se que, enquanto comunidade tradicional, a CRQ Cavernoso 1 tem, entre tantos outros, direitos garantidos por lei, os quais aqui se destacam (BRASIL, 2007):

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

III - a segurança alimentar e nutricional como direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade,

IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

(...)

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

É, partir desses itens reiterados, que entende-se que para os empreendimentos adentrarem as seguintes fases do licenciamento, se faz necessário consolidar uma comunicação direta com a CRQ Cavernoso 1, através da associação quilombola.

## 8.5 OUTRAS ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS INSTALADOS

Com o fim de verificar a possível existência de atividades ou empreendimentos já instalados no interior ou no entorno do território quilombola, considerando as distâncias indicadas no Anexo I da Portaria Interministerial n. 60/2015, foram realizadas consultas no Sistema de Informações Geográficas do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (SIGEL/ANEEL), no Sistema de Gestão Ambiental do Instituto Ambiental do Paraná (SGA/IAP) e no banco de dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Como resultado das buscas, nenhum processo foi identificado.

## 8.6 PROGNÓSTICO DOS IMPACTOS E PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO

Como detalhado nos itens anteriores, foram avaliados os impactos socioambientais, econômicos e culturais decorrentes da implantação dos empreendimentos sobre a CRQ Cavernoso 1 e seu território em três momentos. Em um primeiro momento foi avaliada a PCH Cavernoso IV, por estar mais próxima da terra quilombola; as CGH's Cavernoso V e VI, tanto por suas especificidades semelhantes quanto por sua distância em relação à CRQ, foram avaliadas em conjunto em um mesmo momento. Por fim, foram consideradas a implantação dos três empreendimentos e seus impactos cumulativos, contextualizando-os, ainda, de forma sinérgica, no âmbito de outros empreendimentos e atividades presentes na bacia do rio Cavernosos.

Em síntese, o principal impacto negativo identificado, de magnitude forte e de incidência direta sobre a CRQ Cavernoso 1, diz respeito as expectativas geradas na população a respeito de possíveis benefícios diretos e regulares que poderia advir da presença dos empreendimentos. Considerado de grande importância, haja vista o contexto de dificuldades e o histórico de luta por direitos, como forma de mitigação e prevenção, indica-se a execução de Programa de Comunicação Social Quilombola (PCSQ), com o objetivo de consolidar, de maneira programática, as vias de comunicação entre empreendimentos e comunidade.

Outro impacto, referente à implantação da PCH Cavernoso IV, diz respeito ao fluxo de trânsito em uma das principais vias de acesso ao território da CRQ Cavernoso 1. Entende-se que, embora não passe diretamente pela área quilombola, a presença de máquinas e novos veículos precisa ser considerada com atenção, considerando que normalmente o fluxo nas estradas rurais é mais leve, e a presença de novos veículos altera sensivelmente esse cenário. Assim, visando a prevenção de acidentes, incidentes ou desrespeito no trânsito, indica-se a realização de orientação aos trabalhadores do empreendimento quanto ao uso mais adequado das vias públicas, bem como ao respeito das características locais do ambiente e da população, por meio do Programa de Responsabilidade Cidadã (PRC). Por se tratar de um mesmo público, sugere-se que, se compatível, este programa possa ser incorporado a um subprograma voltado aos trabalhadores, como, por exemplo, o Programa de Educação Socioambiental.

Por fim, considerando os impactos cumulativos e sinérgicos indicados, que embora possuam um caráter difuso, podem impactar o modo de vida da comunidade a médio e longo prazo, indica-se a execução de Programa de Apoio e Incentivo à Processos Agroecológicos (PAIPA). Estes programas visam fortalecer as iniciativas já presentes na comunidade, bem como potencializar os efeitos positivos gerados pela reflorestação em áreas próximas e geração de emprego para a população local, decorrentes da implantação do empreendimento (Quadro 6).

QUADRO 6: SÍNTESE DOS IMPACTOS E MEDIDAS INDICADAS.

<b>Impacto</b>	<b>Medida</b>	<b>Programa</b>	<b>Público-Alvo</b>
Geração de expectativas em relação ao empreendimento	Preventiva e mitigatória	Programa de comunicação social quilombola (PCSQ)	CRQ Cavernoso 1
Alteração no fluxo do trânsito em via de acesso	Preventiva	Programa de Responsabilidade Cidadã (PRC)	Trabalhadores do empreendimento
Impactos cumulativos e sinérgicos na composição do ambiente	Compensatória e Potencializadora	Programa de Apoio e Incentivo à Processos Agroecológicos (PAIPA)	CRQ Cavernoso 1

Os programas aqui indicados serão devidamente detalhados na próxima seção, que constitui o Planejamento Básico Ambiental Quilombola.

## 9 PLANEJAMENTO BÁSICO AMBIENTAL QUILOMBOLA (PBAQ)

### 9.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

Os programas aqui propostos estão baseados na matriz de impacto elaborada em articulação com a CRQ Cavernoso 1, como ferramenta de análise e avaliação de riscos. Considerando o diagnóstico geral e os impactos identificados, indicam-se medidas que auxiliam na mitigação e/ou na compensação de seus efeitos diretos e difusos. Os dados obtidos na matriz de impacto, assim como a análise sinérgica e cumulativa dos mesmos, orientaram a definição dos Programas Ambientais Específicos Quilombolas (PAEQ), abaixo mencionados. Tais programas foram concebidos com o fim de serem medidas de controle, mitigação e potencialização dos impactos identificados e são estruturados a partir de objetivos, metas e indicadores.

Os programas são ancorados nas normativas vigentes (apresentadas no Capítulo 3), que buscam assegurar os direitos territoriais, históricos e sociais das comunidades remanescentes de quilombos, enquanto grupo étnico e comunidade tradicional. A validação desta proposta passará por consulta participativa, objetivando manter os atores(as) sociais envolvidos na tomada de decisões sobre o que se refere ao seu território, através da organização social comunitária e do acesso à informação clara e precisa.

### 9.2 PROGRAMAS AMBIENTAIS ESPECÍFICOS QUILOMBOLAS (PAEQ)

Com base na metodologia supracitada, indicam-se 3 Programas Ambientais Específicos Quilombolas (PAEQ). São eles:

- ✓ Programa de Comunicação Social Quilombola (PCSQ)
- ✓ Programa de Responsabilidade Cidadã (PRC)
- ✓ Programa de Apoio e Incentivo a Processos Agroecológicos (PAIPA)

#### 9.2.1 Programa de Comunicação Social Quilombola (PCSQ)

##### **Justificativa**

Durante o levantamento junto à Comunidade Quilombola Cavernoso 1, verificou-se uma alta expectativa em relação aos empreendimentos. Tal expectativa esteve relacionada principalmente ao ganho de possíveis subsídios (como cestas básicas e/ou oportunidades de emprego), expressadas na forma de consulta. Dessa maneira, entende-se que fortalecer uma comunicação clara e de linguagem acessível poderá alinhar as expectativas da

comunidade a um contexto mais realista, primando pela transparência com relação às fases e obrigações legais dos empreendimentos, bem como dos direitos da comunidade neste contexto.

Além disso, verificou-se, também, falta de orientação, por parte da comunidade, sobre como dar andamento ao processo de demarcação das suas terras. Assim, ratificando o direito territorial da comunidade frente a um processo institucional paralisado, sugere-se como contrapartida e como medida compensatória que as ações de comunicação social contribuam, também, para a instrução da comunidade sobre os conceitos legais à ela atribuídos, bem como direitos assegurados no Brasil às comunidades remanescentes de quilombos. A instrumentação e a apropriação desses temas pela Associação Quilombola impulsionariam sua autonomia e autogestão, capacitando-a para agir e decidir sobre aquilo que lhes diz respeito.

### **Objetivos**

**Geral:** Promover a comunicação eficaz entre empreendimentos e CRQ, explanando sobre as obrigações e não-obrigações legais referentes ao empreendedor e os direitos legais referentes à comunidade, buscando a consolidação de uma relação ética e responsável.

### **Específicos:**

- Detalhar, através de uma linguagem acessível, os procedimentos técnicos realizados para a instalação do empreendimento, especificando as temporalidades, procedimentos e impactos;
- Evitar a geração de expectativas infundadas por parte da Comunidade, de modo a prevenir possíveis conflitos entre os interesses;
- Identificar as principais dúvidas relacionadas às definições e direitos quilombolas;
- Aprofundar a compreensão sobre o que significam os empreendimentos no contexto da paisagem;
- Promover maior conhecimento sobre o que compete (ou não) aos deveres legais e limitações dos empreendimentos;
- Promover maior autonomia da comunidade em base a apropriação dos seus direitos legais enquanto comunidade remanescente de quilombo e comunidade tradicional;
- Incentivar o andamento do processo de demarcação da terra, a partir da apropriação da comunidade aos seus direitos.

## **Metas**

1. Desenvolver materiais informativos e acessíveis a todos da comunidade;
2. Estabelecer um canal de diálogo com a comunidade para que possam esclarecer suas dúvidas e solucionar possíveis problemas, por meio de canais eletrônicos de comunicação (telefone, e-mail e WhatsApp);
3. Desenvolver oficinas de apoio ao empoderamento da comunidade sobre os conceitos e direitos legais da categoria social de comunidade remanescente de quilombo.

## **Público-Alvo**

Moradores da CRQ Cavernoso 1.

## **Metodologia**

Elaboração de, pelo menos, dois materiais informativos impressos, sendo: i) referente ao empreendimento e suas obrigações legais; e ii) referente a comunidades remanescentes de quilombos e seus direitos legais. O primeiro deverá conter informações sobre as etapas do Licenciamento Ambiental (projeto, instalação, operação); cronograma; as áreas e os possíveis impactos na comunidade, mudanças na paisagem e compensações a serem realizadas. Criar um grupo de WhatsApp, próprio para comunicação com a comunidade, disponibilizando o material informativo e dispondo-se para sanar dúvidas da comunidade com a maior agilidade. Já o segundo, deverá trazer informações sobre os direitos legais de comunidades remanescentes de quilombos (com base nas normativas apresentadas no Capítulo 3), bem como instruções (em linguagem acessível) sobre como oficializar o processo de demarcação de terras quilombolas. Ambos os materiais deverão ser distribuídos e apresentados em oficinas com a Associação Quilombola, estando presentes suas lideranças, sendo conduzidas por equipe técnica qualificada. Indica-se que, dada a robustez das informações, o conteúdo deverá ser, preferencialmente, apresentado através de pelo menos três oficinas participativas. Tal espaço pretende oportunizar o diálogo através da transparência de informações e do empoderamento da comunidade.

## **Descrição das atividades**

### *1 - ELABORAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO (META 1)*

A elaboração dos materiais informativos deverá levar em consideração o diagnóstico desenvolvido, adequando, também, à linguagem acessível para toda a comunidade. Os materiais deverão conter as informações supracitadas na metodologia, além dos dados completos do empreendedor para comunicação e/ou esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de problemas.

*Plano de distribuição dos materiais:* Deverão ser impressos, no mínimo, 100 exemplares de cada material, a serem disponibilizados à CRQ para distribuição conforme sua demanda, sendo: 100 cartilhas sobre as obrigações e não obrigações dos empreendimentos e 100 cartilhas sobre os direitos legais de comunidades remanescentes de quilombos.

*Conteúdo da Cartilha 1: Obrigações e não-obrigações do empreendedor segundo o Licenciamento Ambiental*

- Informações sobre as etapas do Licenciamento Ambiental, contendo o cronograma;
- Detalhar a localização e as mudanças na paisagem ocasionadas pelas etapas de instalação e operação, com imagens ilustrativas do empreendimento e do território;
- Obrigações e não-obrigações do empreendedor, no que diz respeito à comunidade, ao território e às compensações socioambientais;
- Possíveis impactos a serem percebidos pela comunidade durante as etapas de instalação e operação (ruídos, trabalhadores, máquinas e equipamentos);
- Informações sobre o serviço de comunicação estabelecido para reportar dúvidas, sugestões e eventuais problemas.

*Conteúdo da Cartilha 2: Direitos legais de Comunidades Remanescente de Quilombos e passo-a-passo para a demarcação territorial*

- Direitos legais das comunidades remanescentes de quilombos (CRQ's);
- Quais são as leis e decretos associados, o que garantem e, principalmente, porque garantem esses direitos;
- Um passo-a-passo de como ocorre a demarcação de territórios quilombolas (metodologia do processo de requerimento de delimitação de terras);
- Quais os órgãos estão vinculados no processo e como se poderia proceder no caso da CRQ Cavernoso 1;
- Apresentar as vias de comunicação institucionais para aquisição de informações sobre CRQ's.

*Descrição:* As cartilhas deverão ser produzidas de forma didática e linguagem acessível, suportada em infográficos ilustrativos. A Cartilha 1 deverá ser apresentada para a comunidade durante a primeira oficina realizada por esse Programa (descrita na Meta 3). Já a Cartilha 2, deverá ser apresentada para a comunidade durante a segunda oficina e apoiar a construção de um plano de ação para a comunidade durante a terceira oficina (descrito na Meta 3).

### *Especificações dos materiais:*

Cartilha 1: 20 páginas (miolo). Formato fechado: A5 –15 x 21 cm; Capa Papel: couchê fosco 120 gramas. Miolo Papel Reciclado 90 gramas; Cores: 4x4. Acabamento: grampeado, vinco e dobrado.

Cartilha 2: 20 páginas (miolo). Formato fechado: A5 –15 x 21 cm; Capa Papel: couchê fosco 120 gramas. Miolo Papel Reciclado 90 gramas; Cores: 4x4. Acabamento: grampeado, vinco e dobrado.

## *2 - CRIAÇÃO DE UM CANAL DE COMUNICAÇÃO (META 2)*

Deverá ser criado e disponibilizado um e-mail e um número de WhatsApp para comunicação com o empreendimento, visando esclarecimento de dúvidas e saneamento de eventuais problemas. Por meio deste canal, poderão também ser realizados informes sobre o empreendimento no decorrer das fases do licenciamento. Indica-se que sejam preferidos canais de comunicação grupal (i.e., grupo de WhatsApp), para evitar ruídos de comunicação e de forma a garantir o alcance de todos. Este canal deverá ser apresentado para a comunidade durante a primeira oficina deste Programa.

Esse canal deverá ser usado, também, para a circulação de informações sobre o andamento dos Programas Ambientais Específicos Quilombolas (PAEQ).

O produto desta meta é o estabelecimento de comunicação constante e clara com a comunidade.

## *3 - OFICINAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (META 3)*

Sugere-se que, para este Programa, sejam realizadas, ao todo, três oficinas.

### Oficina 1

A primeira oficina deverá demarcar o início das atividades vinculadas aos programas deste PBAQ. Ela deverá apresentar os 3 programas do PBAQ e as obrigações e não-obrigações do empreendedor (informações que deverão estar presentes também na Cartilha 1, impressa). Deverá introduzir de forma clara e detalhada a Cartilha 1, qual seja, os procedimentos realizados para o licenciamento, as etapas da obra, expectativas, possíveis impactos, obrigações do empreendedor.

Deverá apresentar também os Programas, suas metas e respectivas atividades, oportunizando o diálogo e ajustes de conteúdo. Essa primeira reunião guiará ajustes necessários às demais etapas e materiais a serem produzidos.

Esta será a oportunidade para a criação do canal de comunicação da comunidade com o empreendedor, por meio de grupo de WhatsApp, inserindo na lista de participantes o número de telefone com WhatsApp dos moradores.

*Produto:* O principal produto desta reunião, além das informações e material didático fornecido, será o estabelecimento de uma comunicação contínua e clara, de modo a evitar ruídos e conflitos do empreendedor/empreendimentos junto à comunidade.

### Oficina 2

A segunda oficina deverá contar com suporte da Cartilha 2 e com uma apresentação oral, de modo a introduzir e apresentar os direitos da CRQ Cavernoso 1, que deverão ser lidos e comentados durante o encontro. Deverá ser promovido debate sobre o conteúdo do material e as informações que a comunidade já possui, esclarecendo dúvidas e oportunizando o empoderamento da comunidade, com base no conhecimento de seus direitos constitucionais.

Propõe-se, nesta oficina, a construção de um plano de ação pela e para a comunidade, a partir de mediação participativa da equipe técnica. Tal plano de ação deve ser construído de forma integrada entre os técnicos e os moradores, contribuindo com suporte técnico para desenvolver ações que apoiem as demandas de efetivação da demarcação do território quilombola. Com o apoio da Cartilha 2, que deverá conter o passo-a-passo para requisição da demarcação de terras, pretende-se que a própria comunidade desenhe seu plano de ação, com prazos e atividades coerentes com suas possibilidades reais. Tal plano poderá ser acompanhado pela equipe técnica por meio do canal de comunicação estabelecido pelo Programa, de modo a esclarecer possíveis dúvidas no processo e apoiar no que mais couber.

*Produto:* O produto esperado neste encontro, além da apropriação dos moradores sobre seus direitos, é a construção de um plano de ação a ser executado pela comunidade.

### Oficina 3

A oficina 3, a ser realizada no final do programa, pretende reforçar as informações sobre os conteúdos da Cartilha 1 e 2. Aqui se objetiva captar possíveis questionamentos no processo de realização da obra, bem como do processo de desenvolvimento do plano de ação desenvolvido na oficina 2. Tal oficina será no sentido de realizar um acompanhamento das demandas da comunidade relacionadas às temáticas aqui apresentadas.

*Produto:* Plano de ação consolidado e relatório prévio da efetividade dos materiais informativos e informações disponibilizadas.

As oficinas deverão ser efetuadas de preferência em local escolhido pela Associação Quilombola (evitando maior necessidade de deslocamento da comunidade), com agendamento prévio e frequência com quórum mínimo de 75% dos moradores. O empreendedor será responsável por fornecer os equipamentos utilizados na realização da mesma (e.g., projetor, computador, tomadas extras, materiais didáticos e materiais de escritório, etc.). A primeira oficina demarcará o início deste Programa e do PBAQ. As outras duas oficinas deverão ocorrer na sequência, com intervalo de um a dois meses entre cada uma delas. Elas deverão ser baseadas em metodologias participativas e deverão ser realizadas, cada uma, no período de um turno. Destaca-se que o canal de comunicação deverá funcionar como suporte de dúvidas e apoio durante o intervalo das oficinas.

### **Inter-relação com outros Programas gerais do Empreendimento**

O canal de comunicação, em especial o grupo de WhatsApp, envolverá, além da CRQ Cavernoso 1, o empreendedor e a empresa de consultoria. Dessa maneira, poder-se-á manter a comunicação entre os demais Programas e as partes interessadas.

### **Indicadores**

- Entrega de Cartilhas Informativas, com registro para compor relatório semestral;
- Retorno dos moradores, nas oficinas, sobre a efetividade do canal de comunicação;
- Desenvolvimento de um Plano de Ação para instrumentalizar o pleito pela demarcação do território, mediado pela equipe técnica e desenvolvido para execução pela comunidade.

### **Cronograma**

<b>Atividade</b>	<b>Mês 1</b>	<b>Mês 2</b>	<b>Mês 3</b>	<b>Mês 4</b>	<b>Mês 5</b>	<b>Mês 6</b>
Elaboração e impressão das cartilhas						
Oficina 1						
Oficina 2						
Oficina 3						

## 9.2.2 Programa Responsabilidade Cidadã (PRC)

### Justificativa

Um dos fatores mais relevantes da paisagem é a ruralidade do entorno e da própria CRQ Cavernoso 1, cujos acessos comportam pouco tráfego de pessoas externas e de automóveis, tendo uma logística e ritmo próprios. Assim, entende-se como fundamental a instrução dos trabalhadores da obra sobre as formas de respeitar os modos de vida da população local. Instruções como as formas e as velocidades de condução, além do comportamento no trânsito nas vias rurais, devem ser incorporadas. Pretende-se, também, dar atenção sobre a correta destinação dos resíduos (sólidos, orgânicos, recicláveis). Além disso, acredita-se que a informação aos trabalhadores sobre a Comunidade Quilombola, seus significados e direitos também é um importante instrumento de divulgação cultural, que promove maior disseminação da cultura quilombola. Entende-se que a responsabilidade cidadã, aliada ao reconhecimento das minorias étnico-raciais, poderá potencializar o respeito e amenizar os impactos do empreendimento vinculados ao trânsito de pessoas estranhas, aumento de circulação de automóveis e aqueles referentes aos resíduos.

### Objetivos

**Geral:** Sensibilizar os trabalhadores acerca das características do modo de vida local e sobre o adequado comportamento em vias públicas e no ambiente da área rural.

### **Específicos:**

- Informar os trabalhadores do empreendimento sobre a presença da comunidade remanescente de quilombos, contextualizando seu significado, valorizando seu modo de vida e seus saberes no contexto das CRQs;
- Instruir sobre as velocidades máximas permitidas nas estradas rurais locais;
- Instruir sobre procedimentos de destinação de resíduos;
- Promover maior conhecimento sobre os deveres e limitações do empreendimento.

### Metas

1. Inclusão da questão quilombola nos encontros de integração destinados aos trabalhadores ingressantes na obra.
2. Evitar utilização indevida das vias rurais e inconvenientes desnecessários à área rural e território quilombola.

## **Público-Alvo**

Trabalhadores contratados para o empreendimento, nas diferentes fases.

## **Metodologia**

Produção de material informativo impresso (*folder*) para entrega direta a cada trabalhador, nas diferentes fases do empreendimento, contendo informações sobre a CRQ Cavernoso 1, os conceitos e debates legais resumidos, com uma linguagem acessível e didática. Este material será entregue durante os encontros de integração dos trabalhadores ingressantes nas obras, juntamente com apresentação oral específica sobre o componente quilombola.

## **Descrição das atividades**

### *1 - ELABORAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO (FOLDER) (META 1)*

Elaboração de um *folder* para os trabalhadores dos empreendimentos, que levará em consideração o estudo diagnóstico desenvolvido e deve ter linguagem acessível.

#### *Conteúdo do Folder: Trabalhadores(as) & Cidadãos Responsáveis*

- Descrição da legislação vinculada às CRQs, incluindo de forma breve as definições do conceito de CRQ;
- Descrição geral da comunidade, explicando os respectivos impactos dos empreendimentos na comunidade e na paisagem;
- Definição de limites de velocidade e boas práticas de condutores em via rural;
- Importância da destinação correta de resíduos nas dependências do empreendimento e seus arredores.

*Procedimentos e avaliação:* O *folder* deverá ser distribuído e apresentado aos trabalhadores(as) em apresentação oral de 45 minutos durante as reuniões de integração do pessoal de obra. De modo a certificar-se da eficácia do material, deverá ser aplicado um questionário, para verificar se a informação foi passada de forma satisfatória para a compreensão das temáticas abordadas. A aplicação de um questionário com os trabalhadores(as) permitirá uma avaliação crítica sobre o funcionamento do material e da apresentação.

*Especificações do material:* O *folder* será montado e impresso em formato A4, dobrado em 3 partes (formato DL).

*Plano de distribuição do material:* Deverá ser impresso, no mínimo, um exemplar para cada trabalhador(a) contratado, a ser distribuído nas dependências dos empreendimentos e nas reuniões de integração.

### **Inter-relação com outros Programas gerais do Empreendimento**

Esse programa poderá ser incorporado por outro programa similar (tal como Programa de Comunicação Social), mantendo-se o direcionamento para o público de trabalhadores(as), sendo o material produzido por equipe técnica qualificada.

### **Indicador**

Registro das reuniões de integração e da entrega dos materiais, que comporão os relatórios semestrais, e avaliação de questionário aplicado aos trabalhadores.

### **Cronograma**

<b>Atividade</b>	<b>Mês 1</b>	<b>Mês 2</b>	<b>A partir do início das obras de implantação</b>
Elaboração e impressão das cartilhas			
Distribuição			A distribuição se dará nos encontros de integração dos trabalhadores

## **9.2.3 Programa de Apoio e Incentivo aos Processos Agroecológicos (PAIPA)**

### **Justificativa**

O Programa de Apoio e Incentivo aos Processos Agroecológico (PAIPA) se justifica em três pilares. O primeiro, refere-se ao reflorestamento que será efetuado nas Áreas de Preservação Permanente (APP) pré-definido na fase de projeto do empreendimento. O segundo, diz respeito ao desenvolvimento de processos agroecológicos que já vêm sendo incorporados nas roças tradicionais pela CRQ Cavernoso 1, em consonância às políticas públicas competentes à demarcação de terras quilombolas. E o terceiro, é pela realização de uma medida compensatória identificada pela própria comunidade como positiva à presença do empreendimento, considerando que o reflorestamento da APP vai ao encontro com suas demandas e interesses.

O apoio e o incentivo aos processos agroecológicos têm potencial de garantir a segurança alimentar da comunidade e de seus modos de vida e, ainda, de apoiar na obtenção de incrementos econômicos. Além dos benefícios relacionados à CRQ, a realização do reflorestamento, observando processos agroecológicos, contribui para a

mitigação dos impactos sinérgicos e cumulativos levantados (desde a fragmentação da Floresta Ombrófila Mista até aqueles vinculados às mudanças climáticas), impactando positivamente na vida da comunidade a longo prazo.

### **Objetivos**

**Geral:** Apoiar e incentivar as iniciativas de transição agroecológica e produção orgânica da CRQ Cavernoso 1, através da valorização dos saberes e das práticas tradicionais e considerando suas demandas.

### **Específicos:**

- Oportunizar espaços de interlocução entre a comunidade e a equipe técnica responsável pelo reflorestamento das APPs, de modo a incentivar a inserção de espécies nativas;
- Promover a valorização dos saberes tradicionais e das roças tradicionais quilombolas, contribuindo para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural;
- Auxiliar a segurança e a soberania alimentar da comunidade, estimulando a transição para a produção orgânica e agroecológica;
- Incentivar a participação da comunidade, de forma geral, na identificação e no registro dos conhecimentos tradicionais;
- Aumentar as oportunidades econômicas da comunidade.

### **Metas**

- Promover oficinas de articulação entre a equipe técnica responsável pelo reflorestamento e a comunidade;
- Criar uma cartilha sobre Agroecologia, de forma a apoiar a transição agroecológica e a produção orgânica da comunidade;
- Capacitar e instrumentalizar a comunidade para a inserção no mercado de produtos orgânicos e agroecológicos.

### **Público-Alvo:**

Moradores da CRQ Cavernoso 1.

### **Metodologia**

Promover oficinas participativas de articulação entre a equipe técnica responsável pelo reflorestamento e a comunidade, buscando reflorestar as áreas de APP em base às espécies nativas consideradas importantes para os moradores(as). Através de metodologias participativas, levantar conhecimentos tradicionais e processos

agroecológicos para a formulação de uma Cartilha Agroecológica, capaz de apoiar todos os moradores durante o processo de transição agroecológica e de produção orgânica. Capacitar e instrumentar a comunidade em bases conceituais e práticas da agroecologia e mercados vinculados, inserindo temas como: as Cadeias das Frutas Nativas, Economia Solidária, obtenção de selos agroecológicos e orgânicos, gestão de finanças, processos legais e funcionamento de cooperativas, redes curtas de comercialização, como funcionam as redes agroecológicas estaduais, como a Rede Ecovida - CRPA.

### **Descrição das atividades**

#### **1 - OFICINAS DE ARTICULAÇÃO DE SABERES (META 1)**

As oficinas de articulação de saberes, pretendem articular os saberes tradicionais e as práticas agroecológicas da CRQ Cavernoso 1 aos conhecimentos dos técnicos responsáveis pela etapa de reflorestamento das APPs. As oficinas deverão ser efetuadas de preferência em local escolhido pela Associação Quilombola (evitando maior necessidade de deslocamento da comunidade), com agendamento prévio e frequência mínima de 75% dos moradores. O empreendedor será responsável por fornecer os equipamentos utilizados na realização das oficinas (e.g., projetor, computador, tomadas extras, materiais didáticos e materiais de escritório, etc.).

#### **OFICINA 1:**

Na primeira oficina, deverá ser realizada uma apresentação entre os moradores da comunidade e a equipe técnica responsável pelo reflorestamento. O objetivo desta reunião é que a equipe técnica, já informada pelo Programa PCR, conheça melhor sobre as práticas agrícolas e agroecológicas da comunidade e a vinculação existente com o território. Nesta reunião, a equipe técnica responsável pelo reflorestamento deverá apresentar seu plano de reflorestamento (i.e., proposta de reflorestamento, áreas a serem reflorestadas, cronograma, espécies nativas previamente consideradas, etc.). Após apresentação, os moradores da comunidade poderão expressar suas expectativas e ideias, de modo a expor as espécies nativas que consideram importantes (dentro das práticas e projetos já em andamento na comunidade), as áreas consideradas por prioritárias (dentro dos limites das APPs já definidas pelo projeto), entre outros, e assim ajustar o plano de reflorestamento de modo a melhor se adequar às necessidades locais.

*Resultado esperado:* O produto principal dessa reunião é estreitar a comunicação entre técnicos e moradores, incluindo de forma participativa a Comunidade na tomada de decisões das atividades referentes ao Programa 3. A partir dessa oficina, a equipe técnica deverá adequar a proposta de reflorestamento às solicitações da Comunidade. Deverá

optar-se pela estratégia de consenso entre técnicos e moradores. Indica-se a necessidade de um mediador experiente em metodologias participativas.

#### OFICINA 2:

Durante a segunda oficina, a equipe técnica deverá apresentar a nova proposta de reflorestamento, inseridas as demandas da comunidade, expressadas durante a primeira oficina. Sugere-se que, nesta oficina, a equipe técnica leve a comunidade para percorrer as áreas que serão de APP, para definirem em conjunto por onde e por quais espécies iniciarão o reflorestamento.

*Resultado esperado:* O principal produto desta oficina é a articulação da equipe técnica e da comunidade, a partir do refinamento de um Plano de Ação de Reflorestamento, que contenha um cronograma com os dias, as metas, as espécies, por onde iniciará o reflorestamento, quantas pessoas (entre técnicos e moradores) serão necessários para atingir as metas, etc. Entende-se que os(as) moradores(as) interessados em fazer parte desta etapa poderão ser contratados e remunerados por seu trabalho junto aos profissionais técnicos.

#### OFICINA 3:

A terceira oficina avaliará a experiência de troca entre técnicos e comunidade e o resultado da Meta 1 do PAIPA de forma geral. Os técnicos deverão apresentar à comunidade a quantidade de mudas que serão inseridas, a diversidade de espécies incluídas e extensão do trabalho realizado por todos. Ainda, deverão apresentar um plano de manutenção e cuidados, através do encaminhamento de prazos e estratégias para acompanhar o desenvolvimento das mesmas na APP pela equipe e pela comunidade. A comunidade terá a oportunidade de avaliar tanto os resultados do reflorestamento como o processo como um todo.

*Resultado:* O produto oriundo dessa oficina é a avaliação da experiência e resultados por ambas as partes, bem como a geração de um plano de manutenção e cuidados com as mudas durante período a ser determinado para garantir a eficácia do reflorestamento.

## 2 - DESENVOLVIMENTO DE UMA CARTILHA SOBRE AGROECOLOGIA (META 2)

Indica-se a criação de uma cartilha impressa contendo as plantas de possível cultivo nas propriedades rurais locais, identificando quais se adaptam melhor, as funções das principais espécies, bem como indicação do seu manejo e sazonalidade. Tal cartilha deve ser elaborada em colaboração com a comunidade, com base aos processos que já vêm

sendo implementados por alguns moradores. O objetivo é **sistematizar e compartilhar os conhecimentos tradicionais**, tanto entre os moradores da comunidade quanto entre outros atores sociais. Para a produção desta cartilha, indica-se a consulta ao Sr. Fábio Rodrigues de Oliveira, estudioso da temática. Abaixo, sugere-se um conteúdo mínimo, a ser construído em conjunto com a CRQ. O processo deve ser participativo e contar com colaboração ativa da comunidade. É imprescindível que a cartilha seja construída com base na articulação de saberes (tradicionais, técnicos e científicos).

*Plano de Divulgação:* Indica-se que sejam impressas 100 cartilhas, para serem distribuídas aos moradores e a instituições educacionais dos municípios de Candói e Cantagalo.

### **Cartilha “O povo preto sempre fez agrofloresta”: Agroecologia na Comunidade Remanescente de Quilombos Cavernoso 1**

*Conteúdo:*

O conteúdo deverá abordar **introdução a temática das Roças Tradicionais Quilombolas**, de maneira geral, e o **registro dos conhecimentos e métodos utilizados na CRQ Cavernoso 1**.

- **Introdução às práticas de roças tradicionais quilombolas;**
- O que é, como se dá e qual a importância da transição agroecológica e produção orgânica no contexto das políticas nacionais vinculadas a povos e comunidades tradicionais;
- Como a transição agroecológica pode beneficiar o agricultor rural socioambiental e economicamente;
- O que são quintais agroflorestais;
- Importância das plantas medicinais e plantas utilizadas em expressões religiosas e o protagonismo das mulheres rurais na manutenção dos saberes tradicionais nos quintais agroflorestais;
- Espécies agrícolas de maior importância na CRQ Cavernoso 1;
- Como e por onde eu posso começar? Passo-a-passo de processos agroecológicos que são facilmente incorporáveis na CRQ Cavernoso 1.

### **3 - CURSOS DE CAPACITAÇÃO E INSTRUMENTAÇÃO AO MERCADO ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO (META 3)**

Com base na demanda da comunidade por incremento econômico relacionado à agroecologia, o curso deverá abordar as seguintes temáticas, em quatro aulas:

*Aula 1: Apresentação de conceitos associados e exemplos locais*

- Porque a transição agroecológica é importante e quais são as vantagens socioambientais e econômicas?
- O que são e por que priorizar redes curtas de comercialização;
- Como funcionam e quais são as principais redes agroecológicas estaduais (como, por exemplo, a Rede Ecovida - CRPA).

*Aula 2: Suporte financeiro e como é possível se inserir no mercado orgânico e agroecológico*

- O que é Economia Solidária?
- Gestão Básica de finanças;
- Quais são os processos legais para abertura de cooperativas e como elas devem funcionar.

*Aula 3*

- “Brasil Agroecológico”: O que é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNBS), legislação e direitos associados a comunidades tradicionais e rurais e como essas políticas públicas se relacionam com a CRQ Cavernoso 1;
- Outras leis e instituições vinculadas a tais programas federais e que podem subsidiar e/ou contribuir para a transição agroecológica;
- Como se faz e o que é necessário para a obtenção de selos de produção agroecológicos e orgânicos.

*Aula 4*

- Incorporação de temáticas extras sugeridas pela comunidade (de assuntos vinculados ou temáticas que necessitem ser retrabalhadas ou aprofundadas dado interesse da comunidade);
- Roda de conversa para finalização, troca de experiências e espaço para sanar de dúvidas;
- Avaliação Participativa.

O curso de capacitação deverá ser realizado em local e horário escolhidos pela Associação Quilombola (evitando, se possível, uma maior necessidade de deslocamento da comunidade), com agendamento prévio e frequência quorum mínimo (75% dos moradores). O empreendedor será responsável por fornecer os equipamentos utilizados em sua realização (e.g., projetor, computador, tomadas extras, materiais didáticos e

materiais de escritório, etc.). Sugere-se, ainda, que todo o material didático seja disponibilizado de forma impressa e virtual para a comunidade.

*N. de aulas:* 04 aulas com 4 horas de duração e intervalo de 30-40 min.

*N. de Horas:* 16 horas ao total;

*Periodicidade:* Quinzenal

**Indicadores:**

- Engajamento da comunidade aos cursos e oficinas;
- Avaliação do processo de reflorestamento, elaborado pela CRQ;
- Incorporação de aprendizados na transição agroecológica e produção orgânica da comunidade.

**Inter-relação com outros Programas gerais do Empreendimento**

Esse programa deve ser integrado aos demais programas de comunicação, com o objetivo de ajudar a divulgar informes pertinentes à comunidade. Deve estar integrado, também, ao Programa de Reflorestamento da área de APP, uma vez que tem como base o fomento de processos agroecológicos com participação ativa da CRQ Cavernoso 1.

**Cronograma**

<b>Atividade</b>	<b>Mês 1</b>	<b>Mês 2</b>	<b>Mês 3</b>	<b>Mês 4</b>	<b>Mês 5</b>	<b>Mês 6</b>	<b>Mês 7</b>
Elaboração e impressão da cartilha							
Oficina 1							
Oficina 2:							
Oficina 3							
Aula 1							
Aula 2							
Aula 3							
Aula 4							

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo o Termo de Referência Específico da FCP para o Estudo do Componente Quilombola, procedeu-se ao Diagnóstico Geral da ECQ Cavernoso 1, Avaliação e Identificação de Possíveis Impactos do Empreendimento e indicação de Medidas de Controle, Mitigação e Potencialização dos Impactos.

Do diagnóstico geral destaca-se que a CRQ Cavernoso 1 vem de um longo processo no intuito de delimitação da sua terra, iniciado em 2005, no âmbito de uma mobilização que está inserida em um contexto nacional de reconhecimento dos direitos quilombolas, intensificados no início da década de 2000 pela publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. A CRQ Cavernoso 1 obteve Certidão de Auto-Reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares em 2006, mas ainda não obteve a Delimitação das Terras. Destaca-se também de suas características socioeconômicas seu carácter rural e de pouco acesso a recursos financeiros, sendo os principais meios de renda os benefícios sociais, evidenciando-se a necessidade da terra para produção de sua subsistência. Ressalta-se, ainda, o baixo índice de escolaridade, sendo que a maioria dos moradores estudou somente até as séries iniciais do ensino fundamental. Seus conhecimentos foram apreendidos na lida da roça mais do que na escola.

Dentre os conhecimentos tradicionais, destaca-se o grande conhecimento agrícola e botânico, assim como as atuais práticas agroecológicas inseridas, com possível incremento da renda local. Tais conhecimentos, que por vezes são invisibilizados, são também de suma importância para manutenção da biodiversidade local. Além da produção das roças de milho e feijão, hortaliças e frutas, possuem também extensos saberes sobre plantas medicinais.

Seus conhecimentos tradicionais entrelaçam-se com suas histórias e memórias associadas às resistências históricas quilombolas e sua relação com a terra como elemento primordial para manutenção de sua reprodução física, social, econômica e cultural. O que sabem da terra aprenderam na lida e dos antepassados. As histórias das 3 famílias associam-se a essa busca. A família Rodrigues de Oliveira, de seu Sebastião, descende de negro escravizado e adotado naquelas terras. A família Neto de Arcanjo, aparentados de seu Sebastião, vem da mesma origem, embora o apagamento das memórias se mostre ainda mais forte, sendo evidenciado o parentesco de 3º grau, de seu Bonifácio com seu Sebastião. A família Santos, de seu Amilton, vem de origem humilde e que sempre trabalhou na roça. Seu Amilton estabeleceu-se em sua propriedade, pois, “a sanga” é terra barata, que ninguém quer. Tais trajetórias se entrecruzam e criaram fortes laços comunitários entre as famílias.

A partir do diagnóstico geral, avaliou-se os possíveis impactos gerados pela PCH Cavernoso IV, individualmente, por estar mais próxima da terra quilombola, e pelas CGH's Cavernoso V e VI. Por fim, realizou-se a avaliação dos impactos sinérgicos dos 3 empreendimentos. Os principais impactos observados foram: a) expectativas geradas na população a respeito de possíveis benefícios diretos e regulares que poderiam advir da presença dos empreendimentos; b) o tráfego de pessoas e automóveis externos à comunidade, gerando poluição sonora, aumento da poeira nas casas e insegurança com relação a pessoas diferentes circulando na região; c) impactos ambientais cumulativos e sinérgicos, já verificados na atualidade na ausência da mata ciliar em vários pontos do rio Cavernoso e na diminuição da oferta de peixes.

Portanto, sugere-se, com base nestes impactos, 3 programas:

- Programa de Comunicação Social Quilombola (PCSQ);
- Programa de Educação Socioambiental (PES);
- Programa de Apoio e Incentivo aos Processos Agroecológicos (PAIPA).

Os principais produtos gerados nestes programas serão os materiais informativos impressos e um canal de comunicação. Outro produto proposto é a produção de uma cartilha, contendo informações importantes sobre processos agroecológicos e biodiversidade local. O objetivo é construir esse material de forma colaborativa juntamente com a comunidade.

De maneira geral, a CRQ Cavernoso 1 não apresenta resistência à construção da PCH Cavernoso IV e das CGH's Cavernoso V e VI, sendo a principal preocupação a preservação de sua terra, assim como das áreas florestais e matas ciliares. Por parte da equipe técnica, a principal preocupação foi com as expectativas geradas pelo empreendimento, uma vez que a comunidade parece entender que ganhará benefícios com sua construção. Diante destas questões, entende-se que a promoção de orientações para a comunidade, sobre seus direitos e as próprias definições legais de Comunidade Remanescente de Quilombos, bem como a valorização de seus conhecimentos e etnicidade, poderiam ser uma potente contrapartida do empreendimento, devendo este sanar tais expectativas e, além disso, fornecer subsídios para sua autogestão de forma autônoma e esclarecida.



Josiel dos Santos  
Coordenador

## 11 REFERÊNCIAS

- ABA. Sociedade Brasileira de Agroecologia. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acessado em: 16 junho de 2020.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004
- ALTIERI, M. 2009. **Agroecologia: a Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 120p.
- ALTIERI, M. A.; ANDERSON, M. Kat; MERRICK, Laura C. Peasant Agriculture and the Conservation of Crop and Wild Plant Resources. **Society for Conservation Biology**, v. 1, n. 1, p. 49–58, 1987.
- ALVES, K.C.H. **Etnobotânica de plantas ritualísticas na prática religiosa africana em Ituiutaba, MG**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia. 2019.
- AMOROZO, M.C.M. **Sistemas agrícolas de pequena escala e a manutenção da agrobiodiversidade - uma revisão e contribuições**. Rio Claro, São Paulo. Edição da autora, Botucatu: FCA - UNESP, 120p, 2013.
- ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 107-142, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). **Nota Técnica da ABA e seu Comitê Quilombos pela Constitucionalidade do Decreto 4.887/2003 A ADI 32329/2003 e as Ameaças ao Direito Quilombola Diante da Aplicação do “Marco Temporal”**, 1998. Disponível em [http://www.aba.abant.org.br/files/20180207\\_5a7b1ff5c8aa8.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20180207_5a7b1ff5c8aa8.pdf). Acesso em 22/07/2020.
- BARBOZA, L.G.A et al. Para além do discurso ambientalista: percepções, práticas e perspectivas da agricultura agroecológica. **Revista Ambiência**, v. 8, n. 2, p. 389–401, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5777/ambiencia.2012.02.01rb>
- BARTH, Frederik. 1969. **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference (Org.)**. Boston: Little, Brown and Co.
- BARTH, Frederik. 2005 [1995]. **"Etnicidade e o conceito de cultura"**. *Antropolítica*, 19:15-30.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 185-227.
- BATISTELA, A. O Paranismo e a Invenção da Identidade Paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, Dourados, jan./jun., 2012.
- BENEDETTI, Adriane Cristina. Luta por Reconhecimento e Construção de Identidade em Comunidades Quilombolas no Sul do Brasil. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 33-42, ago. 2014. Disponível em: [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Rev-Agroeco\\_art-benedetti.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Rev-Agroeco_art-benedetti.pdf). Acesso em: 23 jul. 2014.
- BENITE, A.M.; FAUSTINO, G.A.A.; SILVA, J.P.; BENITE, C.R.M. Dai-me agô (licença) para falar de saberes tradicionais de matriz africana no ensino de química. **Química Nova**, v. 42, n. 5, p. 570-579, 2019. <http://dx.doi.org/10.21577/0100-4042.20170351>

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, Thousand Oaks, CA, v. 10, n. 2, 1981.

BOSI, E. (1994). **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras. [ Links ]

BRASIL Decreto Nº 5.092, de 21 de maio de 2004. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5092.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5092.htm)

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A.; PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Princípios e Perspectivas da Agroecologia, Instituto Federal do Paraná, p. 45-80, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.emater.tche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf>

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena; (prefácio de Darcy Ribeiro). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 2 ed. Revisada.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 13-37, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia (USP)*, v.39, n.1, São Paulo, 1996

CARVALHO, A. P. C. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 131-157, jul./dez. 2016.

CARVALHO, R. M. A.; LIMA, G. F. C. Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais**, n. 39, p. 329-346, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In. BOSI, E. (1994). **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

CLÉMENT, D. The historical foundations of ethnobiology (1860-1899). **Journal of Ethnobiology**, v. 18, n. 2, p. 161–187, 1998.

COELHO-DE-SOUZA, G. et al. "Itapuã dos farrapos, dos índios e de todos nós": sobreposição entre terras Mbyá-Guarani e unidades de conservação em território transfronteiriço. **VIII reunião de antropologia do MERCOSUL GT 11: Guaraníes y Estados Nacionales**. Cuestiones de ciudadanía, Buenos Aires, 16p, 2009.

COLITO, M.C.E. A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço: comunidades rurais ameaçadas pela U.H. de Jataizinho - Rio Tibagi/PR. **Serviço Social Revista**, v. 2, n. 2, p.275-285, 2000

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Disponível em: <http://conaq.org.br/>. 2020.

DA COSTA, M.B. et al. Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. **Agroecología**, v. 10, n. 2, p. 63–75, 2015.

DALGAARD, T.; HUTCHINGS, N.J.; PORTER, J.R. Agroecology, scaling and interdisciplinarity. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 100, n. 2003, p. 39–51, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0167-8809\(03\)00152-X](https://doi.org/10.1016/S0167-8809(03)00152-X)

DAVIS, E. W. Ethnobotany: An old practice, A new discipline. In.: SCHULTES, R. E.; REIS, S. V. (eds.) **Ethnobotany: evolution of a discipline**. Portland: Discorides Press, p. 40-51, 1995.

DIDONET, A. Saber e Fazer Agroecologia: Por uma agricultura mais generosa com a terra e com as pessoas. **Sistemas Agroflorestais Agroecológicos**, Embrapa, 1ª edição, n. 6, p. 1-2, 2016.

DIEGUES, A.C.S. 2000a. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 161 p.

DIEGUES, A.C.S. 2000b. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**, Editora Hucitec, NUPAUB-USP.

DOS SANTOS, M.A.; ROSA, L.P.; MATVIENKO, B. et al. Emissões de gases de efeito estufa por reservatórios de hidrelétricas. **Oecologia Brasiliensis**, n. 12, v. 1, p. 116-129, 2008.

ESSER, Luíz Fernando; NEVES, Danilo M.; JARENKOW, João André. Habitat-specific impacts of climate change in the Mata Atlântica biodiversity hotspot. **Diversity and Distributions**, v. 25, n. 12, p. 1846–1856, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ddi.12984>

FAVARO, J.F. Etnobotânica dos cultos afro-brasileiros na região do Sudoeste do Paraná: a importância das plantas na construção da identidade cultural. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso Superior de Engenharia Florestal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2015.

FEARNSIDE, P.M. 2013. Carbon credit for hydroelectric dams as a source of greenhouse-gas emissions: Èe example of Brazil's Teles Pires Dam. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, n. 18, v. 5, p. 691-699. Disponível em: doi: 10.1007/s11027-012-9382-6

FEARNSIDE, P.M. 2016. Hidrelétricas na Amazônia brasileira: Questões ambientais e sociais. p. 289-315 In: D. Floriani & A.E. Hevia (Eds.) **América Latina Sociedade e Meio Ambiente: Teorias, Retóricas e Conflitos em Desenvolvimento**. Editora da Universidade Federal do Paraná, 348 p.

FEARNSIDE, P.M. **As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa**. **Novos Cadernos NAEA**, n. 12, v.2, p. 5-56, 2009.

FEARNSIDE, P.M. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, n. 12, v. 2, p. 5-56, 2009.

FEARNSIDE, P.M. Hidrelétricas como “fábricas de metano”: O papel dos reservatórios em áreas de floresta tropical na emissão de gases de efeito estufa. **Oecologia Brasiliensis**, n. 12, v. 1, p. 100-115, 2008. Disponível em: doi: 10.4257/oeco.2008.1201.11

FEARNSIDE, P.M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEARNSIDE, P.M.; Pueyo, S. Underestimating greenhouse-gas emissions from tropical dams. **Nature Climate Change**, p. 382–384, 2012. doi: 10.1038/nclimate1540 <http://www.nature.com/nclimate/journal/v2/n6/full/nclimate1540.html>

FLECK, L.F.; KÜHN, D.D.; SOARES, M.A.; BERBIGIER, M.M. **Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 254 p., 2019.

FOSTER, P. et al. Changes in atmospheric constituents and radiative forcing. p. 129-234. In: S. Solomon, D. Qin, M. Manning, Z. Chen, M. Marquis, K.B. Averyt, M. Tignor & H.L.

Miller, (eds.), **Climate Change 2007: Physical Science Basis. Contribution of Working Group to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**, Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido. 996 p., 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt Ltda., 1933.

GRUPO RECITECH (Guarapuava). **Relatório ambiental Simplificado**: PCH Cavernoso VI. Guarapuava: Recitech, 2017a. 323 p.

GRUPO RECITECH (Guarapuava). **Relatório ambiental Simplificado**: PCH Cavernoso IV. Guarapuava: Recitech, 2017b. 317 p.

GRUPO RECITECH (Guarapuava). **Relatório ambiental Simplificado**: PCH Cavernoso V. Guarapuava: Recitech, 2017c. 331 p.

GUNKEL, G. Hydropower – A green energy? Tropical reservoirs and greenhouse gas emissions. **CLEAN – Soil, Air, Water**, n. 37, v. 9, p. 726-734, 2009.

GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161-188, 1988.

GUTIÉRREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História (São Paulo)**, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

HENRIQUES FILHO, T. Quilombola: A legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 48, n. 192, p. 147-170, out./dez. 2011.

IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. **Manuais técnicos em geociências**, 2a Ed, 2012. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2019-12/liv63011.pdf>.

Ilka Boaventura Leite (2006) - LEITE, Ilka Boaventura; FERNANDES, Ricardo Cid. "Fronteiras territoriais e questões teóricas: a antropologia como marco". Boletim Informativo do Nuer: Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 7-14, 2006.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: Inventários Participativos. Brasília: IPHAN, 2016.

ITCG. **TERRA E CIDADANIA**: terras e territórios quilombolas 3 grupo de trabalho clóvis moura relatório 2005-2008. Curitiba: Itcg, 2008. 3 p. Disponível em: <http://www.gtclouvismoura.pr.gov.br/arquivos/File/Relat20052008ITC.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

JUNIOR, J.R.; Naliato, D.A.O.; Perbiche-Neves, G.; Nogueira, M.G. Fluvial lateral environments in Río de La Plata basin: effects of hydropower damming and eutrophication. **Acta Limnologica Brasiliensia**, v. 28, p. e26, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2179-975X5516>

KINUPP, V.F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. São Paulo, Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 768p., 2014.

LACHESKI, E. **Guarapuava no Paraná**: discurso, memória e identidade (1950-2000). 170 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2009.

LAROQUE, L. F. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930). 2006. Tese (Doutorado em História) - Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

LAU FILHO, E. Aspectos históricos da presença do negro no Paraná. In: RAGGIO, A. Z.; BLEY, R. B.; TRAUZYNSKI, S. C. **Abordagem histórica sobre a população negra no estado do Paraná**. Curitiba: SEJU, 2018, p. 38-45.

LEITE, I. B. Territórios Negros em Área Rural e Urbana - Algumas Questões. Textos e Debates, NUER/UFSC, v. 2, 1991.

LEITE, I. B. Viagem Relatos de Viagem. Agora Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 4, p. 13, 1986.

LIMA, A.E.F.; VIEIRA, E.A.B. Extensão e formação: segurança e soberania alimentar no quilombo da Serra do Evaristo. **Kwanissa**, v.1, n.1, p.113-138, 2018.

MARQUES, C. E. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia USP**, v. 52, n. 1, p. 339-374, 2009.

MARQUES, J. G. W. O olhar (des)multiplicado: o papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. Em: AMOROZO, M. C.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro, SP: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002.

MARTINS, P. J. et al. Dinâmica da Vegetação Arbórea em Floresta Ombrófila Mista Montana Antropizada. **Floresta e Ambiente**, v. 24, n. e00097014, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/2179-8087.097014>

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, [1937] 1995.

MARTINS, R. **Quantos somos, quem somos**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Trad. Carlos A. Silveira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Grupo de Coordenação Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2009.

MEDEIROS, J.D.; SAVI, M.; BRITO, B.F.A. Seleção de áreas para criação de Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista. **Biotemas**, n. 18, v. 2, p. 33-50, 2005.

MELO, M. A. B. A ressignificação do conceito de Remanescentes de Quilombos na Ordem Constitucional Brasileira. **R. EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, t. 2, p. 374-393, 2019.

MENDONÇA, J. M. N. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “Cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, v. 20, p. 218-240, 2016.

MITTERMEIER, R. A.; TURNER, W. R.; LARSEN, F. W.; BROOKS, T. M.; GASCON, C. Global biodiversity conservation: The critical role of hotspots. In: **Biodiversity hotspots**, F., Zachos & J., Habel (Eds), p. 3–22, 2011. [https://doi.org/10.1007/978-3-642-20992-5\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-642-20992-5_1)

MMA. Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural. Brasília: MMA/SBF: 2006. E-book.

MORAES, A.; ROCHA, R. C. G. Historiografia e a escravidão africana no Paraná: alguns apontamentos. **História & Ensino**, Londrina, v. 10, p. 127-144, 2004.

MOTA, L. T. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira**. Maringá: Eduem, 2012.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, D. L. “**Senhores da História**”: representação e identidade na escrita e ensino da história de Guarapuava/PR. 210 f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2012.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (2005): “Os Quilombos e as Fronteiras da Antropologia. In: Antropolítica, 19, pp. 91-111.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p.

PAGNOCCA, T.S. Uso de plantas terapêuticas em religiões afro-brasileiras na Ilha de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Biologia de Fungos, Algas e Plantas, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.

PAZ, C.E.; LEMOS, I.C.S.; MONTEIRO, A.B.; DELMONDES, G.A.; FERNANDES, G.P. et al. Plantas medicinais no candomblé como elemento de resistência cultural e cuidado à saúde. **Revista Cubana de Plantas Medicinales**, v. 20, n. 01, p. 25-37, 2015.

PENA, E. S. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba Provincial. 1990. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

PLANAPO. **Brasil agroecológico : Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019** / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 89 p., 2016.

PRADO, H.M.; MURRIETA, R.S. Presentes do passado: Domesticação de plantas e paisagens culturais na Amazônia pré-histórica. *Ciência Hoje*, v. 336, n. 55, p 18-23, 2015.

PRADO, H.M.; MURRIETA, R.S.S. A etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 139–160, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc986v1842015>

PRIMAVESI, A. M. Agroecologia e manejo do solo. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5, n. 3, p.1-4, 2008.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. Comunidades quilombolas no Paraná. In: PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. **História do Paraná (séculos XIX e XX)**. Maringá: Eduem, 2012, p. 47-58.

ROCHA, J.; BOSCOLO, O.H.; FERNANDES, L.R.R. Etnobotânica: um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional. **Interações**, v. 16, n. 1, p. 67–74, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/151870122015105>

SAMPECK, K.; FERREIRA, L. M. Delineando a arqueologia afro-latino-americana. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v.14, n. 1, p. 141-168, 2020.

SCIREA, D. F.; VIDAL, L. A. P.; MARTINEZ, M. M. F. A irmandade do Rosário em Curitiba: a obliteração dos negros na história da cidade. **Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 155-169, 2016.

SHIVA, V. 2003. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo, Editora Gaia, 240 p.

SILVA, N. S. A educação da população negra: um debate a partir das experiências de escolarização de escravos e libertos no Paraná Provincial. In: In: RAGGIO, A. Z.; BLEY, R. B.; TRAUZYNSKI, S. C. **Abordagem histórica sobre a população negra no estado do Paraná**. Curitiba: SEJU, 2018, p. 38-45.

SKUTNABB-KANGAS, T.; MAFFI, L.; HARMON, D. 2003. **Sharing a world of difference: the earth's linguistic, cultural and biological diversity**. UNESCO, 56p.

TOLEDO, V. What is Ethnoecology? Origins, Scope, and Implications of a Rising Discipline. **Etnoecológica**, v. 1, n. 1, p. 5-21. 1992

TOLEDO, V.M.; ALARCÓN-CHÁIRES, P. La Etnoecología hoy: Panorama, avances, desafíos. **Etnoecológica**, v. IX, n. 1, p. 1–16, 2012.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 31–45, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v20i0.14519>

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Primera Ed. Barcelona: 2008. E-book.

Uma Análise Agroalimentar: o caso dos agricultores quilombolas da reserva de desenvolvimento sustentável quilombos barra do turvo, sp. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, [Santa Cruz do Sul], v. 21, n. 3, p. 196-216, set. 2016.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*. 2(1), 1-15 .

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, v. 18, p. 1–30, 2004. Disponível em: <papers2://publication/uuid/D66A8DE4-6792-455F-BACA-EED8C1B22A65>

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. In: WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. São Paulo: Editora da UnB; Imprensa Oficial, 2004.

WEBER, S. A. **Escravidão e irmandade negra nos campos de Curitiba (1797-1852)**. 2005. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>.

WOLF, R. Eric. Europa y la gente sin historia. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

WOOD, D; LENNÉ, J. M. The conservation of agrobiodiversity on-farm: questioning the emerging paradigm. *Biodiversity and Conservation*. n. 6, p. 109-129, 1997.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, v. X, n. 2, p. 119-135, 2007.



## 12 ANEXOS

12.1 ANEXO 1: PARECER N° 30/2020/COPAB/DPA/PR



## FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

**PARECER Nº** 30/2020/COPAB/DPA/PR  
**PROCESSO Nº** 01420.101814/2019-09  
**INTERESSADO:** INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP, DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO  
**ASSUNTO:** **Análise prévia do Plano de Trabalho da PCH Cavernoso IV e das CGHs Cavernoso V e VI**

## I. RELATÓRIO

No ano de 2019, foram abertos três processos junto a esta Fundação Cultural Palmares (FCP) de empreendimentos hidrelétricos da empresa Vale do Cavernoso Geração de Energia LTDA, a saber: PCH Carvernoso IV - nº 01420.101814/2019-09; CGH Cavernoso V - nº 01420.101815/2019-45; e CGH Cavernoso VI - nº 01420.101816/2019-90.

Recentemente, fomos contatados pelo empreendedor, juntamente com representante da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, que nos solicitou posicionamento favorável à emissão pelo Instituto Água e Terra (IAT), licenciador ambiental do Paraná, da licença prévia (LP) desses empreendimentos, alegando, dentre outros, que o empreendedor só pode acessar financiamentos com ato administrativo já publicado.

Esta área técnica afirmou não vislumbrar óbices desde que: o plano de trabalho, conforme Termo de Referência Específico (Anexo II-C, da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015), fosse encaminhado por consultoria socioambiental com atuação independente do empreendedor, e devidamente aprovado pela FCP; e a comunidade identificada no raio de influência direta dos empreendimentos (até 15km medidos a partir do eixo do barramento e respectivo corpo central do reservatório, ou reservatório acrescido de 20km à jusante), o quilombo do Cavernoso 01, por meio de sua liderança, concordasse com a anuência à emissão da LP condicionada à realização de reunião informativa e dos estudos específicos, o que deveria ocorrer logo que as orientações de isolamento social, por conta da *COVID-19*, deixassem de existir ou fossem flexibilizadas.

No dia 21 de abril do ano em curso, o empreendedor encaminhou carta requerendo formalmente a unificação dos três processos supracitados e a anuência desta FCP quanto à emissão não apenas da LP, mas também da licença de instalação (LI). Junto com a carta, encaminhou em anexo o Plano de Trabalho elaborado pela Espaço Arqueologia.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

O atual contexto de pandemia, provocada pela COVID-19, dificultou e limitou a atuação desta Fundação nos trabalhos de acompanhamento de processos de licenciamento ambiental, enquanto autoridade envolvida, junto a empreendimentos que afetam comunidades remanescentes de quilombo (CROs), pois boa parte dela exige a realização de viagens e de reuniões nos territórios tradicionais das comunidades atingidas.

Por outro lado, o presente cenário exige também que busquemos soluções alternativas adequadas às circunstâncias. Nesse sentido, estamos realizando várias reuniões por meio de

videoconferência, o que nos permite manter parte da rotina de trabalhos.

Quando a empresa Vale do Cavernoso Geração de Energia solicita anuência condicionada desta FCP em relação a emissão de licenças, está buscando uma via alternativa para minimizar os impactos desse evento excepcionalíssimo sobre seus projetos de infraestrutura.

De nossa parte, não vemos prejuízo em declarar anuência à emissão da LP (e somente dessa), condicionando-a à conclusão dos trabalhos de campo para a elaboração do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e do Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), e submissão de ambos ao crivo das comunidades por meio de consulta, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), antes da emissão da LI pelo órgão licenciador responsável.

De modo semelhante, não vemos quaisquer problemas também em tratar de modo unificado os três processos, posto que se referem a empreendimentos de mesma tipologia (aproveitamentos hidrelétricos), administrados pelo mesmo empreendedor e que impactam a mesma comunidade quilombola. Ao mesmo tempo, orientamos, para o caso, que ECQ e PBAQ sejam reunidos em um só documento, mesmo que o trabalho de campo se dê em momentos diferentes e por meio de metodologias distintas (o que é recomendado). Isso tornará suficiente a realização de uma única rodada de consulta (a menos que o produto não seja aprovado pela CRQ) para validar os dois estudos, o que permitirá ao processo instaurado neste órgão interveniente voltar a caminhar *pari passu* àquele que tramita no órgão licenciador do Estado do Paraná.

Dito isso, é preciso apresentar algumas ponderações e comentários a respeito do Plano de trabalho elaborado pela consultoria Espaço Arqueologia. Antes de tudo, é preciso registrar que o reservatório da PCH Cavernoso IV está a menos de 700m da comunidade, enquanto as duas CGHs encontram-se a mais de 5km. Sendo assim, o ECQ deve apresentar de modo detalhado os impactos gerados por cada um dos projetos sobre esse territórios e sua população.

Sabemos que a tendência óbvia é que os impactos de maior dimensão e significância serão provocados pela PCH Cavernoso IV, porém não podemos olvidar de que é necessário que a consultoria revele também os impactos sinérgicos e cumulativos que esses três empreendimentos provocarão à comunidade, seu território, modos de vida e sobre os recursos naturais (destacadamente os cursos d'água e a ictiofauna) utilizados pela CRQ Cavernoso 01.

Os programas e medidas de prevenção, controle, mitigação e compensação dos impactos, para serem efetivos, precisam ser equivalentes, em relevância e dimensão, aos impactos que pretendem fazer frente.

Na página 3 do Plano de Trabalho, fala-se em quatro empreendimentos, mas, em verdade, tratam-se de 3 aproveitamentos hidrelétricos, como informado pelo IAT.

Na página 4, é apresentada a equipe técnica que atuará no ECQ e no PBAQ. São, ao todo, cinco profissionais, sendo dois antropólogos, uma socióloga, um arqueólogo e um historiador. Não obstante seja uma composição que, pela formação humanística de seus membros, nos cria boas expectativas quanto à reunião e análise dos dados socioeconômicos, culturais e históricos da comunidade Cavernoso 01, apresenta-se deficitária quando pensamos nos impactos sobre o meio físico e bióticos, mesmo que relacionados à reprodução física, social, religiosa, cultural e econômica. Bem como, pode representar limitações quando da proposição e discussão sobre as medidas e programas de mitigação e compensação. Por essa razão, recomendamos que seja acrescentados profissionais das ciências biológicas ou da engenharia florestal, com especialização/experiência em etnobotânica e agroecologia.

Em relação à metodologia, saudamos o destaque conferido aos dados primários, ou seja, àqueles colhidos diretamente em campo, mas entendemos que é imprescindível seu diálogo com os

dados secundários. Assim, informações socioeconômicas (habitação, atividades produtivas, nível educacional, acesso à saúde, etc.) já disponíveis tanto em órgãos públicos locais e estaduais, quanto em órgãos federais como FCP e INCRA, podem ser atualizadas ou confrontadas com os dados de campo, fornecidos pelos sujeitos da pesquisa ou pelas observados dos pesquisadores.

Quanto ao objetivo geral, não deve ser limitado à "caracterização da situação atual", mas abranger a contextualização histórica e a caracterização socioambiental, econômica e cultural da comunidade. Já em relação às metas, é preciso detalhar que a avaliação dos impactos implica em organizar uma matriz que os qualifique e os organize de acordo com os aspectos elencados na Resolução nº 01/1986 do CONAMA, como reversibilidade, significância, temporalidade, dimensão, etc.

Como estamos tratando o empreendimento em epígrafe de modo excepcional e estamos orientando juntar o ECQ ao PBAQ é indispensável que conste dentre as metas a definição conjunta dos programas e medidas de prevenção, controle, mitigação e compensação dos impactos negativos da instalação e operação desses empreendimentos.

Na descrição das fases (item 4.3), faz-se necessária a inversão entre a Fase 2 e a Fase 3, posto que o Plano de Trabalho já foi apresentado pela consultoria e encontra-se sob análise e, a posteriori, se dará início ao levantamento de fontes secundárias, bibliográficas e cartográficas. A descrição da Fase 2 apresenta erro ao sugerir que se trata de mais de uma comunidade quilombola afetada por um mesmo empreendimento ("Nesse momento da pesquisa também se delineará a localização das comunidades em relação ao empreendimento.").

Na fase de pesquisa de campo, ao se buscar identificar empreendimentos já instalados nas proximidades do território da CRQ Cavernoso 01, é indispensável a consulta aos órgãos licenciadores estadual e federal.

O resultado dos estudos específicos demandados e avaliados por esta FCP não é um relatório técnico-científico, como nomeado pela consultoria ao longo do Plano de Trabalho, mas um ECQ e um PBAQ, que são submetidos à análise técnica e à validação por meio de consulta à comunidade afetada. ECQ e PBAQ devem possuir uma versão integral e uma versão resumida, com linguagem mais acessível.

Conforme a sistematização do plano de trabalho apresentada, apenas dois profissionais ficarão responsáveis pelo trabalho de campo, sendo ambos antropólogos. Ressaltamos outra vez que é estratégico ampliar o número de técnicos em campo e torná-la efetivamente multidisciplinar, incorporando profissionais de outras formações acadêmicas, para além das Ciências Humanas.

O Termo de Referência Específico emitido por esta Fundação apresenta uma lista de componentes essenciais que devem constar na descrição dos potenciais impactos, como presença e fluxo de pessoas estranhas às comunidades, prejuízos às atividades produtivas, interferências nas manifestações culturais tradicionais, etc. Quer dizer, de outro modo, que o estudo do componente quilombola não deve estar limitado a eles. Isso precisa estar refletido também no texto do Plano de Trabalho.

Por fim, quanto ao cronograma, a apresentação dos estudos ao quilombo Cavernoso 01 e os eventuais ajustes que se façam necessários após a consulta devem ser previstos para ocorrerem só no 4º mês.

### **III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, ratificamos que os três processos que tramitavam nesta Fundação Cultural Palmares foram unificados sob o número 01420.101814/2019-09. Autorizamos também que

sejam apresentados um mesmo ECQ e um mesmo PBAQ para os três empreendimentos, devendo apontar a contribuição de cada um para a matriz de impactos, bem como os impactos sinérgicos e cumulativos. Em caráter excepcional, orientamos que o ECQ e o PBAQ sejam apresentados em um único documento.

No entanto, para podermos declarar anuência à emissão da LP, solicitamos que o Plano de Trabalho da Espaço Arqueologia seja revisado conforme as ponderações constantes neste Parecer e ainda aguardamos posicionamento da liderança da comunidade Cavernoso 01 quanto à excepcionalidade do caso, sendo-lhe garantido que enquanto o ECQ e o PBAQ não forem aprovados pela comunidade, as obras da PCH Cavernoso IV e das CGHs Cavernoso V e VI não serão iniciadas, pois são condicionantes para o empreendedor acessar a licença que permite a instalação de seus empreendimentos. Desse modo, não há prejuízo a nenhuma das partes interessadas.

Assim, acreditamos que no ínterim necessário à revisão do Plano de Trabalho, teremos conseguido resposta positiva por parte do quilombo Cavernoso 01, o que nos permitirá anuir com a emissão da Licença Prévia para os 3 empreendimentos.

Este é o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Cantalice da Silva Trindade, Coordenador (a) de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro**, em 27/04/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0108965** e o código CRC **BD8BD629**.

12.2 ANEXO 2: PARECER N° 36/2020/COPAB/DPA/PR



## FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

**PARECER Nº** 36/2020/COPAB/DPA/PR  
**PROCESSO Nº** 01420.101814/2019-09  
**INTERESSADO:** INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP  
**ASSUNTO:** **Análise prévia do Plano de Trabalho da PCH Cavernoso IV e das CGHs Cavernoso V e VI**

### I. RELATÓRIO

1. No ano de 2019, foram abertos três processos junto a esta Fundação Cultural Palmares (FCP) de empreendimentos hidrelétricos da empresa Vale do Cavernoso Geração de Energia LTDA, a saber: PCH Cavernoso IV - nº 01420.101814/2019-09; CGH Cavernoso V - nº 01420.101815/2019-45; e CGH Cavernoso VI - nº 01420.101816/2019-90.
2. Recentemente, fomos contatados pelo empreendedor, juntamente com representante da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, que nos solicitou posicionamento favorável à emissão pelo Instituto Água e Terra (IAT), licenciador ambiental do Paraná, da licença prévia (LP) desses empreendimentos, alegando, dentre outros, que o empreendedor só pode acessar financiamentos com ato administrativo já publicado.
3. Esta área técnica afirmou não vislumbrar óbices desde que: o plano de trabalho, conforme Termo de Referência Específico (Anexo II-C, da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015), fosse encaminhado por consultoria socioambiental com atuação independente do empreendedor, e devidamente aprovado pela FCP; e a comunidade identificada no raio de influência direta dos empreendimentos (até 15km medidos a partir do eixo do barramento e respectivo corpo central do reservatório, ou reservatório acrescido de 20km à jusante), o quilombo do Cavernoso 01, por meio de sua liderança, concordasse com a anuência à emissão da LP condicionada à realização de reunião informativa e dos estudos específicos, o que deveria ocorrer logo que as orientações de isolamento social, por conta da *COVID-19*, deixassem de existir ou fossem flexibilizadas.
4. No dia 21 de abril do ano em curso, o empreendedor encaminhou carta requerendo formalmente a unificação dos três processos supracitados e a anuência desta FCP quanto à emissão não apenas da LP, mas também da licença de instalação (LI). Junto com a carta, encaminhou em anexo o Plano de Trabalho elaborado pela Espaço Arqueologia.
5. Por meio do Ofício nº 142/2020/COPAB/DPA/PR-FCP, que encaminhou o Parecer nº 30/2020/COPAB/DPA/PR, solicitamos revisão do Plano de Trabalho apresentado pela consultoria Espaço Arqueologia. No início do mês de maio do ano corrente recebemos a versão revisada.

### II. FUNDAMENTAÇÃO

6. O atual contexto de pandemia, provocada pela COVID-19, limita a atuação desta Fundação nos trabalhos de acompanhamento de processos de licenciamento ambiental, enquanto autoridade envolvida, junto a empreendimentos que afetam comunidades remanescentes de quilombo (CRQs), pois boa parte dela exige a realização de viagens e de reuniões nos territórios tradicionais das comunidades

atingidas.

7. Por outro lado, o presente cenário exige também que busquemos soluções alternativas adequadas às circunstâncias. Nesse sentido, estamos realizando várias reuniões por meio de videoconferência, o que nos permite manter parte da rotina de trabalhos. Quando a empresa Vale do Cavernoso Geração de Energia solicita anuência condicionada desta FCP em relação a emissão de licenças, está buscando uma via alternativa para minimizar os impactos desse evento excepcionalíssimo sobre seus projetos de infraestrutura.

8. A versão revisada atendeu as demandas contidas no Parecer nº 30/2020/COPAB/DPA/PR, valendo apenas destacar que a execução do cronograma previsto dependerá do sucesso das medidas de enfrentamento ao Coronavírus e da revisão das orientações de distanciamento social.

9. Informamos que ao longo das duas últimas semanas estivemos buscando contato por telefone com a liderança da comunidade quilombola Cavernoso 01, identificado simplesmente como Sr. Leonel, porém sem sucesso.

10. Dessa maneira, considerando o atendimento pelo empreendedor da condição por nós estabelecida e as tentativas infrutíferas de contato com a liderança da comunidade atingida para explicar a situação e conseguir seu de acordo, declaramos anuência à emissão da licença prévia (e somente dessa), condicionando-a à realização das reuniões informativas, à conclusão dos trabalhos de campo para a elaboração do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e do Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), e à submissão de ambos ao crivo da comunidade Cavernoso 01 por meio de consulta, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), antes da emissão da licença de instalação pelo órgão licenciador responsável.

11. Vale o registro também que a licença prévia apenas declara a viabilidade socioambiental do empreendimento, o que não significa o início das obras, que só ocorrerão após a emissão da licença de instalação. Antes dessa segunda licença, é possível requerer e realizar alterações no projeto dos empreendimentos.

### III. CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, esta FCP declara **não óbice** à emissão da licença prévia para a PCH Carvernoso IV e as CGH Cavernoso V e Cavernoso VI, empreendimentos da Vale do Cavernoso Geração de Energia LTDA, pelo órgão licenciador responsável (IAT). Contudo, essa anuência está **condicionada** à realização das reuniões informativa, dos estudos específicos (ECQ e PBAQ) e das reuniões consultivas junto à Comunidades Remanescentes de Quilombo Cavernos 01, não havendo desta forma possibilidade, sob nenhuma hipótese, de emissão de licenças subsequentes sem o cumprimento dessas etapas conforme previsto na Instrução Normativa da FCP nº 01/2018.

13. Por fim, a emissão dessa anuência, em caráter excepcional, além das razões já expostas, deve-se à impossibilidade de realização de reuniões nos territórios, devido às regras de isolamento social impostas em consequência da pandemia do COVID-19.

14. Não é apenas inviável a reunião presencial, mas também a realização de videoconferência, pois implicaria em preparar uma logística de deslocamento, mesmo que de um número reduzido de quilombolas, o que estaria expondo essas pessoas ao risco de contágio exatamente no período de pico de disseminação do Coronavírus.

15. Garantimos, portanto, que será respeitado o direito à consulta que as comunidades quilombolas possuem, conforme previsto pela Convenção 169/OIT.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Cantalice da Silva Trindade, Coordenador(a) de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro**, em 15/05/2020, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

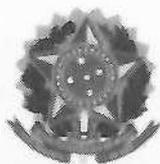


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0110937** e o código CRC **637D2CF2**.

Referência: Processo nº 01420.101814/2019-09

SEI nº 0110937

12.3 ANEXO 3: OFÍCIO Nº 53/2020/COPAB/DPA/PR-FCP



## FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Edifício Toufic, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70302-000  
 Telefone: (61) 3424-0100 e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.palmares.gov.br

Ofício nº 53/2020/COPAB/DPA/PR-FCP

Brasília, 13 de fevereiro de 2020.

Ao Senhor

**JOSÉ VOLNEI BISOGNIN**

Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental e Licenciamentos Especiais -DIALE

Instituto Ambiental do Paraná- IAP

Rua Engenheiro Rebouças, nº 1206 - Rebouças CEP: 80.215-100

Telefone: (41) 3213-3866

E-mail: iapdiale@iap.pr.gov.br

Assunto: **Licenciamento Ambiental do Empreendimento PCH Cavernoso IV, pelo empreendedor Vale do Cavernoso Geração de Energia Ltda.**

Prezado Senhor,

1. Em resposta ao ofício epigrafado e após realizar o cruzamento dos dados geoespaciais do empreendimento PCH Cavernoso IV, pelo empreendedor Vale do Cavernoso Geração de Energia Ltda, com os referentes às comunidades quilombolas localizadas no município por ele interceptado, verificamos que a seguinte Comunidade Remanescente de Quilombos (CRQ) se encontra em sua área de influência direta, nos termos do Anexo I da Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015, para empreendimento dessa tipologia:

Nº PROCESSO CERTIFICAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	NOME COMUNIDADE	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO
01420.002004/2006-48	PR	Candói	Cavernoso 1	696m do reservatório do empreendimento

2. Ao contrário do que diz o parecer técnico da consultoria Recitech, o Anexo II da Portaria Interministerial Nº 60/2005 prevê que considerar-se-á como comunidade quilombola impactada por determinada Pequena Central Hidrelétrica quando esta estiver a 15 km da própria PCH ou do reservatório. Nesses termos, consideramos que a CRQ Cavernoso 1 está na Área de Influência Direta do Empreendimento.

3. Desse modo, conforme dispõe o art. 6º da Instrução Normativa FCP nº 01, de 31 de outubro de 2018, disponibilizamos abaixo o Termo de Referência Específico que funciona como norteador dos estudos a serem realizados junto a essa/s comunidade/s.

4. De antemão, destacamos que esta Fundação Cultural Palmares, orientada pelas determinações da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), coordena uma primeira reunião de caráter informativo, em que apresenta a legislação que embasa nossa atuação e o rito a ser seguido. O empreendedor, por sua vez, apresenta o projeto do empreendimento e, diretamente ou por meio de uma consultoria socioambiental independente, expõe a proposta para a

execução dos estudos.

5. Ademais, antes da emissão de cada uma das licenças pelo órgão ambiental licenciador, coordenamos reuniões de consulta, que devem ser livres, prévias, informadas e conduzidas de boa-fé, por meio das quais a comunidade atingida avaliará o resultado dos estudos desenvolvidos, tendo acesso a eles com no mínimo quinze dias de antecedência, devendo ainda ser realizada apresentação no dia da consulta.

6. Via de regra, para a manifestação desta FCP, antes da licença prévia exigimos a submissão do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) à consulta à comunidade; no caso de licença de instalação, o objeto de consulta é o Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBAQ); e, por fim, para a declaração de não-óbice para a emissão de licença de operação, devem ser postos em consulta os relatórios de execução dos programas e medidas de mitigação e compensação dos impactos.

7. Sem mais, aguardamos o envio pelo empreendedor do Plano de Trabalho para execução dos estudos, orientados pelo Termo de Referência que segue abaixo.

Atenciosamente,

*(assinatura digital)*

**Sionei Ricardo Leão de Araújo**

Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

## **TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO**

### **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**

#### **COMPONENTE QUILOMBOLA**

##### **I - PLANO DE TRABALHO:**

- Informações sobre a equipe técnica responsável pela realização dos estudos, contendo nomes, formações, funções na equipe, telefones e e-mails;
- Descrição da(s) metodologia(s) de trabalho para realização do estudo específico do componente quilombola;
- Definição de objetivos, metas, fases e resultados esperados do estudo específico do componente quilombola;
- Cronograma de trabalho, correlacionando as atividades com objetivos, metas, fases e prazo de início e término do estudo;
- Relação dos produtos a serem enviados para análise da FCP.

##### **II - DIAGNÓSTICO GERAL, CONTENDO DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES A:**

- Relação das comunidades quilombolas inseridas nas áreas consideradas no Anexo I por meio de levantamento de dados secundários oriundos dos registros da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Localização das comunidades quilombolas em relação ao empreendimento a partir dos critérios de distâncias definidas no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015 com a elaboração de mapas contendo as coordenadas geográficas das comunidades quilombolas;
- Estudo específico referente ao território quilombola afetado com informações gerais sobre as comunidades quilombolas, tais como: denominação, localização e formas de acesso, aspectos demográficos, sociais e de infraestrutura;
- Situação fundiária e suas demandas, bem como a identificação de vulnerabilidades na área de educação, saúde e habitação;
- Mapeamento de eventuais atividades ou empreendimentos já instalados no interior ou no entorno do território quilombola considerando as distâncias do Anexo I da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015;
- Caracterização da ocupação atual indicando as terras utilizadas para moradia, atividade econômica, caminho e percurso, uso dos recursos naturais, práticas produtivas; informações sobre os bens materiais e imateriais, cultos religiosos e festividades, espaços de sociabilidade destinados às manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico.
- Indicação, caso haja, dos sítios arqueológicos que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos, assim como de outros sítios considerados relevantes pelo grupo;

### III - CONTROLE, MITIGAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS:

- A identificação dos impactos diretos e indiretos associados à implantação e operação da atividade ou empreendimento, bem como a apresentação de propostas de controle, mitigação e potencialização desses impactos sobre as comunidades quilombolas, contendo informações sobre:
  - A identificação da presença e fluxo de pessoas estranhas à comunidade, bem como os possíveis conflitos oriundos da nova dinâmica a ser estabelecida pela atividade ou empreendimento;
  - A identificação de prejuízos relativos à produção econômica da comunidade;
  - A identificação e descrição dos riscos provenientes da implantação da atividade ou empreendimento;
  - A identificação da interferência da atividade ou empreendimento nas manifestações culturais da comunidade;
  - A identificação de impactos sobre bens e serviços públicos oferecidos às comunidades;
  - A identificação de impactos sobre os meios físico e biótico relacionados à reprodução física, social e econômica das comunidades quilombolas;
  - A perda de parte ou totalidade do território quilombola;
  - Existência de possíveis conflitos com as comunidades quilombolas envolvendo processos de expropriação de terras, áreas sobrepostas e conflitos de interesses, bem como a atual situação territorial do grupo;
  - Outras informações relacionadas à atividade ou empreendimento que possam impactar o território quilombola.

### ORIENTAÇÕES GERAIS:

Antes do início do estudo específico do componente quilombola é recomendado a realização de reunião técnica entre o(s) responsável(is) técnico(s) do empreendimento e o DPA, tendo em vista esclarecimento de informações sobre o TR quilombola, orientação à realização dos estudos, metodologia a ser aplicada, equipe envolvida e construção de diálogo entre a equipe técnica do empreendimento e as comunidades quilombolas afetadas. A manifestação conclusiva da FCP sobre o estudo específico do componente quilombola será precedida de reuniões informativas com as comunidades quilombolas direta e indiretamente afetadas, com vistas à manifestação das comunidades sobre o empreendimento e as medidas de controle e mitigação de impactos. O empreendedor deve entregar, com antecedência mínima de 15 (dias) da primeira reunião informativa, reunião de Validação do ECQ e PBAQ no máximo 50 (cinquenta) cópias dos estudos e produtos específicos, para cada comunidade direta e indiretamente afetada. Também é responsabilidade do empreendedor garantir todas as condições técnica, logística e operacional para a realização da consulta. A FCP fica responsável pelo convite, divulgação e coordenação da consulta pública.

O Projeto Básico Ambiental – PBA deverá ser elaborado com a participação das comunidades quilombolas afetadas. O PBA deve conter as medidas de controle e mitigação de impactos ambientais identificados em virtude da construção e operação de atividade ou empreendimento, sob a forma de programas, a partir dos impactos diagnosticados, classificados por meio de componente ambiental afetado e caráter preventivo ou

corretivo, bem como sua eficácia. Deverá conter também, cronograma e detalhamento das ações e atividades, metas e prazos a serem cumpridos. O INCRA deverá ser comunicado sobre as tratativas relacionadas à questão fundiária das comunidades quilombolas nos termos do Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003.



Documento assinado eletronicamente por **Sionei Ricardo Leão de Araujo, Diretor**, em 20/02/2020, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0102245** e o código CRC **B164DFAF**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01420.101814/2019-09

SEI nº 0102245



## 12.4 ANEXO 4: MODELO DE QUESTIONÁRIO DO CENSO PARTICIPATIVO

## Questionário

Entrevistado (a)
Nome:
Idade:
Escolaridade:
Cidade de origem:
Profissão:
Onde trabalha:
Há quanto tempo vive na comunidade:

Quantas pessoas moram na casa:						
Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Trabalho	Origem	Religião

Unidade de habitação:			
Material construtivo:	<input type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/> Alvenaria	<input type="checkbox"/> Misto
Nº de cômodos:			
De onde vem a água?	<input type="checkbox"/> Poço normal	<input type="checkbox"/> Poço Artesiano	<input type="checkbox"/> Outros:
Tipo de esgoto:			
Energia Elétrica:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Destinação do lixo:	<input type="checkbox"/> Coleta	<input type="checkbox"/> Coleta seletiva	<input type="checkbox"/> Outros
Meios de locomoção:			
Via principal de acesso:			
Outras edificações (engenho, galpão etc):			
Uso do terreno:	<input type="checkbox"/> Moradia	<input type="checkbox"/> Plantio de subsistência;	<input type="checkbox"/> Plantio troca
<input type="checkbox"/> plantio venda; onde:			
<input type="checkbox"/> criação de animais:			

<b>Uso do rio:</b>
Utiliza a água do rio?
Costuma pescar ou já pescou no rio?
Se sim, apenas para subsistência ou comercial?
Que tipo de peixe?
Tem temporada de pesca?
Navega ou já navegou no rio?
Conhece alguma história ou caso relacionado ao rio?
Tem alguma celebração que envolva o rio?
A implantação da PCH prejudicaria isso?
Já ouviu falar do empreendimento?

<b>Opinião sobre o empreendimento:</b>
Como vê a implantação da PCH:
Positivo, por quê?
Negativo, por quê?

<b>Serviços essenciais</b>
Onde utiliza os seguintes serviços?
Posto de saúde:
Esse posto de saúde abriga práticas alternativas de saúde?
Hospital:

<b>Serviços essenciais</b>			
Escola:	1º grau	2º grau	3º grau
Transporte público:			
Mercado:			
Outros tipos de compras ou serviços:			
Participa de alguma associação ou grupo?			

## 12.5 ANEXO 5: TABULAÇÃO DOS DADOS DO CENSO PARTICIPATIVO



12.6 ANEXO 6: INSTRUMENTO DE APOIO DO LEVANTAMENTO  
ETNOBOTÂNICO

